

**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS**

**ANO 2021**



**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA**

**ABRIL – 2022**



## ÍNDICE

PARTE I: RELATÓRIO DE GESTÃO .....	7
1. MENSAGEM CONJUNTA.....	8
2. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
3. SÍNTESE DOS INDICADORES.....	14
4. GOVERNAÇÃO CORPORATIVA E SISTEMA DE CONTROLO INTERNO .....	15
5. QUADRO LEGAL.....	29
6. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO .....	30
7. ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS .....	39
8. RESULTADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS .....	69
9. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS.....	73
PARTE II: CONTAS.....	77

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Síntese dos indicadores .....	14
Tabela 2: Diplomas Legais que Regulam o BDA.....	29
Tabela 3: Taxas de Crescimento do Produto Mundial.....	30
Tabela 4: Inflação e PIB.....	32
Tabela 5: Eixos e Objectivos Estratégicos 2021.....	39
Tabela 6: Manuais e regulamentos Internos Aprovados.....	42
Tabela 7: Caracterização dos Recursos Humanos – Órgãos Estatutários .....	45
Tabela 8: Caracterização dos Recursos Humanos – Colaboradores .....	45
Tabela 9: Síntese do Ponto de Situação da Implementação das Iniciativas Estratégicas .....	59
Tabela 10: Montantes/projectos aprovados por Linhas/Programas de Financiamento .....	60
Tabela 11: Aprovações por Sectores de Actividade .....	62
Tabela 12: Aprovações por Província.....	62
Tabela 13: Aprovações por Sectores de Actividades .....	63
Tabela 14: Aprovações por Províncias.....	63
Tabela 15: Aprovações por Sectores de Actividades .....	64
Tabela 16: Aprovações por Províncias.....	64
Tabela 17: Desembolsos por Linhas/Programas de Financiamento.....	65
Tabela 18: Reembolsos por Linhas/Programas de Financiamento .....	65
Tabela 19: Reestruturações de Créditos por Sectores de Actividade.....	66
Tabela 20: Reestruturações de Créditos por Províncias .....	66
Tabela 21: Créditos Recuperados por sector .....	67

Tabela 22: Créditos Recuperados por províncias.....	67
Tabela 23: Carteira de Crédito .....	68
Tabela 24: Composição e Comportamento do Activo Total.....	69
Tabela 25: Composição e Comportamento do Activo Financeiro.....	69
Tabela 26: Composição e Comportamento do Activo Imobilizado .....	70
Tabela 27: Composição e Comportamento do Passivo Total.....	70
Tabela 28: Composição e Comportamento do Capital Próprio.....	71
Tabela 29: Margem Financeira e Produto Bancário .....	71
Tabela 30: Cost-to-Income .....	72

### ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variações Mensais do IPCN - 2021 .....	35
Gráfico 2: Variação Mensal do IPCN entre os anos 2020 e 2021 .....	36
Gráfico 3: Distribuição dos Colaboradores por Funções .....	46
Gráfico 4: Distribuição dos Colaboradores por Género e Faixa Etária .....	46
Gráfico 5: Distribuição dos Colaboradores por Habilitações Literárias.....	47

### ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Produtos e Serviços do Banco .....	17
Figura 2: Estrutura de Organização Corporativa-Órgãos Independentes, Estatutários, Auxiliares e Consultivos ..	20
Figura 3: Organograma do Banco .....	21
Figura 4: Modelo de Governação e Estrutura Orgânica da Gestão de Riscos .....	27
Figura 5: Execução iniciativas Estratégicas – Reforço da Organização Interna.....	44
Figura 6: Execução iniciativas Estratégicas – Fomento da Economia.....	49
Figura 7: Execução iniciativas Estratégicas – Orientação ao Promotor .....	51
Figura 8: Execução iniciativas Estratégicas – Robustez Financeira.....	54
Figura 9: Execução iniciativas Estratégicas – Papel Institucional .....	58

## ACRÓNIMOS

AFC – *African Finance Corporation*  
AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento  
Afreximbank - Banco Africano de Exportação e Importação  
AOA – Unidade Monetária Angolana  
ATL – Banco Millennium Atlântico  
BADEA – *Arab Bank For Economic Development in Africa*  
BCE – Banco Central Europeu  
BCGA – Banco Caixa Geral Angola  
BCH – Banco Comercial do Huambo  
BDA – Banco de Desenvolvimento de Angola  
BFA – Banco de Fomento Angola  
BIR – Banco de Investimento Rural  
BMF – Banco BAI Micro Finanças  
BNA – Banco Nacional de Angola  
BNI – Banco de Negócios Internacional  
BOCLB – Banco da China Limitada  
BODIVA – Bolsa de Dívida e Valores de Angola  
BPG – Banco Prestígio  
BVB – Banco Valor  
CEX – Comissão Executiva  
COVID - 19 – *Coronavirus Disease*  
CPM – Comité de Política Monetária  
DB – *Deutsche Bank*  
DBN – Banco de Desenvolvimento da Namíbia  
DBSA – Banco de Desenvolvimento da África do Sul  
DAG – Direcção de Administração Geral  
DCR – Direcção de Administração do Crédito  
DFI – Direcção de Finanças  
DOP – Direcção de Originação e Avaliação de Projectos  
DTI – Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNB – Finibanco Angola  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
GAI – Gabinete de Auditoria Interna  
GCC – Gabinete de Contabilidade e Controlo de Operações  
GCO – Gabinete de Compliance  
GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento  
GFP – Gabinete de Fiscalização de Projectos  
GGR – Gabinete de Gestão de Risco  
GJU – Gabinete Jurídico  
GMI – Gabinete de Marketing e Comunicação Institucional



**GOE** – Gabinete de Operações Estruturadas  
**GOI** – Gabinete de Organização e Sistemas de Informação  
**GRC** – Gabinete de Recuperação de Crédito  
**GRH** – Gabinete de Recuperação de Crédito  
**GSE** – Secretariado Executivo  
**IGAPE** – Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado  
**INAPEM** – Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas  
**INE** – Instituto Nacional de Estatística  
**IPC** – Índice de Preço ao Consumidor  
**KEVE** – Banco Keve  
**KYC** – *Know Your Customer*  
**Kz** – Kwanza Angolano  
**MINFIN** – Ministério das Finanças  
**MINJUD** – Ministério da Juventude e Desportos  
**MINSA** – Ministério da Saúde  
**MoU** – Memorando de Entendimento  
**MEP** – Ministério da Economia e Planeamento  
**NCC** – Núcleo de Controlo Cambial  
**ODDO BHF** - Groupe Financier Européen Indépendant  
**OMC** – Organização Mundial do Comércio  
**OPEP** – Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
**PAC** – Programa de Apoio ao Crédito  
**PCA** – Presidente do Conselho de Administração  
**PCE** – Presidente da Comissão Executiva  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PP** – Pontos Percentuais  
**SBA** – *Standard Bank Angola*  
**PME** – Pequenas Médias Empresas  
**USD** – Dólares dos Estados Unidos de América  
**VTB** – Banco VTB África  
**WEO** – *World Economic Outlook*  
**YETU** – Banco Yeto

## 2. SUMÁRIO EXECUTIVO

01. De acordo World Economic Outlook para o ano de 2021 a economia global teve um crescimento de 5,9%, onde se destacam os mercados emergentes e economias em desenvolvimento.
02. O ano de 2021 foi marcado também pelo aumento dos preços para 18 países do G20 e na união europeia, resultado das retomas das grandes economias e recuperação económica, dado que ainda existe uma fraca oferta de bens e produtos, aumento da procura e rápido aumento dos preços das principais commodity, em função da situação de pandemia que teve seu início em 2020.
03. O comércio mundial foi pressionado pelo plano de infraestruturas anunciado pelos EUA, o que aumenta a importação para os EUA e as exportações para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, pressionando os preços para cima, que poderá suavizar no ano de 2022.
04. Com relação a taxas de juros, para conter as pressões dos preços muitas economias começaram a apertar a política monetária, levando a um aumento acentuado das taxas de juro nominais, com as yields das obrigações a longo prazo, muitas vezes um indicador do sentimento dos investidores, recuperando para níveis pré-pandemias em algumas regiões, como os Estados Unidos.
05. Para a economia nacional o ano de 2021 teve o seu início em recessão, onde o crescimento do produto interno bruto registou-se em 0,1%, onde teve maior contributo o sector não petrolífero. A inflação acumulada situou-se em 27,3%, um aumento de 1,93% em relação ao ano de 2020.
06. No lado da política fiscal assente nos princípios da consolidação fiscal, assistimos uma disciplina orçamental que está a contribuir para a diminuição do numerador na relação dívida pública/PIB.
07. No sector monetário tivemos uma expansão na ordem de 24% em relação ao ano de 2020, ainda que registou-se um retração de 1,30% nos primeiros meses de 2021. Ainda, para o ano de 2021 ao abrigo do Programa de Financiamento Alargado, o FMI optou por desembolsar DSE 535 Milhões, que suporta a sustentabilidade das contas públicas, crescimento económico que passa pelo apoio ao sector privado.

08. Com relação ao crédito a economia, o Banco Nacional de Angola via dispositivo legal orientou injectar na economia o valor de 650 mil milhões de Kwanzas, com o objectivo de alavancar os empresários nacionais, procedimento de canalização de fundos operacionalizado pelos diferentes bancos comerciais.

09. No capítulo da instituição, os objectivos do BDA passaram em linhas gerais para o cumprimento do seu Plano Estratégico 2018-2022, via execução do plano de negócio com seu foco na concessão de créditos a programas e/ou projectos, criando condições para geração de recursos, seguindo os 5 eixos/vectores que passa por : (i) Fomento da Economia; (ii) Orientação do Promotor; (iii) Robustez Financeira; (iv) Reforço da Organização e dos Recursos Humanos e (v) Papel Institucional.

10. Atendendo o actual contexto económico do país, provocado pela negativa incidência da pandemia, a Comissão Executiva do BDA decidiu, para o ano de 2021, actualizar as suas iniciativas estratégicas, com novas metas, elaborando um novo Plano de Negócios no mês de Fevereiro de 2021, que afectou o Plano de Actividades e naturalmente os Relatórios de desempenho do Banco e por consequência o presente Relatório que espelha o desempenho do Banco no ano de 2021.

11. O ano de 2021, semelhante ao ano anterior, continuou a ser marcado por uma desaceleração acentuada da actividade económica mundial, causada fundamentalmente pelo impacto da pandemia do novo coronavírus, Covid-19. Para minimizar o impacto da pandemia no país, o BDA participou e continua a participar como o principal financiador do Programa de Alívio Económico do Executivo angolano, que visa apoiar as empresas. Esta acção tem absorvido grande parte dos poucos recursos que o BDA tem actualmente.

12. Como resultado das acções tomadas, no ano de 2021, no âmbito da actividade creditícia, o BDA recepcionou um total de 90 solicitações de crédito no ano de 2021, e juntamente com os que já se encontravam em processo de análise, foram aprovados no total 146 projectos de crédito, avaliados no montante de 128.688 milhões de Kwanzas, enquadrados nos Programas de Financiamento do BDA, Linha de Crédito para Alívio Económico – COVID-19, Programa de Apoio ao Crédito (PAC) e Linha de Crédito do Deutsche Bank (DB).

13. O BDA desenvolveu iniciativas para melhoramento da qualidade dos activos em recuperação, sob o slogan Vamos Resolver Juntos, onde foi possível recuperar 314% comparado ao ano de 2020, nos sectores da agricultura e pecuária, comércio e serviços e na indústria transformadora.

14. Para concessão de financiamento, a carteira de crédito fechou com um total de 869 operações de crédito, 11 acima quando comparado com exercício anterior, tendo um valor de 475.414 milhões de Kwanzas, dos quais 260.796 milhões de Kwanzas encontram-se contabilizados em contas extra patrimoniais.

15. A nível do balanço patrimonial do BDA, activo total decresceu em 12% pontos negativos, influenciado pela redução nas disponibilidades e aplicação de liquidez. O passivo total do banco decresceu em 21% pontos negativos, pela diminuição dos passivos subordinados.

16. Durante o mês de março de 2016, o BDA assinou contrato com a empresa Angola Cables para o financiamento de 2 grandes projectos de infraestruturas e serviços de telecomunicações sendo o Projecto Monet e o Projecto SACS este último via Japan Bank For International Corporation e a Sumitomo Mitsui Banking Corporation, sendo que esta operação em 2021 representa mais de 70% da carteira de crédito do BDA, com impacto significativo nas contas do Banco.

17. A margem financeira do BDA situou-se 31.886 milhões de Kwanzas, 17% abaixo em relação ao ano anterior. A margem complementar foi negativa em 23.476 milhões de Kwanzas, resultado maioritariamente pelo impacto cambial. O produto bancário registou-se na ordem dos 8.410 milhões de Kwanzas e os custos de estruturas para o BDA foi na ordem dos 10.325 milhões de Kwanzas, uma redução em 22% comparado com o ano anterior.

18. Com isso, para 2021 tendo em conta a performance do produto bancário, o BDA obteve um resultado líquido de 1.934 milhões de Kwanzas, uma variação negativa de 97% relativamente ao ano anterior, impactado maioritariamente pela margem complementar.

### 3. SÍNTESE DOS INDICADORES

Tabela 1: Síntese dos indicadores

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Actividade Creditícia	31/12/2021	31/12/2020	Var. %
1 Crédito solicitado	331.591	579.800	-50,0%
2 Crédito aprovado	128.688	192.382	-33,1%
3 Crédito desembolsado	50.479	47.828	5,5%
4 Crédito reestruturado	19.837	18.245	8,7%
5 Crédito reembolsado	11.267	6.815	65,3%
6 Crédito (vencido) recuperado	1.575	380	55,7%
7 Tempo médio de resposta à solicitação de crédito (dias úteis)	37	100	-63%
8 Rácio de crédito em incumprimento 90+ dias	48%	41%	17%

Balanco Patrimonial	31/12/2021	31/12/2020	Var. %
9 Activo total	436,3	497,6	-12,3%
10 Créditos a clientes (líquido)	214,6	201,8	6,4%
11 Activo financeiro	427,6	492,9	-13,3%
12 Activo imobilizado	1,5	2,1	-27,9%
13 Outros activos	1,5	2,0	-27,4%
14 Passivo total	218,6	277,6	-21,2%
15 Capital próprio	217,7	220,1	-1,1%

Resultados Financeiros	31/12/2021	31/12/2020	Var. %
16 Margem financeira	31,9	38,4	-17,0%
17 Margem complementar	(23,5)	94,8	-124,8%
18 Produto bancário	8,4	133,2	-93,7%
19 Custos Operacionais (Estrutura)	10,3	13,2	-22,0%
20 Resultado líquido do exercício	1,9	74,6	-97,4%

Solvabilidade, Rentabilidade e Eficiência	31/12/2021	31/12/2020	Var. %
21 Solvabilidade regulamentar	80%	76%	4,2 p.p
22 Rentabilidade do activo médio	(2,52%)	15%	-17,4 p.p
23 Rentabilidade dos capitais próprios	(3,34%)	43%	-46,0 p.p
24 Ponto de cobertura financeira	75%	75%	0,0 p.p
25 Cost-to-Income (%)	123%	10%	112,8 p.p

Outros Indicadores	31/12/2021	31/12/2020	Var. %
25 Taxa de Juros do Banco	14,5%	13,3%	1,2 p.p

FONTE: BDA

## **4. GOVERNAÇÃO CORPORATIVA E SISTEMA DE CONTROLO INTERNO**

### **4.1. Caracterização do Banco**

#### **4.1.1. Missão Institucional**

19. A missão do BDA é contribuir para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do País, proporcionando a criação de emprego e renda, a modernização das estruturas económicas e sociais e o aumento da competitividade.

#### **4.1.2. Visão**

20. A visão do BDA é ser reconhecido como um banco distinto e de excelência na promoção do desenvolvimento socio - económico e sustentável de Angola e notabilizado por:

- Ser um importante executor, articulador e indutor da política de desenvolvimento e investimento do Governo, e
- Propiciar condições adequadas na concessão de financiamentos, com agilidade e flexibilidade no atendimento ao cliente.

#### **4.1.3. Atribuições**

21. De acordo com o Decreto Presidencial n.º 241/14, de 8 de Setembro, que aprovou o Estatuto Orgânico em vigor, são cometidas ao Banco as seguintes atribuições:

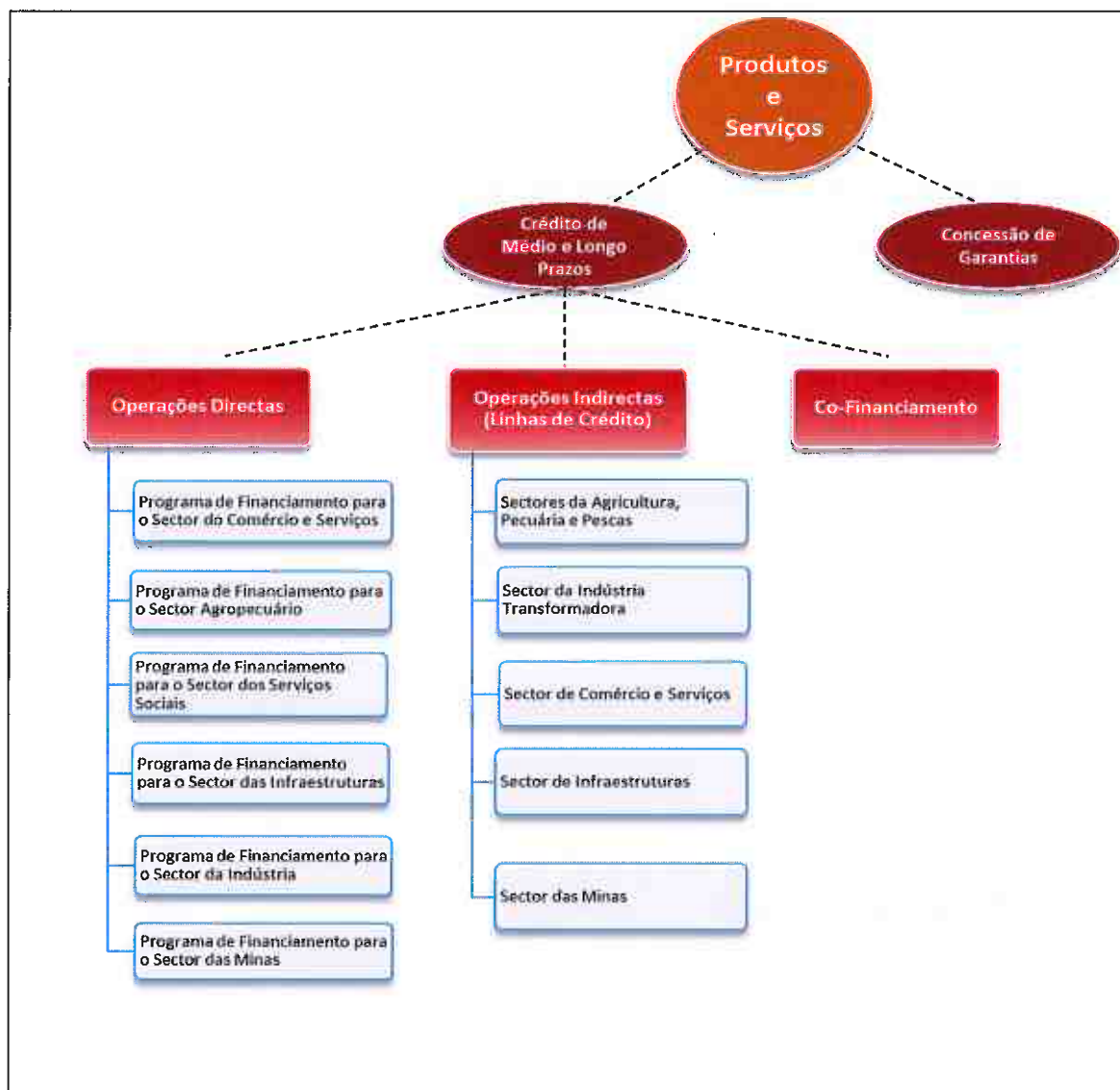
- a) Financiar programas, projectos, obras e serviços que estejam inseridos em programas de desenvolvimento económico e social de Angola;
- b) Mobilizar recursos financeiros e outros do sector público e privado, nacional e internacional, destinados a financiar projectos de desenvolvimento económico e social;
- c) Avaliar, planear e monitorar a implementação de projectos de investimento, integrados em programas de desenvolvimento;
- d) Facilitar a participação do sector privado e de organizações comunitárias em projectos e programas de desenvolvimento;

- e) Realizar ou apoiar, por intermédio de empresas subsidiárias ou veículos, ou estabelecendo parcerias com investidores nacionais e estrangeiros, investimentos em actividades estratégicas e estruturantes, no âmbito de programas de desenvolvimento económico e social de Angola;
- f) Prover assistência técnica, especialmente na formação e desenvolvimento dos recursos humanos, com vista à identificação, preparação, avaliação, financiamento, implementação e gestão de projectos e programas de desenvolvimento;
- g) Prover ou mobilizar fundos para financiamento de iniciativas que visem minimizar o impacto ambiental nos projectos e programas de desenvolvimento;
- h) Prestar serviços de consultoria, incluindo acções de formação e capacitação de empresários angolanos, e colaborar na realização de auditorias técnicas a projectos;
- i) Outros que superiormente lhe sejam confiados.

## 4.2. PRODUTOS E SERVIÇOS

22. A figura abaixo ilustra a estrutura dos produtos e serviços na Carteira de Financiamento do BDA:

Figura 1: Produtos e Serviços do Banco



FONTE: BDA

### **4.3. Estrutura de Governação Corporativa**

#### **4.3.1. Instrumentos de Orientação**

23. O BDA está sujeito à superintendência do Titular do Poder Executivo, exercida através do Departamento Ministerial responsável pela Economia e Planeamento e à supervisão do Banco Nacional de Angola (BNA). O Estado constitui o único accionista ou proprietário do Banco.

24. Em primeira instância, o Banco exerce a sua acção governativa alinhada com os principais instrumentos orientadores do Governo que visam a promoção do desenvolvimento económico e social do país, fundamentalmente o Plano Nacional de Desenvolvimento. Adicionalmente, a instituição suporta a sua governação obedecendo aos decretos, avisos, instrutivos e demais legislação emanados pelo Superintendente, pela Tutela, pelo Supervisor do Sistema Bancário, pela Comissão de Mercados de Capitais, Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) e Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA).

25. Internamente dispõe de outros instrumentos de governação corporativa como o estatuto orgânico, o organigrama, as políticas, os regulamentos, as normas, os manuais e os documentos de planeamento e reporte da gestão do banco.

26. Constituem órgãos estatutários do Banco o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal.

#### **4.3.2. Conselho de Administração**

27. O Conselho de Administração do Banco é o órgão estatutário responsável pela gestão da instituição. É composto por até nove administradores, sendo 4 não executivos e independentes, e 5 executivos.

28. Os administradores executivos constituem-se em Comissão Executiva e os não Executivos assumem a função de *controllers*, no âmbito da actividade do Conselho de Administração.

29. As funções do Presidente do Conselho de Administração são desempenhadas por um administrador não executivo, e as de PCE por um executivo que preside igualmente a Comissão Executiva.

30. O Conselho de Administração tem os seguintes órgãos auxiliares e consultivos:

a) Órgãos Auxiliares

- i. Comité de Controlo Interno;
- i. Comité de Gestão de Riscos;
- ii. Comité de Crédito;
- iii. Comité de Gestão de Activos e Passivos; e
- iv. Comité de Organização e Tecnologia de Informação;

b) Órgãos Consultivos

- i. Comissão de Recursos Humanos; e
- ii. Comissão de Aquisições e Contratos.

31. A composição e as atribuições dos órgãos auxiliares e consultivos estão estabelecidas em regulamentos próprios.

32. O Comité de Controlo Interno, o Comité de Gestão de Riscos e a Comissão de Recursos Humanos são presididos por administradores não executivos.

#### **4.3.3. Comissão Executiva**

33. A Comissão Executiva, como referido, é constituída por administradores executivos, num total de cinco, à qual compete, no geral, assegurar a gestão corrente do BDA e praticar os actos que se mostrem necessários à prossecução do seu objecto. As atribuições e as normas de funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva estão estabelecidas especificamente no Regimento do Conselho de Administração e no Regimento da Comissão Executiva.

#### **4.3.4. Conselho Fiscal**

34. O Conselho Fiscal é um órgão interno, que tem actuação independente e é responsável pela fiscalização de todos os actos de gestão do Banco. É composto por três membros, sendo um Presidente e dois Vogais. A sua

actuação é regulada pelo disposto no artigo 25.º do Estatuto Orgânico do BDA aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 241/14, de 8 de Setembro e demais legislação que lhe é aplicável.

#### 4.3.5. Auditor Externo

35. A auditoria às contas é garantida pela empresa de auditoria e consultoria Baker Tilly, que substituiu a Deloitte. A escolha desta empresa de auditoria obedeceu os termos e condições estabelecidos pelo Aviso n.º 9/2021, de 5 de Julho, do BNA, que regula a actividade de auditoria externa nas Instituições Financeiras autorizadas pelo banco Nacional de Angola, cujo objectivo principal é a análise das demonstrações financeiras à data de fecho de contas.

#### 4.3.6. Repartição dos Pelouros, Órgãos Auxiliares e Consultivos

36. O Presidente do Conselho de Administração distribui a coordenação de pelouros entre os administradores, sem prejuízo da salvaguarda da independência e das funções de controller que devem ser adstritas à coordenação dos administradores não executivos.

**Figura 2: Estrutura de Organização Corporativa-Órgãos Independentes, Estatutários, Auxiliares e Consultivos**

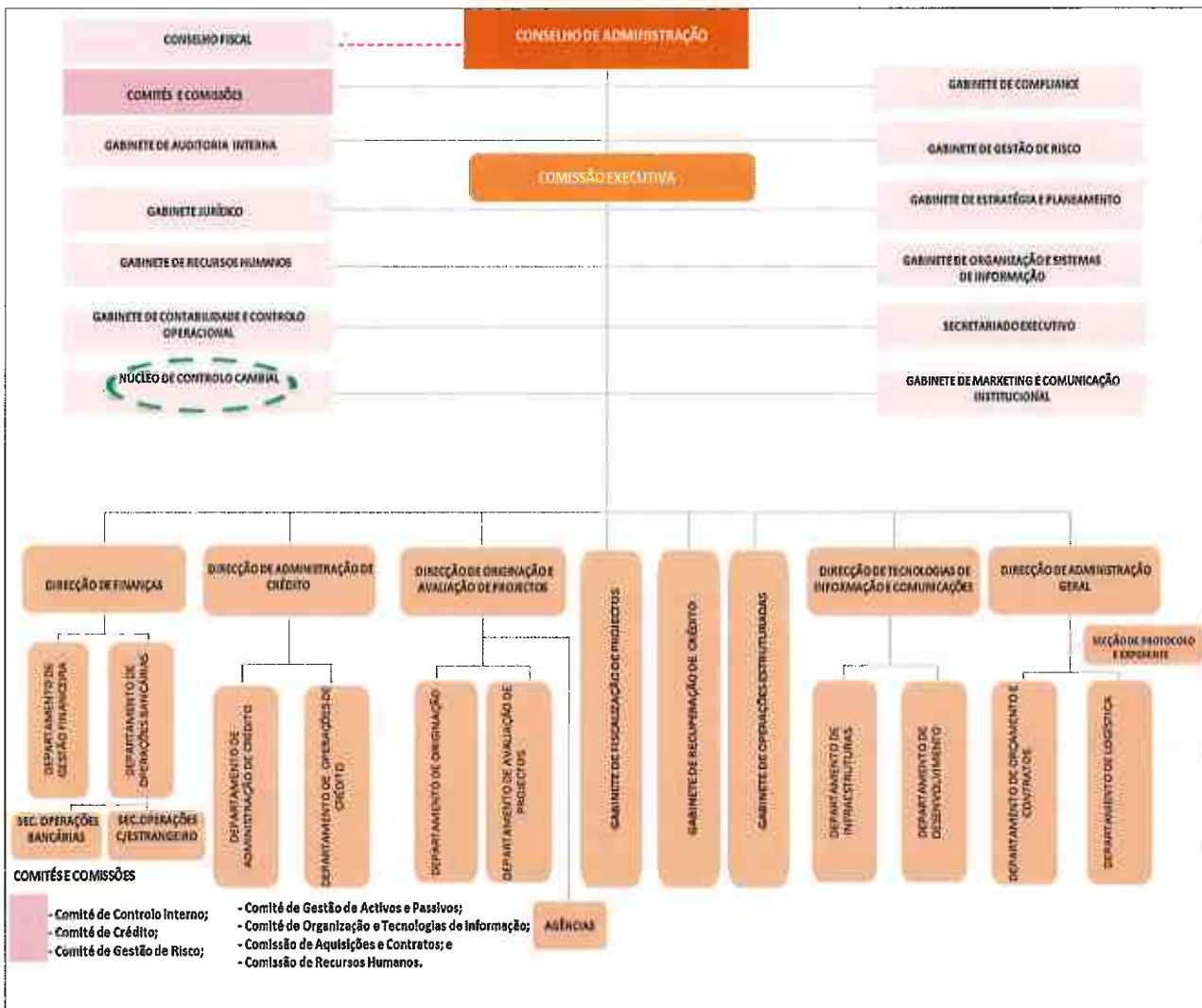


FONTE: BDA

### 4.3.7. Estrutura Orgânica

37. A estrutura orgânica do Banco é composta por 19 áreas. A estrutura orgânica apresenta a seguinte composição:

Figura 3: Organograma do Banco



FONTE: BDA

Área em estruturação

#### **4.3.7.1. Órgãos de Controlo**

##### **Gabinete de Auditoria Interna**

38. O Gabinete de Auditoria (GAI) Interna é a unidade do Banco cuja função consiste em assegurar a manutenção de elevados padrões na gestão do BDA, de unidades e sistemas, zelando pela adequação e cumprimento das normas e pela integridade, exactidão e validade dos controlos.

##### **Gabinete de Compliance**

39. O Gabinete de Compliance (GCO) é parte do sistema de Controlo interno e organismo de 2ª linha reportando directamente à Administração, de forma independente, permanente e efectiva. A sua missão consiste em assegurar que as acções dos órgãos de gestão, da estrutura directiva e dos colaboradores estejam em conformidade com as leis, normas e procedimentos que as regulam e cumpram as regras, os códigos de ética e de conduta em vigor, preservando-se assim a imagem e reputação do Banco.

##### **Gabinete de Gestão de Riscos**

40. O Gabinete de Gestão de Riscos (GGR) é a unidade do Banco responsável por definir, aprovar e implementar um sistema de gestão de riscos que permita a identificação, avaliação, controlo e acompanhamento de todos os riscos materiais a que o banco se encontra exposto.

##### **Núcleo de Controlo Cambial**

41. É um órgão independente cuja missão é garantir o cumprimento estrito da legislação e regulamentação cambial no processamento das operações realizadas pelo Banco, bem como o rigor no registo das operações cambiais e o seu reporte ao BNA.

#### **4.3.7.2. Órgãos Executivos (de Negócio)**

##### **Direcção de Originação e Avaliação de Projectos**

42. A Direcção de Originação e Avaliação de Projectos (DOP) é a unidade do Banco cuja missão consiste em identificar e estudar oportunidades de negócios para o Banco, a partir da triagem de propostas remetidas ao Banco e da avaliação das necessidades da economia, promovendo a estruturação dos projectos financiáveis para efeitos de avaliação e a instrução dos correspondentes processos de candidatura ao crédito.

##### **Direcção de Administração do Crédito**

43. A Direcção de Administração do Crédito (DCR) é a unidade do Banco cuja missão consiste em administrar e cobrar os créditos concedidos.

##### **Gabinete de Fiscalização de Projectos**

44. O Gabinete de Fiscalização de Projectos (GFP) é o órgão do Banco cuja missão consiste em coordenar a realização oportuna das acções de fiscalização independente, dos projectos financiados pelo banco e a sua execução, conforme demandadas pelas áreas do banco, nomeadamente as de negócio, de modo a assegurar-se sobre a sua adequada implementação ou operação, bem como a elaboração dos correspondentes relatórios.

##### **Gabinete de Recuperação do Crédito**

45. O Gabinete de Recuperação do Crédito (GRC) é a unidade do Banco cuja missão consiste no desenvolvimento de acções tendentes à recuperação dos créditos concedidos que, nos termos das normas estabelecidas, devem ser objecto de tratamento no âmbito da recuperação de crédito, quer estejam registados em contas patrimoniais, quer em contas extrapatrimoniais, em articulação com a Direcção de Administração do Crédito e o Gabinete Jurídico.

##### **Direcção de Finanças**

46. A Direcção de Finanças (DFI) é a unidade do Banco cuja missão consiste em assegurar uma adequada estrutura de fontes e aplicações de recursos, bem como executar e controlar as operações de pagamentos e recebimentos do Banco e gerir a sua tesouraria.

## **Gabinete de Operações Estruturadas**

47. O Gabinete de Recuperação do Crédito (GOE) é a unidade do Banco cuja missão consiste na identificação e captação de financiamentos, interno e externo, bem como a realização de acções que sustentem a melhoria do relacionamento do Banco com as instituições financeiras internacionais.

### **4.3.7.3. Órgãos de Apoio Operacional**

#### **Gabinete de Contabilidade e Controlo de Operações**

48. O Gabinete de Contabilidade e Controlo de Operações (GCC) é a unidade do Banco que tem como missão assegurar, conceber, organizar e controlar a contabilidade e os registos dos correspondentes factos patrimoniais e financeiros do Banco.

#### **Gabinete de Estratégia e Planeamento**

49. O Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) é a unidade do Banco cuja missão consiste em coordenar a elaboração das propostas dos seus principais instrumentos de gestão, nomeadamente os Planos Estratégicos, os Planos de Negócios, os Planos Anuais de Actividades e das propostas de orçamentos, monitorar a sua implementação e assegurar a elaboração dos respectivos relatórios de execução.

#### **Gabinete Jurídico**

50. O Gabinete Jurídico é a unidade do Banco (GJU) cuja missão consiste em dar orientação de natureza jurídica aos órgãos do Banco, bem como defender os interesses do Banco por meio de acções em juízo ou fora dele.

#### **Gabinete de Organização e Sistemas de Informação**

51. O Gabinete de Organização e Sistemas de Informação (GOI) é a unidade do Banco que tem como missão velar pela optimização da estrutura orgânica e funcional do Banco, bem como a adequação dos seus processos, procedimentos e sistemas de informação e a dotação de manuais, visando a racionalização, simplificação, uniformização e normalização dos seus serviços.

### **Gabinete de Recursos Humanos**

52. O Gabinete de Recursos Humanos (GRH) é a unidade do Banco cuja missão traduz-se em assegurar a disponibilidade adequada de competências humanas no banco para a realização eficaz das suas funções, assegurando condições de desenvolvimento humano e a valorização pessoal.

### **Gabinete do Secretariado Executivo**

53. O Secretariado Executivo (GSE) é a unidade do Banco cuja missão é dar suporte às actividades do Conselho de Administração, dos Administradores e do Conselho Fiscal, facilitando o cumprimento das respectivas funções, assim como tratar das relações públicas, responsabilidade social, comunicação e imagem institucional do Banco.

### **Gabinete de Marketing e Comunicação Institucional**

54. O Gabinete de Marketing e Comunicação Institucional (GMI) é a unidade do Banco vocacionada para a coordenação e apoio pró-activo da actividade creditícia, no quadro das orientações e objectivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração, assegurando a concepção e a operacionalidade de políticas de marketing, de acordo com os princípios de orientação para a satisfação do cliente e maximização da qualidade, inovação de produtos e serviços, impulsionamento da concessão de crédito e incremento de resultados operacionais.

### **Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicação**

55. O Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação (DTI) é a unidade do Banco que tem como missão apoiar a implementação do Sistema de Informação que assegure a qualidade e o tratamento de dados e informações de apoio à tomada de decisão, bem como participar na concepção, desenvolvimento e implementação de recursos da Arquitectura Aplicacional e da Infra-estrutura Tecnológica, de suporte ao Sistema de Informação do BDA.

### **Direcção de Administração Geral**

56. A Direcção de Administração Geral é uma unidade do Banco cuja missão consiste em assegurar, com racionalidade e eficiência, as condições logísticas que permitam o funcionamento regular de todos os serviços do Banco, provendo condições de trabalho e segurança apropriadas e garantindo o controlo e a gestão

integrada dos bens patrimoniais do Banco, bem como o serviço de assistência protocolar às entidades do Banco, no cumprimento das suas funções, e a visitantes.

#### **4.4. Sistema de Controlo Interno**

57. O Sistema de Controlo Interno do Banco é estabelecido nos termos do Aviso n.º 2/13, de 19 de Abril e Aviso 10/21, de 14 de Julho do BNA, e visa o alcance de objectivos de eficiência na execução das operações, controlo dos riscos, fiabilidade da informação contabilística e de suporte à gestão, e cumprimento dos normativos legais e das directrizes internas. É exercido nos diferentes níveis da estrutura da instituição, desde do Conselho de Administração, colaboradores com funções de direcção e dos demais colaboradores.

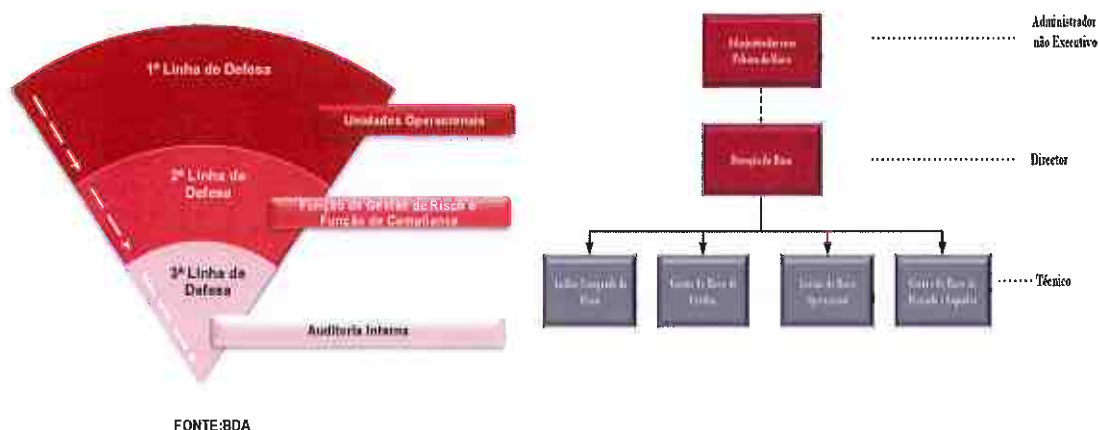
58. As funções de acompanhamento do Sistema de Controlo Interno são exercidas pelo Comité de Controlo Interno, presidido por um Administrador Não Executivo. A composição, competências e funcionamento do referido comité estão estabelecidos em regulamento próprio.

59. Por outro lado, o Sistema de Gestão de Risco vigente na instituição é montado em conformidade com as determinações do Aviso n.º 2/13, de 19 de Abril, do BNA, e visa de forma permanente, identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações dos riscos.

60. A função de gestão do risco do Banco é da responsabilidade do Gabinete de Gestão do Risco, e consiste em efectuar a análise e o controlo dos riscos associados à actividade do Banco. O Gabinete de Gestão do Risco está assente numa organização funcional e vertical que lhe permite efectuar um acompanhamento especializado de todos os riscos como é o caso do risco de crédito, do risco operacional, do risco de mercado e do risco de liquidez.

61. O modelo de governação da gestão de riscos assenta na constituição e operacionalização de três linhas de defesa, tal como se descreve na figura abaixo:

**Figura 4: Modelo de Governação e Estrutura Orgânica da Gestão de Riscos**



62. É da responsabilidade do Comité de Gestão de Riscos, enquanto órgão auxiliar do Conselho de Administração, acompanhar o cumprimento da política de gestão de todos os riscos inerentes às actividades do Banco. A composição, competências e funcionamento do referido comité estão estabelecidos em regulamento próprio.

#### 4.5. Código de Conduta e Conflitos de Interesses

63. As regras e os princípios ético-deontológicos a observar pelos colaboradores e membros dos órgãos estatutários do BDA, no exercício da sua actividade, constam do Código de Deontologia e Ética Profissional. A instituição do referido código está alinhada com o disposto no artigo 19.º do Aviso n.º 1/13, de 19 de Abril, do BNA.

64. Os membros dos órgãos estatutários e os colaboradores do BDA estão submetidos ao dever de pautar a sua conduta por elevados princípios éticos e deontológicos.

65. Os colaboradores, no exercício das atribuições profissionais, devem ainda garantir aos clientes do Banco e às autoridades competentes, ressalvado o dever de sigilo, uma resposta rigorosa, oportuna e completa às solicitações apresentadas.

66. Por outro lado, o BDA possui uma política e procedimentos de prevenção e mitigação de conflito de interesses alinhada à sua estratégia e natureza das suas operações.

67. A política acima referida está alinhada às exigências legais (Lei n.º 12/15, de 17 de Junho - Lei de Bases das Instituições Financeiras) e regulamentares vigentes (Aviso n.º 01/13, de 19 de Abril, sobre a Governação Corporativa e Aviso n.º 02/13, de 19 de Abril, sobre o Sistema de Controlo Interno. Estes Diplomas legais foram revogados pelo Aviso n.º 10/21 de 14 de Julho e, por consequência a correspondente Lei foi também revogada pela Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, substituída pela n.º 14/21, de 19 de Maio), assim como às boas práticas nacionais e internacionais, estabelecendo as medidas de identificação, gestão e monitorização de potenciais situações que possam originar conflitos de interesse nas várias actividades/relações de negócio do Banco.

68. A política de prevenção e mitigação de conflito de interesses, define-se como um conjunto de normas e procedimentos orientadores do comportamento dos colaboradores e, consequentemente, do Banco nesta matéria. Ela visa alcançar os seguintes objectivos:

- i) Cumprimento de leis, regulamentos e boas práticas internacionais relativamente ao tema de prevenção e gestão de conflitos de interesses;
- ii) Definição de regras e procedimentos de forma a prevenir e gerir situações que possam originar ou já tenham originado conflito de interesses;
- iii) Dar conhecimento e/ou sensibilizar todos os colaboradores do BDA para a temática de conflito de interesses e informação sobre como agir perante uma situação, potencial ou efectiva, de conflito de interesses;
- iv) Promover uma cultura de justiça, transparência e integridade no Banco;
- v) Procurar um tratamento justo do(s) colaborador(es), em caso de envolvimento em situações de conflito de interesses, respeitando sempre as disposições legais e regulamentares sobre o tema.

69. A política assenta em princípios base, de forma a fomentar uma cultura de transparência, integridade, respeito pelas Leis, regulamentos e os procedimentos internos.

## 5. QUADRO LEGAL

**Tabela 2: Diplomas Legais que Regulam o BDA**

N.º	Diploma	Designação	Data
<b>Avisos</b>			
1	Aviso 1/22	Regulamenta o governo e sistema de controlo interno	28 de Janeiro de 2022
2	Aviso 5/19	Estabelece princípios gerais do processo de Normalização e harmonização Contabilística do Sector bancário	30 de Agosto de 2019
3	Aviso 14/07	Procedimentos para elaboração de Demonstrações Financeiras	28 de Setembro de 2007
4	Aviso 10/21	Regulamenta o governo societário e controlo interno e fixa os padrões mínimos a serem observados pelas IFB	14 de Julho de 2021
<b>Decretos Executivos</b>			
5	Decreto Executivo 37/06	Criação do BDA	7 de Junho de 2006 16 de Novembro de 2001
6	Decreto Executivo 82/01	Aprova o Plano Geral de Contabilidade	03 de Março de 2002
7	Decreto Executivo 146/22	Regula a emissão de BTs	03 de Março de 2022
8	Decreto Executivo 42/01	Estabelece o regime jurídico da carreira de Inspeção dos Serviços de Inspeção, Fiscalização e Controlo da Administração do Estado	6 de Julho de 2021
<b>Directivas</b>			
9	Directiva 04-DSB-DRO-2021	Sistema Financeiro (Prazos de Reporte de Informação via Portal Instituições Financeiras)	21 de Maio de 2021
<b>Decretos Presidenciais</b>			
10	DP 15/20	Altera o Estatuto Orgânico do BDA	31 de Janeiro de 2020
11	DP 241/14	Estatuto Orgânico do BDA	8 de Setembro de 2014
12	DP 281/20	Altera o Estatuto Orgânico do BDA	27 de Outubro de 2020
13	DP 289-A/20	Altera o Estatuto Orgânico do BDA	29 de Outubro de 2020
14	DP 230/20	Aprova a alteração do artigo 3.º do Regulamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento, aprovado pelo DP 156/16	10 de Setembro de 2020%
15	DP 156/16	Aprova o Regulamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	10 de Agosto de 2016
<b>Instrutivo</b>			
16	Instrutivo 14/19	Plano das Instruções Financeiras	6 de Setembro de 2019
<b>Leis</b>			
17	Lei 21/14	Código Geral Tributário	22 de Outubro de 2014
18	Lei 11/13	Bases do Sector Empresarial Público	3 de Setembro de 2013
19	Lei 14/21	Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras	19 de Maio de 2021
20	Lei 17/19	Lei que altera a Lei que aprova o Código sobre o Valor Acrescentado	13 de Agosto de 2019
21	Lei 21/20	Alteração ao Código Geral Tributário (CGT)	9 de Julho de 2019
22	Lei 26/20	Alteração do Código do Imposto Industrial	20 de Julho de 2020
23	Lei 34/20	Alteração Parcial da Lei de Bases do Sector Empresarial Público	05 de Outubro de 2020
24	Lei 24/21	Lei do Banco Nacional de Angola	18 de Outubro de 2021
25	Lei 32/21*	Aprova o OGE de 2022	30 de Dezembro de 2021
26	Lei 9/06	Lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	29 de Setembro de 2006
27	Lei 19/14	Aprova o Código do Imposto Industrial	22 de Outubro de 2014

FONTE: BDA/BNA/MINFIN

## 6. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

### 6.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

#### 6.1.1. Produto Mundial

70. Segundo o World Economic Outlook (WEO), a economia global em 2021 cresceu 5,9%, contra a projecção de 6,0%. Os mercados emergentes e economias em desenvolvimento foram os que mais cresceram, com um registo de 6,4%, seguidos pelas economia dos países avançados com 5,2%. No íterim, houve algumas revisões feitas no decurso do ano, especialmente às economias emergentes e, que foram necessárias como reflexo dos desenvolvimentos pandêmicos e mudanças no apoio a políticas.

Tabela 3: Taxas de Crescimento do Produto Mundial

(real GDP, annual percent change)	2020	2021	2022
<b>World Output</b>	-3.1	5.9	4.9
<b>Advanced Economies</b>	-4.5	5.2	4.5
United States	-3.4	6.0	5.2
Euro Area	-6.3	5.0	4.3
Germany	-4.6	3.1	4.6
France	-8.0	6.3	3.9
Italy	-8.9	5.8	4.2
Spain	-10.8	5.7	6.4
Japan	-4.6	2.4	3.2
United Kingdom	-9.8	6.8	5.0
Canada	-5.3	5.7	4.9
Other Advanced Economies	-1.9	4.6	3.7
<b>Emerging Market and Developing Economies</b>	-2.1	6.4	5.1
<b>Emerging and Developing Asia</b>	-0.8	7.2	6.3
China	2.3	8.0	5.6
India	-7.3	9.5	8.5
ASEAN-5	-3.4	2.9	5.8
<b>Emerging and Developing Europe</b>	-2.0	6.0	3.6
Russia	-3.0	4.7	2.9
<b>Latin America and the Caribbean</b>	-7.0	6.3	3.0
Brazil	-4.1	5.2	1.5
Mexico	-8.3	6.2	4.0
<b>Middle East and Central Asia</b>	-2.8	4.1	4.1
Saudi Arabia	-4.1	2.8	4.8
<b>Sub-Saharan Africa</b>	-1.7	3.7	3.8
Nigeria	-1.8	2.6	2.7
South Africa	-6.4	5.0	2.2
<b>Memorandum</b>			
<b>Emerging Market and Middle-Income Economies</b>	-2.3	6.7	5.1
<b>Low-Income Developing Countries</b>	0.1	3.0	5.3

Fonte: IMF, World Economic Outlook Update, January 2022

71. Este crescimento correspondeu às previsões feitas antes, com ligeiras diferenças em algumas economias e que no cômputo geral afectou a previsão, mas sem perder a lógica da estimativa feita, com a qual tem sido possível projectar-se o relançamento das economias no ano de 2022. Para o efeito, 2021 foi distribuído da seguinte forma em pontos percentuais as principais economias, no tocante ao seu crescimento: EUA , revisados de 6,0%, na zona do Euro de 5,0% e o Reino Unido de 6,8%, conforme espelha a tabela acima.

72. As projecções do Japão tiveram uma redução para 2,4% da previsão de 2,8%. A previsão da China não alterou muito, tendo conseguido um registo de 8,0% contra 8,1% previsto, ao passo que os outros mercados emergentes, revistos antes em 6,0% mantiveram o mesmo percentual. As revisões feitas para baixo para a Índia, Indonésia e Turquia são parcialmente compensadas por revisões para cima para o Brasil, México e África do Sul.

73. Com o processo de vacinação expansivo, propiciou a abertura e aumento das actividade de serviços presenciais na Europa e nos EUA, nos últimos meses. Este aumento nas taxas de vacinação reduziram as restrições para o bem das economias, abrindo possibilidades de acionar planos investimentos do fundo da EU para o benefício das próximas gerações.

### 6.1.2. Inflação












74. Em 2021, os preços avançaram em 18 países do G20 e na União Europeia – que também integra o grupo de nações. A inflação mais elevada é da Argentina, que chegou a 50,9% no ano passado. A taxa do Brasil atingiu 10,06%, o maior nível desde 2015, a 3ª maior do bloco.

75. Os índices aceleraram em 15 países e na União Europeia. A maior alta foi registrada na Turquia. O indicador da nação subiu de 14,6% em 2020 para 36,1% no ano passado. Também é o maior patamar desde 2002.

76. No ranking das taxas que mais subiram, o Brasil ocupa a 4ª posição. Além da Turquia (21,5 pontos percentuais) e Argentina (14,8 p.p.), a inflação do país cresceu menos que dos Estados Unidos, que subiu 5,8 pontos percentuais. O índice norte-americano marcou 7% em 2021, o maior em 39 anos.

77. Para melhor percepção, o mapa abaixo ilustra os registos dos índices de inflação registados em alguns países no ano de 2021:

Tabela 4: Inflação e PIB

país	Inflação (%)			PIB (%)	
	2020	2021	maior desde	2020	2021*
 Argentina	36,1	50,9	2019	-9,9	10,0
 Turquia	14,6	36,1	2002	1,8	9,5
 Brasil	4,5	10,1	2015	-3,9	4,5**
 Rússia	4,9	8,4	2016	-3,0	4,3
 México	3,2	7,4	2008***	-8,2	5,7
 EUA	1,2	7,0	1982	-3,4	5,6
 Índia	4,6	5,6	2019	-2,1	3,7
 Reino Unido	0,6	5,4	1997	-9,7	6,9
 União Europeia	-0,3	5,0	1997	-6,4	5,2
 África do Sul	3,3	4,5	2018	-6,4	4,6
 Itália	-0,2	3,9	1995	-9,0	6,3
 Austrália	0,9	3,5	2013	0,0	-
 Canadá	0,7	3,4	1991	-5,3	4,8
 Alemanha	0,5	3,1	1993	-4,9	2,9
 França	0,0	2,8	2014***	-8,0	6,8
 Coreia do Sul	0,5	2,5	2011	-0,9	4,0
 Indonésia	1,7	1,9	2019	-2,1	3,7
 Arábia Saudita	5,3	1,2	2020	-4,1	2,4
 China	2,5	0,9	2020	2,2	8,0
 Japão	0,0	-0,2	2020	-6,4	5,2

\*projeções do Banco Mundial;  
\*\*projeção do Boletim Focus, do Banco Central;  
\*\*\*segundo a metodologia mais recente;

Fonte: Banco Mundial

### 6.1.3. Comércio Mundial

78. O plano de infraestrutura nos EUA, anunciadas pelo seu presidente, provocará um boom nos gastos em bens duráveis dos EUA, com estimativa de aumento em cerca de 30% acima do que fora previsto antes da pandemia.

79. A força dos bens duráveis aumentará as importações de mercadorias dos EUA, ajudando os exportadores de manufactura dos Mercados Emergentes (EM) e a recuperação do comércio mundial. Com a recuperação global síncrona, alimentou um forte aumento nos preços globais das commodities, semelhante ao observado em 2010. Preços crescentes, mas não a escassez de inflação descontrolada no mercado global de semicondutores está aumentando os preços.

80. A pressão ascendente sobre os preços dos produtos essenciais dos EUA provavelmente persistirá até o resto de 2021, mas aliviará em 2022 à medida que a oferta corresponder. Os recentes ganhos nos preços dos serviços dos EUA foram estreitamente focados em hotéis e passagens aéreas e provavelmente diminuirão em breve. A inflação dos serviços dos EUA será limitada pela folga do mercado de trabalho, que limitará o crescimento dos salários.

#### **6.1.4. Taxas de Juro**

81. O contexto actual do mundo é especial, onde todas as atenções encontram-se centradas a minimização do impacto da Covid-19, para o fortalecimento das economias dos países. Por conseguinte, o processo de vacinação em todos os países deve ser realizado com a maior abrangência possível, para atingir-se melhores resultados. Contudo, as vacinas precisam ser financiadas, sendo para esta direcção que todos os países estão a direccionar parte dos seus orçamentos.

82. A acção multilateral tem um papel vital a desempenhar na redução das divergências e no fortalecimento das perspectivas globais. A prioridade imediata é distribuir vacinas de forma equitativa em todo o mundo. Uma proposta do corpo técnico do FMI de US \$ 50 bilhões, endossada conjuntamente pela Organização Mundial da Saúde, Organização Mundial do Comércio e Banco Mundial, fornece metas claras e ações pragmáticas a um custo viável para acabar com a pandemia. Economias com restrições financeiras também precisam de acesso desimpedido à liquidez internacional. A proposta de Alocação Geral de Direitos Especiais de Saque de US \$ 650 bilhões no FMI visa aumentar os ativos de reserva de todas as economias e ajudar a aliviar as restrições de liquidez.

83. Os países também precisam redobrar os esforços coletivos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Essas ações multilaterais podem ser reforçadas por políticas em nível nacional adaptadas ao estágio da crise que ajudem a catalisar uma recuperação sustentável e inclusiva. Políticas combinadas e bem dirigidas podem fazer a diferença entre um futuro de recuperações duráveis para todas as economias ou um com linhas de fratura cada vez maiores - já que muitos lutam com a crise de saúde enquanto um punhado vê as condições se normalizarem, embora com a ameaça constante de novos surtos.

## 6.2. ECONOMIA NACIONAL

### 6.2.1. Produto

84. A economia angolana entrou o ano em recessão, com o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2021 a registar uma queda de 4% face ao mesmo período de 2020. Até o final do ano de 2021, o crescimento do PIB nacional cifrou-se em ligeiros 0,1%.

85. O contexto de crise global associado ao Covid-19 pressionou o seu stock para níveis superiores aos 100% do PIB em 2019 e 2020, com os rácios de endividamento a atingirem os 112,9% e 128,7% do PIB naqueles anos. Os dados preliminares das contas fiscais indicam que o rácio da dívida pública se terá situado em Setembro de 2021 em 84,8% do PIB. Relativamente à Dívida Governamental, as estimativas de Setembro apontam que terá atingido os 79,7% do PIB e encerrou-se o ano com o Stock de 82,1% do PIB".

86. Em virtude de ter-se iniciado o ano de 2021 com uma baixa no preço do petróleo, o sector não petrolífero foi o que mais contribuiu na formação do PIB, com uma média de 3,9%, ao passo que o sector petrolífero registou uma cifra baixa, com uma queda de 12% no ano em consideração.

### 6.2.2. Inflação

87. O Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) registou, em Dezembro, uma variação mensal de 2,10 por cento, elevando a taxa de inflação acumulada durante o ano de 2021 para 27,3 por cento, de acordo com dados divulgados, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

88. O INE notou que a inflação de 2021 representa um acréscimo de 1,93 pontos percentuais em relação à observada em 2020.

89. Em Dezembro, a classe de "Alimentação e bebidas não alcoólicas" manteve-se como a que mais influenciou a taxa de inflação, com um aumento de 2,46 por cento, seguida pela classe "Bebidas alcoólicas e tabaco", com 2,20, "Mobiliário, equipamento doméstico e manutenção", com 2,10, e "Vestuário e calçados", com 2,08 por cento.

90. O relatório do IPCN afirma que, no último mês de 2021, a inflação foi mais baixa nas províncias do Bengo, com 1,81 por cento, no Huambo e Moxico (1,82 cada) e Uíge (1,94), sendo mais alta no Namibe (com 2,27 por cento), Huíla e Malanje (2,26 cada), Cuanza-Sul (2,24) e Cuanza-Norte (2,22).

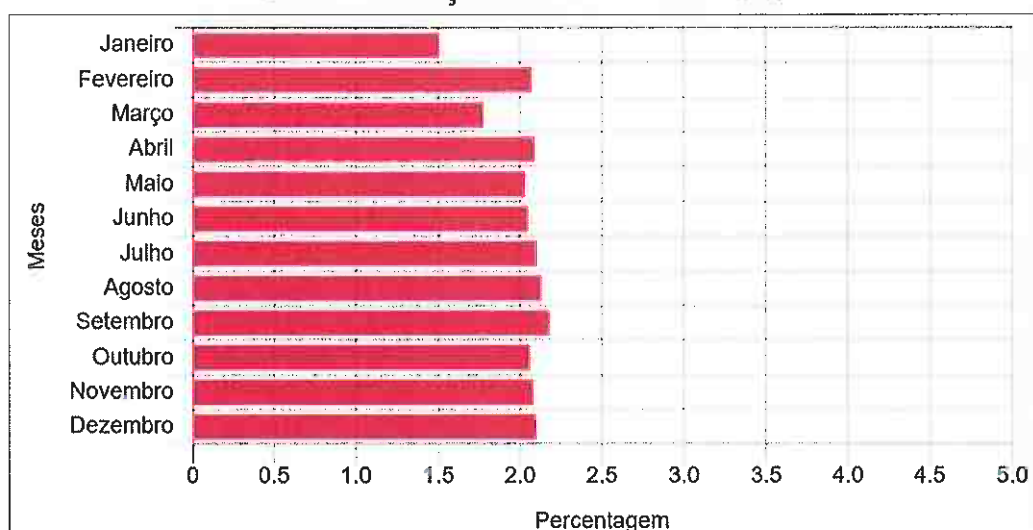
91. Em Luanda, onde o Índice de Preços no Consumidor (IPC) não figurou entre os cinco mais altos do país, a variação da inflação situou-se em 2,20 por cento, uma aceleração de mais 0,07 pontos percentuais face ao mês de Novembro e mais 0,01 pontos percentuais que em Dezembro de 2020. A classe "Alimentação e bebidas não alcoólicas" foi a que registou o maior aumento de preços, com 2,45 por cento, destacando-se também os aumentos dos preços verificados nas classes "Transporte" (2,23), "Bebidas alcoólicas e tabaco" (2,19) e "Saúde" (2,16).

92. A variação homóloga da inflação em Luanda situa-se em 30,43 por cento, registando um aumento de 5,24 pontos percentuais em relação a observada em 2020.

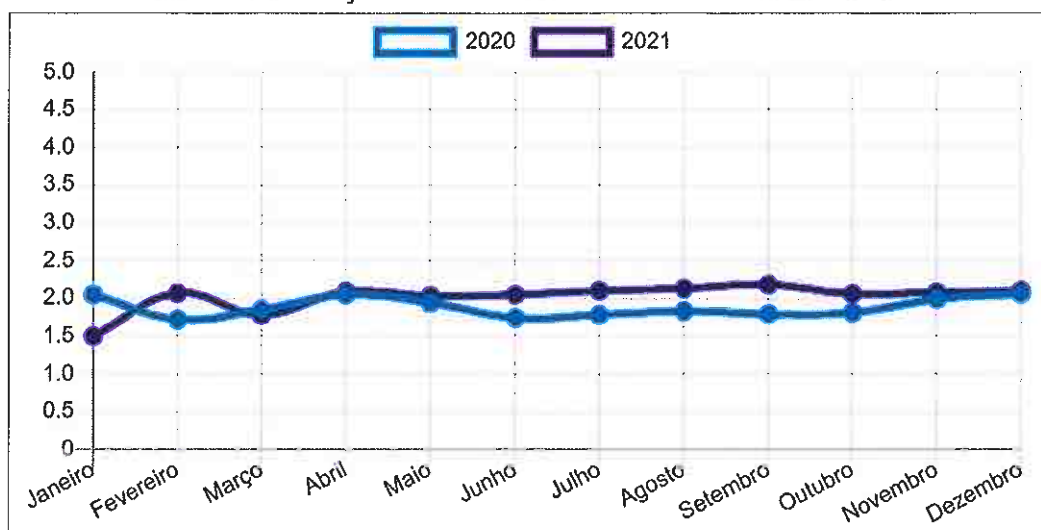
93. Em dezembro, o IPG registou uma variação mensal de 2,27 por cento, sendo 0,01 pontos percentuais mais que em novembro e 0,07 pontos percentuais acima da verificada no mesmo mês do ano de 2020.

94. Abaixo, os gráficos ilustram os índices de preços registados durante o ano de 2021, de Janeiro a dezembro, bem como a comparação estabelecida no segundo gráfico com o ano de 2020:

**Gráfico 1: Variações Mensais do IPCN - 2021**



Fonte: INE

**Gráfico 2: Variação Mensal do IPCN entre os anos 2020 e 2021**

Fonte: INE

### 6.2.3. Sector Fiscal

95. A política orçamental disciplinada das autoridades está a contribuir para a forte queda do rácio dívida pública/PIB em 2021, reforçando a sustentabilidade da dívida ao mesmo tempo que protege a despesa social durante a pandemia. A receita petrolífera nacional foi estimada em 5,4 bilhões de Kwanzas nos 11 meses de 2021, segundo dados da Administração Geral Tributária (AGT). O relatório da Direção de Tributação Especial avança, terem sido exportados 391,8 milhões de barris, ao preço médio de 65,69 dólares. Entre as 23 zonas de produção petrolífera, incluindo a da Angola LNG, o Bloco 17 continua a ser o mais produtivo, com 123,3 milhões de barris exportados e uma rentabilidade de 1,8 bilhões de Kwanzas.

### 6.2.4. Sector Externo

96. As importações médias mensais de alimentos feitas por Angola, em 2021, reduziram de 139.024 milhões de Kwanzas (equivalente a USD 250) para 83.414 milhões de Kwanzas (equivalente a 150 milhões de dólares)/mês quando comparadas aos anos anteriores, segundo o governador do Banco Nacional de Angola.

### 6.2.5. Sector Monetário

97. A decisão do Conselho de Administração do FMI permite um desembolso imediato de cerca de 415.960 milhões de Kwanzas (equivalente a US\$ 748 milhões) para Angola. A economia angolana está a retornar a um crescimento positivo à medida que os efeitos da pandemia da Covid-19 abrandam.

98. A orientação das políticas das autoridades permanece sólida e estas continuam empenhadas em prosseguir nos seus planos de reformas económicas após a conclusão do programa apoiado pelo FMI.

99. O agregado monetário M2 em Moeda Nacional, variável intermédia da política monetária, contraiu 1,30% nos dois primeiros meses, porém em termos homólogos observou-se uma expansão na ordem de 24%.

100. Ao Abrigo do acordo alargado do Programa de Financiamento Ampliado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) decidiu no ano de 2021 o desembolso de DSE 535,1 milhões (cerca de 415.960 milhões de Kwanzas), perfazendo um total de desembolsos de DSE 3,2134 mil milhões (cerca de 2.502 mil milhões de Kwanzas, equivalente a US\$ 4,5 mil milhões).

101. O acordo alargado de três anos com Angola, no montante de DSE 2,673 mil milhões (cerca de 2.058 mil milhões de Kwanzas, equivalente a US\$ 3,7 mil milhões na data de aprovação), foi aprovado pelo Conselho de Administração a 7 de dezembro de 2018. Tem como objetivos restaurar a sustentabilidade externa e orçamental, melhorar a governação e diversificar a economia, a fim de promover um crescimento económico sustentável e impulsionado pelo setor privado. Aquando da terceira avaliação, o Conselho de Administração aprovou também o pedido das autoridades de um aumento do acesso no montante de DSE 540 milhões (cerca de 425.413 milhões de Kwanzas, equivalente US\$ 765 milhões na data da aprovação) para apoiar os esforços de atenuação do impacto da pandemia da Covid-19 e avançar na implementação das reformas estruturais.

102. As políticas prudentes das autoridades angolanas contribuíram para reforçar a estabilidade e a sustentabilidade no âmbito do programa, apesar das difíceis condições económicas. Beneficiada pelo aumento recente dos preços do petróleo, esta disciplina nas políticas e compromisso com as reformas também começaram a melhorar o desempenho económico, o que coloca Angola no caminho da recuperação dos múltiplos choques e vários anos de recessão que sofreu.

### **6.2.6. Crédito à Economia**

103. Afim de acudir-se a situação pandémica e a quebra verificada no sector produtivo nacional com a desaceleração da economia, ao abrigo da disposição normativa do BNA, foi estipulado fazer-se a injeção de quase 650 mil milhões de Kwanzas à economia. Trata-se de uma lufada de ar fresco para as empresas e empreendedores nacionais que à miúdo expressam dificuldades de acesso ao crédito.

104. O BDA, sendo um instrumento privilegiado para o financiamento do desenvolvimento da economia nacional à luz do Programa de Desenvolvimento Económico e Social do Governo e da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo, propôs nesta fase financiar a Economia com o montante avaliado em 40.650 milhões de Kwanzas, especificamente mais para atender as necessidades dos empresários nacionais a não terem derrocada face ao contexto e poderem contribuir para a minimização do efeito adverso geral à sociedade.

105. Os Bancos ATL, BCGA, BCH, BFA, SBA, BNI, BOCLB, BPG, BVB, FNB, KEVE, BIR, YETU, VTB e BMF participaram na materialização deste objectivo com a concessão de crédito que corresponde a 2,5 por cento do activo líquido de cada um dos operadores bancários.

## 7. ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS

### 7.1. Eixos e Objectivos Estratégicos 2021

106. As actividades desenvolvidas pelo Banco visam, sobretudo, a realização da sua missão através da execução do seu Plano Estratégico definido para o período 2018-2022, assim como outras orientações emanadas pelo acionista Estado, representado pelos órgãos de superintendência e de tutela do Banco.

107. O Banco apresentou os 5 vectores/eixos de actuação, nomeadamente: i) Fomento da Economia; ii) Orientação ao Promotor; iii) Robustez Financeira; iv) Reforço da Organização e dos Recursos Internos; e iv) Papel Institucional; sendo que cada um deles persegue 1 macro-objectivo, estando associados um total de 21 iniciativas estratégicas e 18 metas operacionais para a sua concretização.

108. No âmbito do planeamento estratégico foram definidas as linhas orientadoras das actividades do Banco que se acham na tabela seguinte:

**Tabela 5: Eixos e Objectivos Estratégicos 2021**

<b>Eixo Estratégico</b>	<b>Objectivo Estratégico</b>
<b>Fomento da Economia</b>	Financiar a economia com o equivalente em Kwanzas até USD 250M, priorizando os sectores primário <sup>1</sup> e secundário <sup>2</sup> da economia, alinhado com os planos do Executivo (Prodesi+)
<b>Orientação ao Promotor</b>	Melhorar a interação com os promotores, apresentando uma proposta de valor assente na (i) celeridade na resposta, (ii) aumento da cobertura geográfica, (iii) diversificação de soluções de financiamento, e (iv) e eficiência (custo-benefício).
<b>Robustez Financeira</b>	Melhorar a posição e o desempenho financeiro do Banco
<b>Reforço da Organização e Recursos Internos</b>	Melhorar a eficiência organizacional, assente na disponibilidade e optimização de recursos tecnológicos, (ii) capital humano, e (iii) estrutura organização
<b>Papel Institucional</b>	Posicionar-se como uma instituição de financiamento ao desenvolvimento de referência por via da (i) promoção de conhecimento, (ii) resp. social, e (iii) parcerias

Fonte: BDA

## 7.2. Iniciativas Estratégicas e Objectivos 2021

109. As actividades desenvolvidas pelo Banco visavam, sobretudo, a realização da sua missão através da execução do seu Plano Estratégico definido para o período 2018-2022, assim como outras orientações emanadas pelo accionista Estado, representado pelos órgãos de superintendência e de tutela do banco.

110. As actividades realizadas durante o ano de 2021, se comparadas ao definido no plano de actividades sugerido, fazem referência na maior parte dos casos a actividades de rotina e de gestão interna de processos pelo que pode-se fazer um balanço positivo, carecendo de desbloqueio de algumas rotinas de gestão referidas objectivamente em cada eixo e da implementação dos programas do plano de negócios do BDA.

111. A actividade em 2021 foi fortemente condicionada pelos efeitos da pandemia provocada pelo novo coronavírus, COVID-19. Confrontado com um conjunto de desafios, o Banco accionou os seus planos de contingência e procedeu à implementação de medidas, a vários níveis, com o objectivo de assegurar a funcionalidade da organização em condições de segurança para os seus Clientes e Colaboradores. Neste contexto, foi revisto o do plano de negócios para o ano de 2021, em curso desde 2018.

112. O plano de negócios do Banco para o exercício de 2021 foi aprovado pela Administração, com o propósito de melhorar o modelo de negócio da instituição, passando de uma orientação baseada fundamentalmente em programas/projectos para produtos e serviços, por forma a realizar mais receitas e mitigar o risco de sustentabilidade, além de que os pressupostos do Plano Estratégico de 2018-2022 do banco em vigor ficaram desactualizados em razão das alterações ocorridas no contexto macroeconómico do país.

113. O mesmo plano apresentava 5 eixos de actuação, nomeadamente: i) Fomento da Economia; ii) Orientação ao Promotor; iii) Robustez Financeira; iv) Reforço da Organização e dos Recursos Internos; e iv) Papel Institucional; sendo que cada um deles persegue 1 macro-objectivo, estando associados um total de 21 iniciativas estratégicas e 18 metas operacionais para a sua concretização, como se demonstra seguidamente:

114. A realização dos objectivos estratégicos foram perseguidos por via da implementação de planos tático-operacionais estabelecidos para as diferentes unidades orgânicas do Banco, assim como por via do desenvolvimento de iniciativas estratégicas singulares.

### **7.3. NO DOMÍNIO DO REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO E DOS RECURSOS INTERNOS**

#### **7.3.1. Reforço da Organização Interna**

115. Com o intuito de melhorar as condições de saúde, higiene e segurança no trabalho foram desenvolvidas algumas actividades que passaram pela instalação de catracas que faz o seu interface entre o sistema de acesso biométrico e o sistema de gestão de recursos humanos.

116. Outrossim, foi constituída a Comissão para Prevenção de Acidentes de Trabalho (CPAT) e a Promoção de Medidas para Prevenção a COVID-19. Esta comissão, no âmbito da prevenção e tomada de acções que visam a mitigação de de transmissão/contaminação do vírus no seio dos colaboradores da instituição, desenvolveu e instaurou a observância de medidas internas com este propósito, nomeadamente:

- Uso obrigatório de máscaras e disponibilidade de dispensários de álcool gel dentro do Banco para a desinfeção frequente;
- Distanciamento nas áreas de trabalho;
- Regulamentação do trabalho em regime de escalas e, ou teletrabalho, sempre que foi necessário, disponibilizando meios de trabalho (computadores e acessórios, bem como acessos para o efeito);
- Estabelecimento de apoios com as equipas de intervenção rápida do Ministério da Saúde (MINSA), para avaliação de riscos de contágio.

117. Em 2021 registaram-se 34 casos, um incremento de 162% de infecção à Covid-19 no Banco, comparativamente ao ano anterior que se registou 13 casos. Ainda em relação a pandemia, foi possível inscrever o Banco na plataforma do Ministério da Saúde (MINSA), para facilitar o processo de registo para vacinação dos seus colaboradores.

118. Para agilizar e organizar as actividades das diversas áreas no Banco, no ano de 2021 foram aprovados alguns documentos internos, desde Políticas, Regulamentos, procedimentos, Código de Conduta e Manuais. Alguns de modo inicial e outros actualizados para o bom funcionamento do banco, conforme abaixo descritos na tabela 6:

**Tabela 6: Manuais e regulamentos Internos Aprovados**

Norma de Serviço	Descrição
NS-01-21	Regulamento da Comissão de Gestão de Riscos
NS-100-21	Manual de Procedimentos de Recrutamento, Selecção e Admissão.
NS-600-21	Código de Conduta do BDA
NS-601-21	Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação de ADMS
NS-602-21	Manual de Procedimentos de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação de ADMS
NS-603-21	Política de Gestão de Comunicação de Irregularidades (Canal de Denúncias)
NS-604-21	Regulamento de Comunicação de Irregularidades
NS-700-21	Procedimentos de Gestão de Acessos
NS-800-21	Política de Investimentos de outros Activos Financeiros e Métodos de Contabilização

Fonte: BDA

119. No âmbito da necessidade de reforço da infraestrutura tecnológica de apoio ao negócio e a gestão do Banco, particularmente, automatização e sistematização de processos para maior eficiência organizacional e produtividade, realizaram-se as seguintes actividades:

- (i) Sessão de demonstração do fluxo de crédito com as áreas DAP, DCR e GRC;
- (ii) Simulações de abertura de crédito no sistema Banka 3G;
- (iii) Aprovação da Norma e Procedimentos de Acessos pelo Comité de Organização e Tecnologias de Informação;
- (iv) Criação e revisão de roteiros contabilísticos PAC, Microcrédito, Projovem;
- (v) Elaboração do Relatório de Gestão e Contas Anual referente ao ano 2020;
- (vi) Revisão da Proposta de Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Projectos;
- (vii) Conclusão das sessões para a fase inicial do processo do plano de formação;
- (viii) Aprovação do Manual de Recrutamento, Selecção e Admissão de Pessoal;
- (ix) Aprovação do Manual de Indução para novos colaboradores;
- (x) Apresentação ao CAD do Manual de Avaliação de Desempenho e Manual de Gestão de Formação;

- (xi) Participação em acções formativas promovidas pela KPMG dos colaboradores dos Órgãos de Controlo (GAI; GCO, GGR e GJU);
- (xii) Os colaboradores adstritos às áreas do GGO, GGR e GAI participaram no Workshop sobre o Risco de Compliance e a Função de Compliance nos Bancos, promovido pela ABANC em colaboração com a FSVC-Financial Services Volunteer Corps;
- (xiii) Realização de uma sessão de formação sobre "Development Impact Report" com o DBN.

Figura 5: Execução iniciativas Estratégicas – Reforço da Organização Interna

	31-12-2021 Metas	31-12-2021 Resultado	Observações
1 - Redução significativa do risco operacional (Sistemas de informação e comunicação)	Identificar oportunidades de melhoria	75%	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório de Auditoria CSP <u>Swift</u> submetido com sucesso;</li> <li>Testes de integração LIVE-Banka em fase avançada;</li> <li>Modulo de avaliação de desempenho do 4Sapient RH apresentado e iniciados testes.</li> <li>Substituição dos servidores do Banco.</li> </ul>
2 - Recrutamento de Pessoal	20	19	<ul style="list-style-type: none"> <li>O recrutamento para preenchimento de vagas na sede foi realizado, com a exceção da DTI;</li> <li>Em progresso o recrutamento para as agências de acordo com o plano de abertura das mesmas. Porém, observou-se a desistência de um dos contratados</li> </ul>
3 - Optimizar a estrutura organizacional do Banco (ajustamentos à estrutura orgânica)	Identificar oportunidades de melhoria	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi aprovada a nível da CEX a proposta de optimização da estrutura organizacional.</li> </ul>
4 - Melhorar as condições de saúde, higiene e segurança no trabalho	Identificar oportunidades de melhoria	Bom	<ul style="list-style-type: none"> <li>Catracas instaladas, interface entre sistema de acesso biométrico e sistema de gestão de RH concluído;</li> <li>Em fase de aprovação pela administração, as regras de efectividade e indicações finais sobre o Presidente e Secretário da Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho.</li> <li>A constituição da comissão para prevenção de acidentes de trabalho</li> <li>Promoção de medidas para prevenção a COVID-19</li> </ul>
5 - Melhoria das Remunerações (ajustamento das remunerações)	Identificar oportunidades de melhoria	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>N/A</li> </ul>
6 - Melhoria dos benefícios sociais (ajustamento dos benefícios sociais concedidos pelo FST)	Identificar oportunidades de melhoria	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apurado o saldo real da Conta do FST;</li> <li>Levantado o fluxo do processo, tendo em conta as reconciliações e reembolsos dos colaboradores e ex-colaboradores do banco.</li> </ul>
7 - Melhoria das Competências dos Colaboradores ( formação e capacitação )	20%	85%	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram realizadas 18 acções de formação envolvendo 148 colaboradores do total de 175 colaboradores que compõem o banco, correspondendo a uma realização acumulada de 85%.</li> </ul>

Fonte: BDA

120. Neste eixo, estabeleceu-se como principais metas a redução significativa do risco operacional e aposta na melhoria funcional dos colaboradores com sessões de formação, não obstante o contexto limitante da pandemia. Nestes quesitos, conseguiu-se atingir a média de 75% na redução do risco operacional e a realização de formações de capacitação aos colaboradores, adaptado ao contexto pandémico, com realização de algumas sessões de formação a distância.

### 7.3.2. Capital Humano

121. Em 2021, foram admitidos 19 novos colaboradores. A 31 de Dezembro de 2021, o Banco contava com 175 colaboradores (excluem-se os 9 membros do Conselho de Administração, e 3 do Conselho Fiscal), conforme as tabelas 7 e 8 apresentadas abaixo:

**Tabela 7: Caracterização dos Recursos Humanos – Órgãos Estatutários**

Tabela do Pessoal - 31-12-2021												
NID	Estrutura Orgânica	Membros CAD e CFI	Directores	Chefes de Departamento/Gerentes	Coordenadores	Chefes de Secção	Técnicos	Total		Variação		Peso
								2021	2020	0%	%	
Órgão Estatutário		12	-	-	-	-	-	12	12	-	100	
1	CAD	9	-	-	-	-	-	9	9	-	75	
2	CFI	3	-	-	-	-	-	3	3	-	25	
<b>Total</b>		<b>12</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	

Fonte: BDA

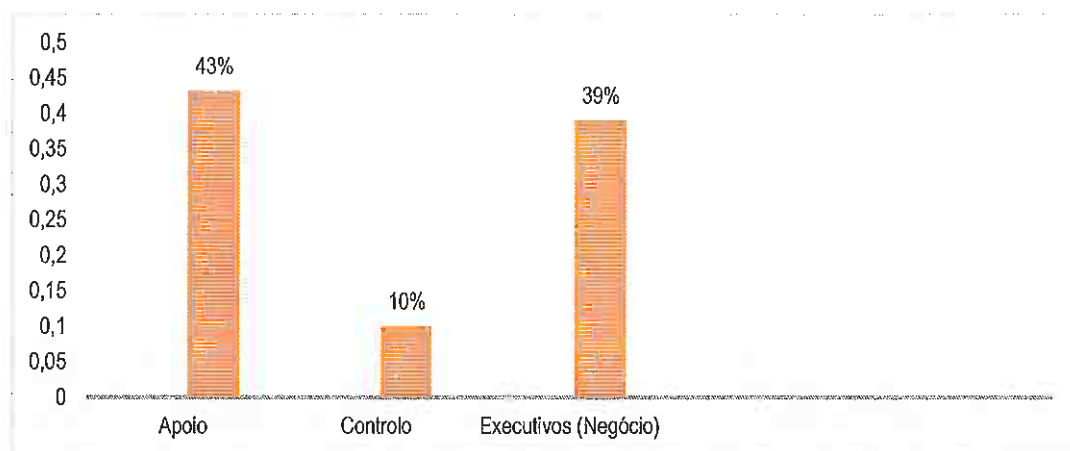
**Tabela 8: Caracterização dos Recursos Humanos – Colaboradores**

Tabela do Pessoal - 31-12-2021												
NID	Estrutura Orgânica	Directores	Subdirectores	Chefes de Departamento/Gerentes	Coordenadores	Chefes de Secção	Técnicos	Total		Variação		Peso
								2021	2020	0%	%	
Órgão de Controlo		3	2	-	-	-	12	17	18	8	12	
1	GCO	1	1	-	-	-	4	6	7	17	39	
2	GAI	1	-	-	-	-	5	6	6	-	33	
3	GGR	1	1	-	-	-	3	5	5	-	28	
Órgão Executivo		5	2	9	-	-	49	65	58	(11)	37	
4	DOP	1	1	7	-	-	25	34	24	(29)	41	
5	DCR	1	1	2	-	-	9	13	16	23	28	
6	GFP	1	-	-	-	-	9	10	10	-	17	
7	GOE	1	-	-	-	-	3	4	3	(25)	5	
8	GRC	1	-	-	-	-	3	4	5	25	9	
Órgão de Apoio		10	5	5	-	3	70	93	80	(14)	51	
9	DAG	1	-	2	-	1	15	19	15	(21)	19	
10	DFI	1	1	1	-	-	7	10	7	(30)	9	
11	DTI	1	1	2	-	-	7	11	10	(9)	13	
12	GCC	1	1	-	-	-	5	7	6	(14)	8	
13	GEP	1	-	-	-	-	3	4	5	25	6	
14	GJU	1	1	-	-	-	4	6	4	(33)	5	
15	GOI	1	-	-	-	-	4	5	6	20	8	
16	GRH	1	1	-	-	-	6	8	8	-	10	
17	GMI	1	-	-	-	-	2	3	1	(67)	1	
18	GSE	1	-	-	-	2	17	20	18	(10)	23	
<b>Total</b>		<b>18</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>131</b>	<b>175</b>	<b>156</b>	<b>(19)</b>	<b>100</b>	

Fonte: BDA

122. Até 31 de Dezembro de 2021, a composição do efectivo dos colaboradores por funções, apresentava uma maior concentração nos Órgãos de Apoio com um grau de 43%, seguido pelos Órgãos Executivos com 39% e Órgãos de Controlo com 10%, tal como se descreve gráfico a seguir.

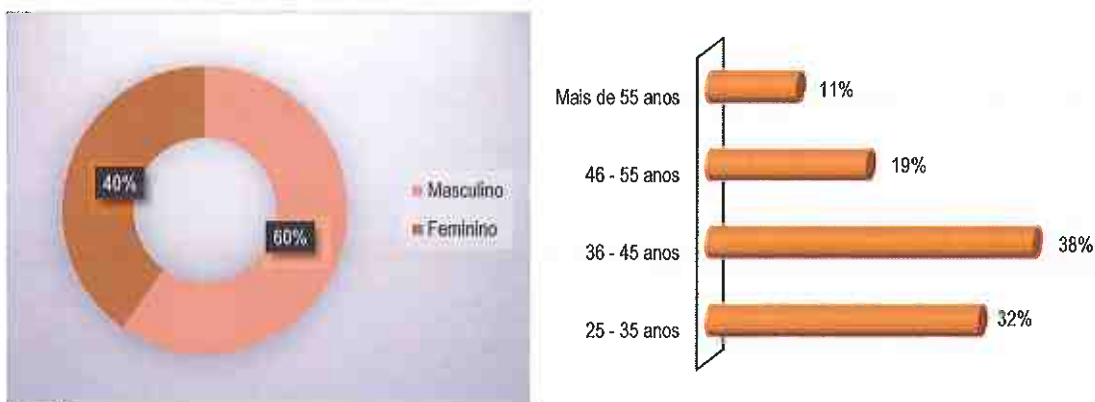
**Gráfico 3: Distribuição dos Colaboradores por Funções**



Fonte: BDA

123. Em género, os homens dominam na composição do quadro de pessoal constituindo cerca de 62% (116 colaboradores) do total, contra os 38% (71 colaboradoras) que representam as mulheres, tal como se ilustra no gráfico abaixo.

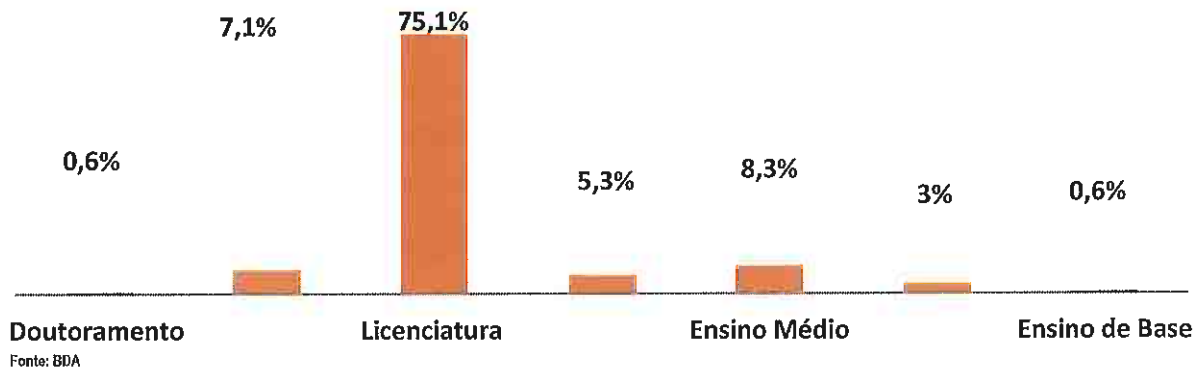
**Gráfico 4: Distribuição dos Colaboradores por Género e Faixa Etária**



Fonte: BDA

124. Relativamente à estrutura etária, verificou-se uma maior concentração dos colaboradores do Banco na faixa dos 36 a 45 anos, cerca de 38% do total, (Cf. Gráfico 5 abaixo), traduzindo um quadro de pessoal jovem com potencial de crescimento dentro da instituição.

125. Relativamente ao grau académico verificou-se que 7% dos colaboradores possuíam o grau de mestre, 75% eram licenciado, 5% frequentavam o ensino superior, 8% tinham ensino médio e outros, conforme se demonstra no gráfico abaixo.

**Gráfico 5: Distribuição dos Colaboradores por Habilitações Literárias**

126. O contexto da pandemia da Covid-19, exigiu a redefinição da metodologia de administração das acções de formação, sendo que estas passaram a ter essencialmente o formato de videoconferências, com vista a redução da propagação do vírus no meio dos colaboradores.

127. Em 2021 foram realizadas 18 acções de formação envolvendo 148 colaboradores do total de 175 colaboradores que compõem o banco, uma aposta que tem vindo a ser executada na capacitação dos quadros do BDA. As formações foram feitas em forma presencial e à distância e, ao total foram consumidas cerca de 3.349 horas, com foco para a capacitação nas áreas de negócio, jurídica, compliance, administração (gestão corrente) e logística e alta Administração.

#### **7.4. NO DOMÍNIO DO FOMENTO DA ECONOMIA**

128. Em 2021 o Banco de Desenvolvimento de Angola, à semelhança das demais economias, operou em um contexto desafiante e limitado face a situação de pandemia resultado do novo Covid-19.

129. Sem prejuízo ao anteriormente mencionado, de forma a atingir a meta de financiamento de USD 250 milhões, sendo, USD125 milhões previsto para o DB, USD 75 milhões para os Programas do BDA e USD 50 milhões de Kwanzas para financiar outros programas do Governo. No período em consideração, foi elaborado um plano de acção comercial com actividades correntes, focadas na captação de clientes, disseminação da linha do DB e no apoio institucional para a materialização da linha e captação do negócio.

130. Com isso, foram aprovados 4 projectos da linha de financiamento do Deutsche Bank, avaliados no montante de 90.595 milhões de Kwanzas, com duas 2 Garantias Soberanas emitidas, estando outras em vias de aprovação pelo Ministério das Finanças.

131. Ainda no quadro da captação de clientes, o Banco gizou e começou a implementar a divulgação dos novos produtos do BDA e da linha do DB. Para tal foi realizada a apresentação da linha do DB na Feira Internacional de Benguela e realizados encontros com potenciais clientes e entidades interessadas na Linha do DB.

132. No âmbito da melhoria do crédito foram concluídos os produtos financeiros para bovinicultura, caprinicultura e ovinicultura e que se esperam lançar nos próximos tempos.

133. Foi também lançado novos produtos, que visam conferir maior consistência à solução de financiamento para as iniciativas empresariais do segmento da produção vegetal do sector agrícola, aliada as necessidades, expectativas e características dos operadores económicos do referido sector e oferecerá ao BDA as ferramentas e flexibilidade necessárias para actuar, de forma diferenciada e mais efectiva, em toda a cadeia de produção, ao mesmo tempo que permitirá uma melhor gestão da exposição do Banco ao risco de crédito.

134. As actividades realizadas durante o ano de 2021, se comparadas ao definido no plano de actividades sugerido, fazem referência na maior parte dos casos a actividades de rotina e de gestão interna de processos pelo que pode-se fazer um balanço positivo, carecendo de desbloqueio de algumas rotinas de gestão referidas objectivamente em cada eixo e da implementação dos programas do plano de negócios do BDA.

135. Ainda no quadro da captação de clientes, o Banco gizou e começou a implementar a divulgação dos novos produtos do BDA e da Linha do DB. Para tal foi realizada a apresentação da Linha do DB na Feira Internacional de Benguela e realizados encontros com potenciais clientes e entidades interessadas na Linha do DB.

136. No âmbito da melhoria do crédito foram concluídos os produtos financeiros para bovinicultura, caprinicultura e ovinicultura e que se esperam lançar nos próximos tempos.

137. Foi elaborado e aprovado o Memorando dos encontros realizados com a banca comercial para um acordo sobre ordem permanente de débito em contas dos mutuários do BDA para reembolso de crédito. Já no domínio da

fiscalização técnica de projectos, foram realizadas 85 visitas e foi também consolidado o projecto de levantamento e mapeamento georreferencial dos projectos financiados pelo BDA.

138. Como resultado das metas definidas para este eixo estratégico para o ano de 2021, tivemos como resultados final os seguintes, conforme abaixo a tabela resumo:

**Figura 6: Execução iniciativas Estratégicas – Fomento da Economia**

	31-12-2021	31-12-2021	
	Metas	Resultado	Observações
1 Financiamento da Economia através dos Programas do BDA	USD 75 M	USD 67,5 M	<ul style="list-style-type: none"> <li>Financiamento aprovado até 31 de dezembro fixou-se ao equivalente em Kz a USD 67,5 milhões, correspondendo a uma execução de 90% face à meta.</li> </ul>
	Desembolsado ao equivalente em Kz a USD 89,96 milhões		
2 Financiamento da Economia através da Linha de Crédito do Deutsche Bank	USD 125M	USD 141 M	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram aprovados até 31 de dezembro 4 projectos através da Linha de Crédito do DB, que atingiram o valor de USD 141 milhões, correspondendo a 113% da meta (+13%).</li> </ul>
3 Financiamento da Economia através de outros Programas de Financiamento	USD 50M	USD 27,8 M*	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram desembolsados até 31 de dezembro ao equivalente em Kz a USD 27,8 milhões para aquisição de viaturas no âmbito do Plano de Apoio aos Operadores de Transportes de Mercadorias do Comércio Rural (Decreto Presidencial n.º 19/21, de 20 de Janeiro).</li> </ul>
<small>* Valor em Kz: 15.729.281.100,00 Taxa fixing (30.11.21): Kz/USD 565,138</small>			

Fonte: BDA

139. Portanto, no geral, verificou-se um cumprimento em 94,5% da meta prevista para Financiamento a Economia.

## 7.5. NO DOMÍNIO DA ORIENTAÇÃO AO PROMOTOR

140. Foram realizadas sessões de esclarecimentos com diversos promotores, para clarificar os procedimentos do Banco em relação aos requisitos de candidatura ao crédito e cumprimento das condições de financiamento em vigor no BDA. Ainda foram elaboradas adendas e pareceres sobre o cumprimento e conformidade das condições precedentes e subsequentes ao primeiro desembolso.

141. No âmbito do plano de abertura das representações regionais foram concluídas 5 agências regionais nas províncias de Benguela, Huíla, Huambo, Uíge e Lunda-Sul. Já se encontram contratualizadas as agências de (

Cabinda e Moxico) da rede-SIAC para instalação das agências do BDA. Decorre a fase do processo de contratação de empresas para a realização de obras de adaptação dos espaços, bem como, da contratação de fornecedores de mobiliários de escritório, de equipamentos informáticos, limpeza e segurança.

142. Foram emitidas Garantias Bancárias a favor das empresas nacionais para a importação de equipamentos, bem como, a formalização das mesmas, com particular ênfase aos contractos realizados com Cartórios Notariais, assim como também auxiliou-se os promotores na formalização de garantias no âmbito do processo de crédito, com principal realce nos contactos com a Conservatória do Registo Predial para formalização das garantias pessoais e reais a favor do Banco.

143. Com o propósito de melhorar a satisfação do cliente e maximizar a qualidade, inovar produtos e serviços, no ano de 2021 foram lançados novos produtos, assentes na produção vegetal e animal, confoeme expresso abaixo:

**a) Produção vegetal**

- 4 novos produtos financeiros para o sector agrícola, nomeadamente “Crédito de Campanha Agrícola”, “Máquinas e Equipamentos Agrícola”, “Infraestrutura e Estruturas de Apoio à Produção Agrícola” e “Projectos de Investimento Agrícola”.

**b) Produção animal**

- 4 novos produtos financeiros para o sector da produção pecuária, nomeadamente “Bovinicultura de Corte”, “Suinicultura”, “Caprinicultura e Ovinicultura de Corte” e “Avicultura de Corte e Postura.

144. Serão também lançados novos produtos do sector de pescas e aquicultura. Os mesmos correspondem a 4 produtos para pesca e 4 para a aquicultura, nomeadamente Produto Capital Circulante, Maquinas e Equipamentos, Estruturas e Infraestruturas e Projecto de Investimento, respectivamente.

145. Foi ainda lançada e divulgada a campanha de Recuperação de Crédito, sob o slogan “**VAMOS RESOLVER JUNTOS**”, que adiante encontra-se apresentada de forma detalhada.

146. Para melhor elucidar o desempenho deste eixo estratégico à metas estabelecidas, abaixo apresentamos o quadro com as metas e resultado obtidos, onde conseguimos destacar o tempo médio de resposta do banco aos

clientes, estimado em 40 dias e se conseguiu atingir a média de 37 dias úteis, ressalvando a condição de falha e omissões de clientes não imputados ao banco. Ainda, destacamos as 5 agências projectadas como apenso da central, a instalar em algumas províncias, tendo sido de facto montadas e com perspectivas inauguração á entrada do ano de 2022.

**Figura 7: Execução inicitivas Estratégicas – Orientação ao Promotor**

	31-12-2021	31-12-2021	
	Metas	Resultado	Observações
1 Celeridade na resposta, alinhado com as exigências do regulador (dias úteis).	40	37	<ul style="list-style-type: none"> <li>O tempo médio para decisão do crédito (líquido/descontando as falhas e omissões dos clientes) a 31 de dezembro manteve-se em 37 dias úteis.</li> </ul>
2 Aumento da cobertura geográfica do Banco com a abertura de representações regionais	5 Agências	5	<ul style="list-style-type: none"> <li>Concluídas 5 agências regionais nas províncias de Benguela, Huíla, Huambo, Uíge e Lunda-Sul;</li> <li>Prevista a inauguração da agência do Huambo para o mês de janeiro de 2022.</li> </ul>
3 Diversificação de soluções de financiamento.	13 Produtos	8	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estão em fase de lançamento os produtos do sector de pescas e aquicultura. Os mesmos correspondem a 4 produtos para Pesca e 4 para a aquicultura, nomeadamente Produto Capital Circulante, Maquinas e Equipamentos, Estruturas e Infraestruturas e Projecto de Investimento, respectivamente.</li> </ul>

	31-12-2021	31-12-2021	
	Metas	Resultado	Observações
4 Eficiência (custo/benefício) • Redução das despesas de fiscalização dos projectos	Identificar oportunidades de melhoria	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução em 35% do custo de fiscalização, com base na ordem de serviço que ajusta as despesas de deslocação e estadia dos colaboradores do Banco.</li> <li>Redução do nº de visitas de fiscalização de pré-avaliação e do nº de integrantes.</li> </ul>
5 • Redução do tempo médio dos desembolsos após cumprimento das condições precedentes	5	20	<ul style="list-style-type: none"> <li>O tempo médio dos desembolsos após cumprimento das condições precedentes manteve-se em 20 dias até o final do exercício</li> </ul>
6 • Implementação de boas práticas de gestão dos projectos financiados pelo Banco	Identificar oportunidades de melhoria	-	<ul style="list-style-type: none"> <li><u>Workflow</u> de crédito: visualização do estado do <u>projecto</u>, incluindo todos os dados do <u>projecto</u> e pareceres de todas as áreas/partes interessadas.</li> <li>Execução do desembolso em alinhamento com a execução física e financeira dos <u>projectos</u></li> </ul>

Fonte: BDA

## 7.6. NO DOMÍNIO DA ROBUSTEZ FINANCEIRA

147. Para o cumprimento do objectivo estratégico previsto no Plano de Negócio, que visa à melhoria da posição e do desempenho financeiro do Banco, que passa também pela Captação de financiamento interno e externo, alinhada com a Estratégia de Endividamento para o Banco iniciaram-se negociações com diversas instituições financeiras internacionais e, dentre estas vamos destacar as seguintes:

- **Afreximbank:** com a qual se está a interagir com o propósito de obter recursos suplementares ao «FND», que deverão financiar projectos de infra-estrutura, do sector produtivo e projectos estratégicos. A linha de crédito em contratação terá como objectivo a importação de bens e equipamentos para projectos, avaliado no montante aproximado a 27.805 milhões de Kwanzas, correspondente a USD 50 milhões, porém, a proposta apresentada pela instituição não foi atractiva para o BDA, devido ao elevado custo de captação de financiamento. Como contrapartida, foi sugerido uma proposta de captação de um produtos especificos, tais como, trading finance, garantias bancárias, factoring, etc;
- **Banco de Desenvolvimento da Bielorrússia:** foi recepcionado o custo indicativo para a contratação de uma linha de crédito à exportação. A materialização desta linha está condicionada a identificação de clientes com necessidade de importação de bens provenientes da Bielorrússia;
- **ODDO BHF:** foi manifestada pela instituição a possibilidade de concessão de linhas de crédito na modalidade de trade finance e project finance para o BDA. Foi solicitado o início do processo KYC para adopção do BDA à redfe de potenciais clientes. Posteriormente, será remetida ao BDA a proposta formal com os termos e condições sdo financiamento para análise.
- **Wrap Developments LLC:** foi manifestada a intenção para intermediação financeira para captação de financiamento no valor de 2,5 bilhões de Dólares Americanos a favor do BDA. A proposta foi recusada atendendo o elevado custo da taxa de consultoria (5 milhões de Dólares americanos), que deverão ser pagos, independentemente da contratualização.

148. A 31 de Dezembro de 2021 a taxa de incumprimento (crédito vencido acima de 90 dias) da carteira de crédito do banco foi de 48%, sendo 7% acima quando comparado ao ano de 2020 que foi de 41%. O crédito malparado situou-se em 2021 no montante de 206.134 milhões de Kwanzas.

149. Em 2021 foi celebrado um memorando de entendimento com Africa Finance Corporation (AFC), que prevê como uma das linhas de acções prioritárias a contratação de linhas de crédito, bem como a criação de soluções alternativas de financiamento para aumento da robustez financeira do Banco, tendo negociado com a Norsad a assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU).

150. O respectivo Memorando de Entendimento visa criar de soluções alternativas de financiamento para aumentar a robustez financeira do Banco, sendo que BDA iniciou com a Norsad a negociação de assinatura de um memorando de entendimento que contempla operações de co-financiamento.

151. De igual modo, realizou-se uma reunião com o BADEA com vista a contratação de uma linha de crédito para Angola e operacionalizada pelo BDA, para apoio às PME's.

152. Com o objectivo de garantir taxas de juros mais competitivas e ao mesmo tempo rentáveis nos financiamentos concedidos pelo banco foi elaborada, remetida e discutida com a tutela uma proposta do novo modelo de formulação da taxa de juros e aguarda-se pela sua aprovação e publicação.

153. Começou a ser implementado o plano de redução de custos da instituição onde foi concluída a alteração dos IPS das impressoras no servidor, com vista a cumprir a recomendação de regras de impressão frente, verso, preto e branco, bem como, a interdição de impressão de documentos com fundo coloridos e continuam a ser acompanhados com atenção e fruto disto, registou-se melhor gestão de material de consumo corrente, impressão, energia eléctrica e água.

154. Foi, inicialmente, efectuado um levantamento dos serviços de consultoria afectos à toda direcção do banco, tendo sido constatado a existência de relações contratuais com possibilidade de redução dos custos, o que motivou negociações e em alguns casos rescisões de contractos com as mesmas entidades.

155. Sendo o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) a principal fonte de financiamento, à semelhança do ano anterior, em 2021 o BDA continuou a não beneficiar de de qualquer dotação do Tesouro Nacional, o que tem contribuído bastante no baixo desempenho do Banco e, coartadas as possibilidades de maior cedência de crédito ao sector real da economia em sede das atribuições do BDA.

156. Neste eixo estratégico, destacamos também um dos maiores problemas actuais do BDA: *Funding*. Tencionava-se concluir a capitalização do BDA em cerca de 32.000 milhões de Kwanzas, conforme a meta estabelecida, sendo que não foi realizada até o final do ano em questão.

**Figura 8: Execução inicitivas Estratégicas – Robustez Financeira**

	31-12-2021 Metas	31-12-2021 Resultado	Observações
1 - Conclusão da Capitalização do Banco	AOA 32 Mm	AOA 0 Mm	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não realizada. O MINFIN comprometeu-se em capitalização de 31 mil milhões de Kwanzas em 2022, realizado em obrigações do tesouro, e retoma inicial das dotações do FND em 15 mil milhões de Kwanzas.</li> </ul>
2 - Captação de financiamento externo	AOA 27,8 Mm	AOA 0	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizada a Reunião com ODDO BHF para captação de linha de crédito;</li> <li>Realizada a Reunião com vista captação de linha de crédito (<u>Trade Finance</u>) <u>África Trade Finance</u>.</li> </ul>
3 - Recuperação do crédito em incumprimento	AOA 1,5 Mm	AOA 1,57 Mm	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi recuperado crédito em incumprimento avaliado em AOA 1,57 Mm, correspondente a 104% da meta definida.</li> </ul>
4 - Assegurar o reembolso do crédito devido	90%	28%	<ul style="list-style-type: none"> <li>Observou-se o reembolso de ~28% das prestações vencidas até 31 de dezembro 2021 (Reembolso: 11,3 mil milhões de Kwanzas <del>Val.</del> Vencido 40 mil milhões de Kwanzas.) Com a exclusão do crédito da Angola Cables esta percentagem passa para 57%.</li> </ul>

	31-12-2021	31-12-2021	
	Metas	Resultado	Observações
<b>5</b> - Ajustar as taxas de juros nos financiamentos concedidos (realizar em 100% a iniciativa)	100%	85%	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi desenvolvida uma proposta do novo modelo de formulação da taxa de juro.</li> <li>Apresentada e discutida com tutela da proposta. Aguarda-se pela aprovação e publicação</li> </ul>
<b>6</b> - Melhoria do EBITDA (aumento dos proveitos e redução dos custos)	+ 15%	-114,59%	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diminuição dos proveitos em 67,09%: Comparação AOA 136,3 milhões de Kwanzas (31 dezembro 2020) VS AOA 44,9 milhões de Kwanzas (31 dezembro de 2021);</li> <li>Aumento dos custos em 72,13%: Comparação 34,7 milhões de Kwanzas (31 dezembro 2020) VS Kz 59,7 milhões de Kwanzas (31 dezembro de 2021);</li> <li>Diminuição do EBITDA em 114,59%.</li> <li>Diminuição de 142% (equivalente a AOA -110, milhões de Kwanzas) dos proveitos em Resultados cambiais. <b>Peso de 55% no total das despesas.</b></li> </ul>

Fonte: BDA

## 7.7. NO DOMÍNIO DO PAPEL INSTITUCIONAL

157. No eixo estratégico do Papel Institucional, a vocação vai directamente para a necessidade de estabelecimento de parcerias e suporte de instituições externas, quer sejam nacionais como estrangeiras, para se obter mais-valias das experiências e boas práticas de outras instâncias. Embora não tenha havido resultados de elevado volume, próprio das limitações do momento, todavia conseguiu-se realizar acções importantes com estabelecimento de parcerias e alguns em vias a favor do BDA.

158. Neste domínio e no âmbito do objectivo estratégico que é posicionar-se como uma instituição de financiamento ao desenvolvimento de referência por via de: (i) parcerias; (ii) promoção de conhecimento e (iii) responsabilidade social, e com referencia ao "Plano de Fomento e Desenvolvimento de Parcerias" com instituições de apoio ao desenvolvimento, temos a relatar os seguintes factos:

- Foram rubricados 3 acordos de Cooperação com as Instituições Financeiras: Câmara de Comércio e Indústria Angola Itália, *African Finance Corporation* e *Citizen Entrepreneurial Development Agency*;

- Estão em curso negociações com 2 instituições internacionais de desenvolvimento, nomeadamente, DBSA (Banco de Desenvolvimento da África do Sul) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com vista a celebração de 2 Memorandos de Entendimentos em diversos domínios de cooperação e co-financiamento.

159. No domínio de “**Promoção de Conhecimento**”, o Banco realizou algumas actividades, conforme abaixo elencadas:

- (i) Realização do "DIA do CAMPO" - Sessão de esclarecimentos sobre os novos produtos do BDA aos produtores da Quiminha;
- (ii) Realizado o evento de apresentação das condições de elegibilidade ao crédito aos consultores de projectos;
- (iii) Foram rubricados Acordos de parceria com o DBN e IDC;
- (iv) Está em análise o draft de Memorando de Entendimento com o DBSA;
- (v) Participação no Seminário de Capacitação para o INAPEM, sobre os produtos financeiros; Participação no BootCamp e Workshop Agronegócio e Meios Financeiros;
- (vi) Participação do BDA na Conferência Economia & Mercado sobre Agricultura Produção Nacional vs Importação;
- (vii) Participação no Seminário Angola/Brasil sobre Agroindústria oportunidades e desafios Acção de Formação organizado pelo MINJUD e INAPEM;

160. Outrossim, o Banco de Desenvolvimento de Angola, promoveu eventos (Webinars) com vista a divulgação, capacitação e intercâmbio de conhecimentos voltados para o sector produtivo e fomento do negócio (B2B), com os seguintes temas:

- (i) **Importância da conta e cultura para os projectos de investimentos no sector agrícola:**
  - N.º de participantes: 78
- (ii) **Cálculos dos custos médios de produção por hectare, rentabilidade, optimização dos recursos e produtividade:**
  - N.º de participantes: 117
- (iii) **Utilidade e produtividade das máquinas agrícolas:**
  - N.º de participantes: 109

161. Foram igualmente realizados Webinares no ano de 2021, com o intuito de promover negócios do Banco, que visam a divulgação, capacitação, intercâmbio de conhecimentos, virados para o sector produtivo e fomento do negócio.

162. No domínio da **Responsabilidade Social**, em 2021 foram realizadas algumas actividades, nomeadamente:

- (i) Concluída e aprovada pela CEX a Estratégia de Responsabilidade Social. A estratégia define as áreas temáticas de intervenção, as exclusões, o o processo de selecção e aprovação e os instrumentos operacionais e de monitorização. O Documento encontra-se ao dispor do GOI para a sua instituilização.
  
- (ii) Foram elaborados e aprovados dois projectos sociais que serão implementados em 2022 nomeadamente:
  - Projecto de revitalização do Centro Horto botânico do Quilombo em parceria com o Instituto de Investigação Agronómico de Angola. O projecto prevê a produção de 250.000 mudas de palmeira de dendém para fomentar o cultivo de culturas industriais e a produção de rosas de porcelana para fins comerciais. Está em curso a elaboração do Memorando de Entendimento para gerir a implementação do projecto.
  
  - Projecto BDA Literário que prevê a aquisição de livros para serem distribuídos em bibliotecas comunitárias, pagamento de assinaturas de jornais científicos para aumentar a capacidade de pesquisa da Faculdade de Ciências Agrária e Medicina Veterinária da Universidade José Eduardo dos Santos e a edição de obras literárias. O projecto deverá novamente ser apresentado à CEX para aprovação final.

Figura 9: Execução iniciativas Estratégicas – Papel Institucional

	31-12-2021	31-12-2021	
	Metas	Resultado	Observações
<b>1</b> ▪ Promoção de iniciativas empresariais e/ou de desenvolvimento de economia local (cadeias de valor) *	2 Iniciativas	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Esta iniciativa está a ser executada através da iniciativa 3 abaixo.</li> </ul>
<b>2</b> ▪ Estabelecer acordos de parcerias com Instituições de apoio ao desenvolvimento (nacionais e Internacionais)	5 Inst.	8 Inst.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizados encontros para a partilha de experiências e métodos utilizados para a gestão e monitorização de projectos com as seguintes entidades: Development Bank of Namibia- DBN, Citizen Entrepreneurial Development Agency- CEDA, Banco Africano de Desenvolvimento- BDA)</li> <li>Realizada uma reunião técnica com o FEDA (Fund for Export Development in Africa), para aferir o interesse de investimento na empresa TUPUCA;</li> <li>No total, foram estabelecidos 8 acordos Institucionais.</li> </ul>
<b>3</b> ▪ Acções de promoção de conhecimento e boas práticas com parceiros estratégicos nos diferentes domínios de interesse do Banco.	6 Eventos	6 Eventos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizado nos dias 03 e 10 de dezembro os webinars em parceria com a <u>Smart Procurement</u>, com os temas:                         <ol style="list-style-type: none"> <li>Sistemas de rega e <u>optimização</u> dos custos operacionais e economia hídrica;</li> <li>Desenvolvimento de empresas e fornecedores.</li> </ol> </li> </ul>
	31-12-2021	31-12-2021	
	Metas	Resultado	Observações
<b>4</b> ▪ Promoção de iniciativas no âmbito da Responsabilidade Social	AOA 278 M	AOA 111 M	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovada a implementação do Projecto de revitalização do Centro Horto Botânico do Quilombo (produção de 250,000 mudas de palmeira dendém e cultivo de rosas de porcelana).</li> </ul> <p>O <u>projecto</u> tem a duração de doze meses, está orçado em cerca de USD 84.000 e visa (i) contribuir para o fomento do cultivo de culturais industriais mediante criação de viveiro para a produção de cerca de 250,000 mudas de palmeira dendém e (ii) cultivo de dois hectares de rosas de porcelana para fins comerciais. Está em curso a elaboração do Cronograma de execução, orçamento detalhado e posteriormente do Memorando de Entendimento.</p>

Fonte: BDA

163. No eixo estratégico do Papel Institucional, a vocação vai directamente para a necessidade de estabelecimento de parcerias e suporte de instituições externas, quer sejam nacionais como estrangeiras, para obter-se mais-valias das experiências e boas práticas de outras instâncias. Embora não tenha havido resultados de elevado volume, próprio das limitações do momento, todavia conseguiu-se realizar acções importantes com estabelecimento de parcerias e alguns em vias a favor do BDA.

164. Em resumo, o desempenho do Banco nos 5 eixos definidos, em conformidade ao Plano de Negócios para o ano de 2021 foi satisfatório, tendo atingido um grau de execução global de 81%, para 136 acções/tarefas definidas. A tabela abaixo, ilustra esse facto:

**Tabela 9: Síntese do Ponto de Situação da Implementação das Iniciativas Estratégicas**

E. Estratégico	Objectivo Estratégico	# I.E	# Acções	Status	N. Execução	Data Término
Fomento à Economia	Financiar a economia com o equivalente em Kwanzas até USD 250M, priorizando os sectores primário e secundário da economia.	3	33		88%	31/12/21
Orientação ao Promotor	Melhorar a interacção com os promotores.	2	6		95%	13/12/21
Robustez Financeira	Melhorar a posição e o desempenho financeiro do Banco	5	42		90%	31/12/21
Reforço da Organização e dos Recursos Internos	Melhorar a eficiência organizacional, assente na disponibilidade e optimização de recursos tecnológicos, capital humano, e estrutura	6	20		73%	31/12/21
Papel Institucional do BDA	Posicionar-se como uma instituição de financiamento ao desenvolvimento de referência por via da promoção de conhecimento, resp. social, e parcerias	5	35		60%	31/12/21
<b>Total</b>		<b>21</b>	<b>136</b>		<b>81%</b>	

Fonte: BDA

## 7.8. O NEGÓCIO

165. No exercício de 2021, foram recebidos pelo Banco 90 pedidos de financiamento de crédito avaliados em 331.591 milhões de Kwanzas, que se distribuem em 67 projectos para os programa de financiamento do BDA, 13 projectos da linha de crédito do Alívio Económico COVID-19 e 10 projectos da linha de crédito do Deutsche Bank. Não se registou qualquer solicitação de financiamento para o Projecto de Apoio ao Crédito - PAC.

### 7.8.1. Crédito Aprovado

166. No âmbito da actividade creditícia, no ano de 2021, o comité de crédito do BDA apreciou e deliberou pela aprovação de um total de 146 candidaturas ao crédito, avaliadas em 128.688 milhões de Kwanzas, enquadrados nos Programa de Financiamento do BDA, PAC, Deutsche Bank e Alívio Económico.

167. Os projectos aprovados apresentaram a seguinte composição por linhas e programas de financiamento: (i) Kz 30.556 milhões, enquadradas nos Programas de Financiamento do BDA (programas concebidos pelo banco); (ii) 673 milhões de Kwanzas do Projecto de Apoio ao Crédito (PAC); (iii) 6.864 milhões Kwanzas enquadrados nas Linhas de Crédito para o Alívio Económico COVID-19; e (iv) 90.595 milhões Kwanzas da Linha de Crédito do Deutsche Bank.

**Tabela 10: Montantes/projectos aprovados por Linhas/Programas de Financiamento**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Designação	Ano 2021		Ano 2020		Δ%
		# Projectos	Crédito Aprovado	# Projectos	Crédito Aprovado	
1	Programas de Financiamento do BDA	16	30 556	14	47 473	-36%
2	Projecto de Apoio ao Crédito (PAC)	2	673	2	335	101%
3	Linhas de Crédito para o Alívio Económico - COVID-19	124	6 864	414	Te38 148	-82%
4	Linha de Crédito do Deutsche Bank	4	90 595	4	106 426	-15%
	<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>128 688</b>	<b>434</b>	<b>192 382</b>	<b>-33%</b>

FONTE: BDA

168. Alguns projectos submetidos à apreciação do comité de crédito não foram aprovados. As razões para não aprovação das solicitações de financiamento são recorrentes, que dizem, essencialmente, respeito as seguintes:

- (i) Não viabilidade técnica, económica e financeiras dos projectos submetidos pelas entidades promotoras;
- (ii) Incapacidade de comparticipação do promotor no financiamento ao investimento;
- (iii) Insuficiente capacidade de endividamento das entidades promotoras face ao valor do financiamento pretendido;
- (iv) Desfasamento entre a dimensão dos projectos, as competências e experiência (tempo de existência) das entidades empreendedoras;
- (v) Existência de crédito irregular na CIRC;
- (vi) Ausência de garantias que cubram 100% do financiamento.

### **7.8.2. Operações Directas – Programas do BDA**

169. Considerando a principal base de financiamento de créditos do BDA, que tem como fonte principal o FND, num total de 60 projectos analisados no ano de 2021, foram aprovados apenas 16 projectos, justificados por variadíssimas razões e, dentre as principais, às constantes no ponto anterior.

170. Os projectos aprovados estão distribuídos em 15 províncias do País, nos sectores de Agricultura (Pecuária), Indústria de transformação e Comércio e Serviços.

### **7.8.3. Programa de Alívio Económico**

171. O Programa de Alívio Económico gizado pelo Executivo angolano, ao abrigo do Decreto Presidencial Nº 98/2020 de 9 de Abril – Medidas de Alívio do Impacto Económico Provocado pela Pandemia da COVID-19 – visa ajudar as empresas a minimizarem os riscos do impacto da Covid-19. Ao BDA coube a responsabilidade de financiar o montante total de 40.650 milhões de Kwanzas, tendo numa primeira instância a incumbência de disponibilizar crédito no montante de 26.400 milhões de Kwanzas, sob as seguintes condições: (i) taxa de juros de 9%; (ii) maturidade de 2 anos e; (iii) período de carência de capital de 180 dias, para financiar a compra dos operadores do comércio e distribuição.

172. Para materializar este objectivo, o BDA aprovou o financiamento de 124 projectos de investimento, avaliados no montante de 6.864 milhões de Kwanzas, distribuídos em 3 programas que a compõem, nomeadamente:

- (i) 1.937 milhões de Kwanzas para o programa que visa impulsionar a compra de Produção Nacional em distintos pontos do país;
- (ii) 2.986 milhões de Kwanzas para a compra de insumos agrícolas (fertilizantes), e ;
- (iii) 1.940 milhões de Kwanzas para o financiamento de projectos de modernização e expansão de 15 cooperativas/província (agricultura e pescas);

173. Os projectos aprovados no programa do alívio económico estão distribuídos pelos sectores de actividades conforme a tabela abaixo:

**Tabela 11: Aprovações por Sectores de Actividade**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Sectores	1.º Trimestre		2.º Trimestre		3.º Trimestre		4.º Trimestre		Anual	
		# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante		
1	Agricultura (+ Pecuária)	86	1 743	8	2 883	4	155	2	45	100	4 827
2	Pescas	10	514	14	1 523	-	-	-	-	24	2 037
3	Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>2 257</b>	<b>22</b>	<b>4 407</b>	<b>4</b>	<b>155</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>124</b>	<b>6 864</b>

FORNTE: BDA

174. O crédito disponibilizado neste programa, foi financiado para 12 das 18 províncias do país, tendo a província do do Cuando Cubango a maior beneficiada com 23 projectos, embora Luanda tenha registado o maior volume de investimento, com o montante de 4.038 milhões de Kwanzas.

**Tabela 12: Aprovações por Província**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Províncias	1.º Trimestre		2.º Trimestre		3.º Trimestre		4.º Trimestre		Total Anual	
		# Projectos	Montante (kz)	# Projectos	Montante (kz)	# Projectos	Montante (kz)	# Projectos	Montante (kz)	# Projectos	Montante (kz)
1	Bengo	2	30	2	65	-	-	1	30	5	125
2	Benguela	2	45	1	5	-	-	-	-	3	50
3	Bié	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Cabinda	1	15	-	-	1	35	-	-	2	50
5	Quando-Cubango	15	150	8	535	-	-	-	-	23	685
6	Cuanza Norte	12	225	-	-	1	15	1	15	14	255
7	Cuanza Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8	Cunene	4	75	-	-	-	-	-	-	4	75
9	Huambo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Huíla	3	95	3	310	1	72	-	-	7	477
11	Luanda	8	655	2	3 383	-	-	-	-	10	4 038
12	Lunda Norte	15	85	1	15	-	-	-	-	16	100
13	Lunda Sul	12	423	3	63	-	-	-	-	15	486
14	Malanje	6	200	1	15	-	-	-	-	7	215



15	Moxico	3	130	-	-	-	-	3	130		
16	Namibe	3	25	-	-	-	-	3	25		
17	Uíge	4	54	-	-	-	-	4	54		
18	Zaire	6	50	1	15	1	33	8	98		
<b>Total</b>		<b>96</b>	<b>2 257</b>	<b>22</b>	<b>4 407</b>	<b>4</b>	<b>155</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>124</b>	<b>6 864</b>

FONTE: BDA

#### 7.8.4. Operações Indirectas – Linha Deutsche Bank

175. A Linha de Crédito do Deutsche Bank é uma solução de concessão de crédito à importação/exportação no âmbito de um acordo celebrado entre o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), o Deutsche Bank (DB) e o Governo de Angola representado pelo Ministério das finanças como garante.

176. No ano de 2021, foram analisados no total 10 projectos dos quais 4 projectos foram aprovados, avaliados em 90.595 milhões de Kwanzas correspondendo, enquadrados nos sectores da Agricultura (Pecuária), Comércio e Serviços e Indústria Transformadora.

Tabela 13: Aprovações por Sectores de Actividades

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N/O	Sectores	1.º Trimestre		2.º Trimestre		3.º Trimestre		4.º Trimestre		Total Anual	
		# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante		
1	Agricultura (+ Pecuária)			2	59 551	1	22 241	-	-	3	81 792
2	Pescas			0	-			-	-	0	-
3	Indústria Transformadora			1	8 804			-	-	1	8 804
<b>Total</b>				<b>3</b>	<b>68 355</b>	<b>1</b>	<b>22 241</b>			<b>4</b>	<b>90 595</b>

FONTE: BDA

177. Os projectos aprovados no ano de 2021 na Linha de Financiamento do Deutsche Bank, foram para 4 províncias, nomeadamente, Bengo, Benguela, Cabinda e Malanje. Tendo a província de Benguela o maior investimento, com 44.489 milhões de Kwanzas.

Tabela 14: Aprovações por Províncias

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N/O	Províncias	1.º Trimestre		2.º Trimestre		3.º Trimestre		4.º Trimestre		Total Anual	
		# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante		
1	Bengo	-	-	1	15 062	-	-	-	-	1	15 062
2	Benguela	-	-	1	44 489	-	-	-	-	1	44 489
3	Cabinda	-	-	1	8 804	-	-	-	-	1	8 804
4	Malanje	-	-	-	-	1	22 241	-	-	1	22 241
<b>Total</b>				<b>3</b>	<b>68 355</b>	<b>1</b>	<b>22 241</b>			<b>4</b>	<b>90 595</b>

FONTE: BDA

#### 7.8.5. Operações Indirectas – Projecto de Apoio ao Crédito (PAC)

178. O Governo aprovou através do Decreto Presidencial nº 159/19, de 17 de Maio, o Projecto de Apoio ao Crédito (PAC) com vigência de 4 anos (2019-2022), com o objectivo de garantir o financiamento da produção interna de 54 produtos prioritários do Programa de Apoio à Produção, Promoção das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

179. O referido Projecto constitui-se num dos instrumentos de facilitação de acesso ao crédito ao sector privado, bem como de estímulo ao aumento da produção interna de bens essenciais, substituição das importações e de fomento à criação de emprego.

180. O BDA, no âmbito do Projecto de Apoio ao Crédito – PAC durante o ano de 2021 registou a aprovação de juros de créditos referente a 2 projectos avaliados em 673 milhões de Kwanzas, nos sectores da indústria de transformação e também Comércio e Serviços situado nas províncias de Benguela e Luanda, conforme os mapas abaixo:

**Tabela 15: Aprovações por Sectores de Actividades**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Sector	1.º Trimestre		2.º Trimestre		3.º Trimestre		4.º Trimestre		Anual	
		# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante
1	Agricultura (+ Pecuária)										
2	Comércio e Serviços					1	207			1	207
3	Indústria Transformadora			1	466					1	466
	<b>Total</b>			1	466	1	207			2	673

FONTE: BDA

**Tabela 16: Aprovações por Províncias**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Sector	1.º Trimestre		2.º Trimestre		3.º Trimestre		4.º Trimestre		Anual	
		# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante	# Projectos	Montante
1	Benguela			1	466					1	466
2	Luanda					1	207			1	207
	<b>Total</b>			1	466	1	207			2	673

FONTE: BDA

### 7.8.6. Crédito Desembolsado

181. No ano de 2021, o Banco realizou desembolsos de crédito no valor total de 50.479 milhões de Kwanzas, mais 2.651 milhões de Kwanzas do que o período homólogo. Destes desembolsos, foram distribuídos conforme os Programas e Linhas de Crédito: (i) 57% para os Programas de Financiamento do BDA; (ii) 1% Projecto de Apoio ao Crédito (PAC) e (iii) 42% para as Linhas de Crédito para o Alívio Económico (Covid-19).

182. Os desembolsos ocorridos no período, reflectem um crescimento de 6% se comparado ao ano de 2020, conforme demonstra-se na tabela abaixo:

**Tabela 17: Desembolsos por Linhas/Programas de Financiamento**

*(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)*

N/D	Designação	2021	2020	Δ%
1	Programas de Financiamento do BDA	28 992	25 800	12%
2	Projecto de Apoio ao Crédito (PAC)	493	151	225%
3	Linhas de Crédito para o Alívio Económico – COVID-19	20 994	21 877	-4%
4	Linha de Crédito do Deutsche Bank	0	0	0%
<b>Total</b>		<b>50 479</b>	<b>47 829</b>	<b>6%</b>

FONTE: BDA

183. Os desembolsos no BDA são feitos geralmente por tranches, como forma de mitigar o risco de crédito. A primeira tranche só é libertada depois de satisfeitas as condições precedentes (garantias, prova de participação com fundos próprios no investimento, etc.), e as tranches subsequentes são penderes da boa utilização dos recursos.

184. Refira-se que nem todos os desembolsos que ocorrem num determinado ano resultam de projectos aprovados no mesmo ano, pois, podem resultar de projectos aprovados no ano anterior, pela circunstância dos desembolsos serem executados por tranches e geralmente espaçadas no tempo.

### 7.8.7. Crédito Reembolsado

185. O valor global do crédito reembolsado no ano de 2021 ascendeu os 11.267 milhões de Kwanzas, um diferencial positivo de 65%, em relação ao ano anterior. Em termos gerais, houve um diferencial negativo de 20% em relação ao crédito tradicional do Banco, baseado nos seus Programas de Financiamento. O Programa de Alívio Económico contrabalançou positivamente nesta comparação, com um registo de 5.787 milhões Kwanzas, uma vez que teve o seu início no ano de 2021.

186. O Microcrédito reembolsado, refere-se a uma linha de Crédito que está a ser disponibilizada para as Sociedade de Microcrédito e destas para os beneficiários finais (empresas de micro e pequenos negócios).

187. A evolução dos reembolsos é ilustrada na tabela abaixo:

**Tabela 18: Reembolsos por Linhas/Programas de Financiamento**

*(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)*

N/D	Sectores	Montantes		Δ%
		2021	2020	

1	Programa de Financiamento BDA	5 467	6 816	-20%
2	Microcrédito*	13	0	-
3	Programa de Alívio Económico	5 787	0	-
<b>Total</b>		<b>11 267</b>	<b>6 816</b>	<b>65%</b>

FONTE: BDA2

\* **Microcrédito:** Reembolso proveniente de Sociedades de Microcrédito beneficiárias de crédito, ao abrigo da Norma de Serviço (NS) n.º 500/18, de 14 de Agosto, que aprovou a concessão do total de 660 milhões de Kwanzas a estas Sociedades, que por seu turno financiariam aos beneficiários finais, empresas de micro e pequena dimensão. Deste montante, já foi desembolsado o total de 110 milhões de Kwanzas, sendo 50% no ano de 2019 para 2 Sociedades e igual registo para o ano de 2021 para outras 2 sociedades.

### 7.8.8. Crédito Reestruturado

188. No ano de 2021 foram reestruturados, ao total 18 projectos, em 3 sectores de actividade, sendo 50% no sector de Agricultura, 44% na Indústria de Transformação e 6% no Comércio e Serviços.

189. O montante total transacionado com as negociações correspondeu a 19.837 milhões de Kwanzas. Em relação ao ano de 2020, no ano em consideração registou-se positivamente um aumento em 9%. O comportamento dos créditos reestruturados é demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 19: Reestruturações de Créditos por Sectores de Actividade**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N/O	Sectores	2021		2020		Δ%
		Projectos	Montantes	Projectos	Montantes	
1.	Agricultura ( e Pecuária)	9	3 525	3	1 526	131%
2.	Indústria de Transformação	8	14 097	14	16 698	-16%
3.	Comércio e Serviços	1	2 215	1	22	10128%
<b>Total</b>		<b>18</b>	<b>19 837</b>	<b>18</b>	<b>18 246</b>	<b>9%</b>

FONTE: BDA

190. A distribuição por províncias, foi feita no ano de 2021 em pelo menos 9 províncias e, como ocorre com frequência, um maior pendor para Huambo, que registou o montante de 2.690 milhões de Kwanzas, seguido por Luanda com 2.070 milhões de Kwanzas.

**Tabela 20: Reestruturações de Créditos por Províncias**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N/O	Província	2021		2020		Δ%
		# Projectos	Montantes	# Projectos	Montantes	
1.	Bengo	4	4 411	3	1 028	329%
2.	Benguela	2	7 330	1	3 702	98%
3.	Cunene	0	0	1	268	-100%
4.	Cuanza Sul	5	1 719	0	-	-
5.	Cuanza Norte	1	135	0	-	-
6.	Huambo	1	2 690	1	2 713	-1%
7.	Luanda	2	2 070	7	7 459	-72%
8.	Huíla	2	1 344	3	1 589	-15%

9.	Malanje	1	138	2	1 488	-91%
	<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>19 837</b>	<b>18</b>	<b>18 246</b>	<b>9%</b>

FONTE: BDA

### 7.8.9. Créditos Recuperados

191. O Banco tem vindo a desenvolver acções que visam reaver os seus activos sobre operações de crédito que se encontram vencidos e/ou em mora, por via de cobranças, quer sejam amigáveis ou litigiosas.

192. No ano de 2021, foram recuperados créditos em incumprimento no montante de 1.575 milhões de Kwanzas nos sectores da Agricultura e pecuária, Comércio e Serviços e Indústria transformadora. Dos créditos recuperados 21% encontravam-se inseridos no sector da agricultura e pecuária, 37,5% no sector do comércio e serviços e 41% inseridos na indústria transformadora (Cf. a tabela abaixo).

Tabela 21: Créditos Recuperados por sector

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Sector	Ano 2021		Ano 2020		Δ%
		Transacções	Montantes	Transacções	Montantes	
1	Agricultura ( e Pecuária)	15	197	36	125	57%
2	Indústria de Transformação	32	709	24	61	1058%
3	Comércio e Serviços	52	669	29	194	245%
	<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>1 575</b>	<b>89</b>	<b>380</b>	<b>314%</b>

FONTE: BDA

193. O crédito em incumprimento recuperado em 2021 se comparado ao período homologado cresceu 314%. O bom desempenho registado deveu-se grandemente pela campanha de recuperação de crédito levada a cabo, sob o slogan "VAMOS RESOLVER JUNTOS".

Tabela 22: Créditos Recuperados por províncias

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Província	Ano 2021		Ano 2020		Δ%
		Transacções	Montantes	Transacções	Montantes	
1	Bengo	13	291	12	75	286%
2	Cabinda	2	66	0	-	-
3	Kuanza Norte	11	6	0	-	-
4	Kuanza Sul	12	287	15	76	280%
5	Luanda	46	881	32	176	402%
6	Uíge	12	33	0	-	-
7	Malanje	3	12	18	49	-76%
8	Huambo	0	-	2	0	-100%
9	Huíla	0	-	10	5	-100%
	<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>1 575</b>	<b>89</b>	<b>380</b>	<b>314%</b>

FONTE: BDA

### 7.8.10. Carteira de Crédito

194. Tendo em conta os fluxos de créditos registados ao longo do ano, A Carteira Global de Crédito (CGC) do BDA no final do ano em análise contava com 869 operações de crédito, mais 11 face ao ano anterior, financiados nos diversos sectores da economia em que o Banco opera.

195. O valor global da Carteira de Crédito do Banco, a 31 de Dezembro de 2021 foi de 430.966 milhões de Kwanzas, o que representa um incremento de 18.315 milhões de Kwanzas (4%) face ao montante registado no período homólogo, referente ao ano anterior, conforme está demonstrado na tabela abaixo.

196. A carteira patrimonial de crédito avaliada em 266.755 milhões Kwanzas, correspondendo à 62% da carteira geral, mais 17% face ao ano anterior. Já a carteira extrapatrimonial apresenta um saldo de 164.210 milhões de Kwanzas com 773 operações de créditos, como apresenta a tabela abaixo.

Tabela 23: Carteira de Crédito

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N/º	Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
		Crédito	%	Crédito	%
1	Agricultura	86 626	20%	56 390	14%
2	BCI-Capital Circulante	309	0%	283	0%
3	BCI-Projovem	5 868	1%	5 547	1%
4	Comércio	33 598	8%	1 051	0%
5	Indústria	141 903	33%	125 893	31%
6	Infraestruturas	144 229	33%	163 677	40%
7	Microcrédito	169	0%	168	0%
8	Pecuária	18 264	4%	13 796	3%
9	Serviços		0%	45 845	11%
10	<b>Total</b>	<b>430 966</b>	<b>100%</b>	<b>412 650</b>	<b>100%</b>
11	Patrimonial (Líquido)	214 618	45%	201 754	45%
12	Extra-Patrimonial	260 796	55%	245 736	55%
	<b>Total</b>	<b>475 414</b>	<b>100%</b>	<b>447 490</b>	<b>100%</b>

FONTE: BDA

## 8. RESULTADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

### 8.1. Comportamento do Activo e seu Financiamento

197. O Activo Total do BDA, no ano de 2021, registou o valor de 436.345 milhões de Kwanzas, traduzindo uma diminuição de 12% ante o período homólogo, que registou 497.620 milhões de Kwanzas. O decréscimo deve-se sobretudo pela diminuição de aplicações de liquidez em 52%, assim como as reduções das disponibilidades num grau acentuado de 57%. Em relação ao semestre anterior, o registo também é negativo, pois decresceu cerca de 26%, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 24: Composição e Comportamento do Activo Total

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Descrição	31/12/2021	30/06/2020	31/12/2020	Δ% Homóloga	Δ% no Semestre 2020
1	Disponibilidades	2 995	9 234	6 986	-57%	-68%
2	Aplicações de liquidez	85 715	316 028	177 136	-52%	-73%
3	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22 227	23 208	27 467	-	-4%
4	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 546	4 101	4 639	20%	35%
5	Investimentos ao custo amortizado	96 487	60 627	74 925	29%	59%
6	Crédito a clientes (Líquido)	214 618	175 332	201 754	6%	22%
7	Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
8	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	50	-	-	-	-
9	Imobilizações	1 481	1 624	2 055	-28%	-9%
10	Activo diverso	7 226	2 242	2 659	172%	222%
	<b>ACTIVO TOTAL</b>	<b>436 345</b>	<b>592 397</b>	<b>497 620</b>	<b>-12%</b>	<b>-26%</b>

FONTE: BDA

198. Para o período em referência, os Activos Financeiros do BDA alcançaram o montante de 427.588 milhões de Kwanzas, reflectindo um decréscimo de 13% relativamente ao ano de 2020.

199. A composição e a evolução das rubricas do Activo Financeiro são apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 25: Composição e Comportamento do Activo Financeiro

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Descrição	31/12/2021	30/06/2020	31/12/2020	Δ% Homóloga	Δ% no Semestre 2021
1	Disponibilidades	2 995	9 234	6 986	-57%	-68%
2	Aplicações de liquidez	85 715	316 028	177 136	-52%	-73%
3	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22 227	23 208	27 467	-	-4%
4	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 546	4 101	4 639	20%	35%
5	Investimentos ao custo amortizado	96 487	60 627	74 925	29%	59%
6	Crédito a clientes (Líquido)	214 618	175 332	201 754	6%	22%
7	Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-

ACTIVO FINANCEIRO	427 588	588 530	492 906	-13%	-27%
-------------------	---------	---------	---------	------	------

FONTE: BDA

200. O Activo Imobilizado fixou-se em 1.481 milhões de Kwanzas, menos 28% negativo que o ano anterior, influenciado sobretudo, pelo aumento de outros activos tangíveis e intangíveis, cuja redução redundou-se em 27 e 75%, tal como se observa na tabela:

**Tabela 26: Composição e Comportamento do Activo Imobilizado**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N/O	Descrição	31/12/2021	30/06/2020	31/12/2020	Δ% Homóloga	Δ% no Semestre 2021
1	Outros activos tangíveis	1 475	1 591	2 031	-27%	-7%
2	Activos intangíveis	6	33	24	-75%	-82%
<b>ACTIVO IMOBILIZADO</b>		<b>1 481</b>	<b>1 624</b>	<b>2 055</b>	<b>-28%</b>	<b>-9%</b>

FONTE: BDA

201. O Passivo Total observou uma diminuição em relação ao período homólogo, tendo alcançado o montante de 218.625 milhões de Kwanzas, um diferencial negativo de 21% (277.562 milhões de Kwanzas do ano de 2020). A diminuição pode ser explicada, fundamentalmente, pela redução dos "Passivos subordinados" em 25%.

**Tabela 27: Composição e Comportamento do Passivo Total**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N/O	Descrição	31/12/2021	30/06/2020	31/12/2020	Δ% Homóloga	Δ% no Semestre 2021
1	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	51 115	50 483	56 570	-10%	1%
2	Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-
3	Provisões	145	145	145	0%	0%
4	Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-
5	Passivos subordinados	119 914	273 887	160 914	-25%	-56%
6	Outros passivos	47 451	40 638	59 932	-21%	17%
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>218 625</b>	<b>365 153</b>	<b>277 562</b>	<b>-21%</b>	<b>-40%</b>

FONTE: BDA

202. O Capital Próprio do Banco registou uma diminuição de 1% negativo em relação ao período homólogo, tendo atingido o montante de 217.720 milhões de Kwanzas, menos 2.339 milhões de Kwanzas negativos. Tal diferença negativa foi impulsionada, sobretudo, pelo Resultado Líquido do Exercício reduzido, de 1.934 milhões de Kwanzas, traduzindo uma descida negativa de 97% em relação ao período homólogo.

203. A composição e a evolução do Capital Próprio são reportadas abaixo na tabela abaixo.

**Tabela 28: Composição e Comportamento do Capital Próprio**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Descrição	31/12/2021	30/06/2020	31/12/2020	Δ% Homóloga	Δ% no Semestre 2021
1	Capital social	118 522	118 522	118 522	0%	0%
2	Reservas de reavaliação	2 697	2 586	1 038	160%	4%
3	Outras reservas e resultados transitados	94 567	35 315	25 939	265%	168%
4	Resultado líquido do exercício	1 934	70 820	74 560	-97%	-97%
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>217 720</b>	<b>227 243</b>	<b>220 059</b>	<b>-1%</b>	<b>-4%</b>

FONTE: BDA

### a. Resultado do Exercício

204. O Resultado da Intermediação Financeira medido pela Margem Financeira foi positiva, contudo registou uma diminuição, ao passar de 38.413 milhões de Kwanzas no ano de 2020 para 31.886 milhões de Kwanzas no ano de 2021. Tal desempenho é explicado pela redução em 16% dos "Juros e encargos similares", quando comparado com o período anterior, resultante da suspensão do dever de remunerar os recursos do FND enquanto prevalecer a ausência de dotações provenientes do Tesouro Nacional.

205. O volume de negócio do Banco traduzido pelo Produto da Actividade Bancária registou no ano de 2021, um decréscimo de 94%, com o registo do montante de 8.410 milhões de Kwanzas, que comparado com o valor de 133.207 milhões de Kwanzas verificado em 2020. Tal decréscimo é resultado fundamentalmente pela Margem Complementar (influenciada sobretudo pelos resultados cambiais) que registou um aumento em cerca de 125% do total do Produto da Actividade Bancária, como se observa a seguir na tabela abaixo:

**Tabela 29: Margem Financeira e Produto Bancário**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Descrição	31/12/2021	30/06/2020	31/12/2020	Δ% Homóloga	Δ% no Semestre 2021
1	Juros e rendimentos similares	33 713	21 814	40 587	-17%	55%
2	Juros e encargos similares	(1 826)	(1 017)	(2 173)	-16%	80%
3	<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>31 886</b>	<b>20 797</b>	<b>38 414</b>	<b>83%</b>	<b>53%</b>
4	Rendimentos de serviços e comissões	13 212	9 760	17 105	-23%	35%
5	Resultados de activos e passivos finan. avaliados ao justo valor através de resultados	-	(410)	106	-100%	-100%

	Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro					
6	rendimento integral	1 377	-	996	-	-
7	Resultados de investimento ao custo amortizado	(4 481)	-	(449)	-	-
8	Resultados cambiais	(32 605)	47 272	77 521	-142%	-169%
9	Resultados de alienação de outros activos	13	-	2	-	-
10	Outros resultados de exploração	(992)	(180)	(486)	104%	450%
11	<b>MARGEM COMPLEMENTAR</b>	<b>(23 476)</b>	<b>56 442</b>	<b>94 793</b>	<b>125%</b>	<b>142%</b>
	<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>8 410</b>	<b>77 239</b>	<b>133 207</b>	<b>-94%</b>	<b>-89%</b>

FONTE: BDA

206. O Rácio de Eficiência, avaliado pelo peso dos Custos de Estrutura em percentagem dos Proveitos da Actividade Operacional (Cost-to-Income), assinalou um crescimento em 9 p.p. negativo no período, justificado pelo negativo produto bancário em 94% que descompensou a diminuição do custo de estrutura em menos 22% negativos, (cf. tabela abaixo).

**Tabela 30: Cost-to-Income**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Descrição	31/12/2021	30/06/2020	31/12/2020	Δ% Homóloga	Δ% no Semestre 2021
1	PRODUTO BANCÁRIO	8 410	77 239	133 207	-94%	-89%
2	Custos com pessoal	(6 260)	(2 169)	(5 113)	22%	189%
3	Fornecimentos e serviços de terceiros	(3 241)	(1 752)	(7 396)	-56%	85%
4	Depreciações e amortizações do exercício	(824)	(349)	(724)	14%	136%
5	<b>CUSTO DE ESTRUTURA</b>	<b>(10 325)</b>	<b>(4 270)</b>	<b>(13 233)</b>	<b>-22%</b>	<b>142%</b>
	<b>COST-TO-INCOME</b>	<b>123%</b>	<b>6%</b>	<b>10%</b>	<b>- 9 p.p.</b>	<b>- 1 p.p.</b>

FONTE: BDA

207. Assim, o Banco fechou o ano de 2021 com um **resultado positivo 1.934 milhões de Kwanzas**, menos 97% do período homólogo, embora o Produto Bancário tenha registado um decréscimo de 94%, com o montante de 8.410 milhões de Kwanzas.

## 9. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

### 9.1 CONCLUSÃO

208. O Relatório de Gestão do ano de 2021, em termos gerais, não registou um impacto extraordinário, se comparado ao ano anterior, especialmente porque as perspectivas estabelecidas para as acções a tomar, foram definidas à base do contexto que a economia do país vive (recessão económica sucessiva, iniciada em 2016 até 2021 e agudizada em 2020 com a invasão da pandemia Covid-19, que fragilizou ainda mais o desempenho da economia nacional).

209. Assim, tendo como pilar o Plano de Negócios para 2021, elaborado exclusivamente para atender este contexto, mais realista às limitações impostas (escassez de *funding* para o FND e redução da capacidade produtiva empresarial), foram definidas metas para o ano de 2021 baseadas nos 5 eixos estratégicos definidos no já desactualizado Plano estratégico do BDA 2018 a 2022, nomeadamente, Fomento da Economia, Orientação ao Promotor, Robustez Financeira, Reforço da Organização e Recursos Internos e papel Institucional.

210. Para a compreensão do grau de execução das acções definidas pelo Banco, eis abaixo um síntese balanço dos 5 eixos estratégicos, como formas de saber-se, o grau de realização das acções projectas:

- Assim sendo, para o alcance dos objectivos estratégicos traçados no eixo estratégico do Fomento da Economia, dos 41.707 milhões de Kwanzas previstos para financiar a economia para o corrente ano, foi injectado à Economia o montante de 37.536 milhões de Kwanzas, o correspondente a 90% do valor previsto, sendo, 113% correspondente a Linha de Crédito do Deutsche Bank, 90% referente aos Programas de Financiamento do BDA e 54% registado pelas Linhas de Crédito para o Alívio Económico (COVID-19) e o Programa de apoio ao Crédito (PAC).
- No eixo estratégico de Orientação ao Promotor, um dos focos centra-se, fundamentalmente, na celeridade da resposta aos candidatos ao crédito e, dos 40 dias estimados como meta, o banco conseguiu reduzir para 37 dias;

Digno de consideração neste eixo, foi o recrutamento de 5 colaboradores ao cargo de Gerentes das 5 representações regionais nomeadamente, Uíge, Benguela, Huambo, Huíla e Lunda Sul, assim como os primeiros colaboradores.

Outrossim, foram concebidos 13 novos produtos para o BDA, dos quais 8 foram lançados, para produção vegetal e animal.

- Quanto ao eixo da Robustez Financeira, o objectivo assenta na melhoria da posição e desempenho financeiro do Banco, através do reforço da capitalização do Banco, captação de financiamento interno e

externo e redução do crédito em incumprimento. Todas estas acepções, são exógenas, porquanto dependem primariamente da capacidade de organização e reestruturação que o Banco, sendo este o grande trabalho que está a ser feito, sob orientação da Comissão Executiva e, o êxito será determinado pela intervenção da superintendência do Titular do Poder Executivo, exercido através do Departamento Ministerial responsável pela Economia e Planeamento, bem como outras Instituições Financeiras nacionais e internacionais. O Banco está a negociar uma Parceria com o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico para várias modalidades de negócio, nomeadamente Trade Finance e Co-financiamento. Por fim, foi assinado um MOU com a Africa Finance Corporation (AFC) para concessão de linhas de crédito.

- O eixo do Reforço da Organização e Recursos Internos, onde a maioria das unidades orgânicas do Banco são chamadas a intervir, engloba o aspecto organizacional, de modos a se tornar eficiente na sua actuação, bem como a optimização dos recursos necessários para atingir-se esta eficiência, nomeadamente, humanos, tecnológicos e estruturais. Neste quesito, o processo está em curso, com a afectação de quadros, tanto interno como externos, para reforçar e suprir as lacunas ainda existentes. Todas estas acções, estão sendo feitas à base de Planos pré-concebidos e aprovados, que incluem a responsabilização social. Qualitativamente, temos desafios, porquanto é notória a quebra da qualidade funcional dos quadros, talvez seja necessário velar-se pelo enquadramento em função das competências de cada quadro e depois potenciá-los.
- Para a cobertura do eixo do Papel Institucional, promove o conhecimento dos seus colaboradores através de estabelecimento de parcerias com outras entidades. A robustez da economia nacional, traria também equilíbrio do BDA e nestas condições, se consegue parcerias compatíveis para apoio ao robustecimento do Banco. Contudo, temos ainda um longo caminho a percorrer.

211. Em síntese, consideramos o desempenho no ano de 2021 como não negativo. Embora não tenha sido positivo na acepção desejada, mais em termos de resultados do desempenho da principal actividade do banco que é a concessão de crédito e conseqüentemente o correspondente reembolso dos mutuários, conseguiu-se cumprir com o Plano de Negócios traçado para o ano de 2021, tendo fixado alvos ajustados ao momento da economia, sem elevar demasiado a fasquia, porque os diversos elos da economia encontram-se desajustados face a conjuntura económica actual.

212. Portanto, 2021 o BDA teve um Resultado líquido positivo mínimo, com realce a variação negativa em relação ao ano de 2020 em 97%.

## 9.2. PERSPECTIVAS

213. O contexto macroeconómico em que o BDA desenvolveu as suas actividades, no ano de 2021, é marcado com a contínua desaceleração da economia nacional, que já vai no 6.º ano consecutivo e ainda mais dificultado com o contexto pandémico.

214. Apesar das incertezas provocadas pela pandemia da Covid-19, a economia mundial, que se recuperou em 2021, deverá manter o crescimento em 2022. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o desempenho económico será positivo em 4,9% no próximo ano, depois de registrar uma alta de 5,9% em 2021. Já o Banco Mundial (Bird) prevê uma alta de 5,6% neste ano e de 4,3% em 2022.

215. O Executivo angolano estima que a economia nacional cresça 2,4% em 2022, devido as previsões de recuperação da actividade económica, com um crescimento do sector petrolífero em 1.6% e o não petrolífero em 3.1%.

216. Com esta base, o BDA realizou o possível e os resultados verificados, especialmente no tocante ao volume de créditos concedidos à economia, são o reflexo da actual conjuntura. Todavia, continuou-se a realiar acções internas que visam organizar e tornar mais eficiente as acções de todos os activos do Banco.

217. Para apoiar mais ainda esta acção, elaborou-se um Plano de Negócios para 2021 e que foi a base de todas actividades desenvolvidas. Este Plano foi mais de encontro às realidades do Banco no contexto actual, baixando muito as suas expectativas, por formas a enquadrar suas acções com a realidade do país e também dos recursos disponíveis.

218. Por outro lado, a qualidade da carteira de crédito continua a ser um dos maiores desafios que o Banco enfrenta, mantendo por isso, os esforços no sentido da sua melhoria contínua. Propomos-nos continuar a busca de soluções para a melhoria constante.

219. Ainda ao longo do ano de 2022 espera-se lançar outros produtos para cobertura das necessidades de financiamento de outros sectores como pescas e trade finance.



220. O Plano de Negócios contempla também acções para suprir as insuficiências reportadas na análise e avaliação do processo de crédito, mantendo deste modo, o foco na melhoria da qualidade da sua carteira de crédito.

221. A instituição mantém em pauta para o próximo ano, o aumento da sua capilaridade nas principais regiões produtivas do país, através de agências regionais.

222. Outro desafio a que se propõe para o próximo exercício tem que ver com a retoma das dotações do FND e a captação de linhas de financiamento para suplementar os recursos do FND, expectando a celebração de Memorandos de Entendimentos com IFDs (Instituições Financeiras de Desenvolvimento), designadamente o DBSA (Banco de Desenvolvimento da África do Sul), o Afeximbank e a AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento).

## **PARTE II: CONTAS**

- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**
- **PARECER DO CONSELHO FISCAL**



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

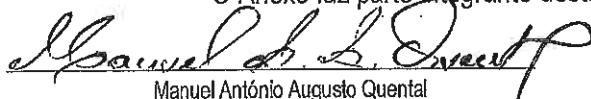
### BALANÇOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

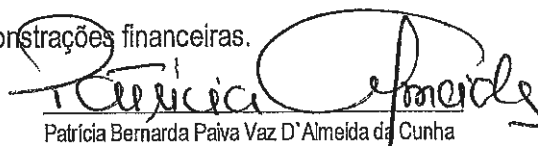
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	ACTIVO	Notas	31-12-2021		31-12-2020
			Activo bruto	Provisões, Imortidade e amortizações	Activo líquido
1	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	-	-	2 070 213
2	Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	926 532	(1 855)	924 677
3	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	86 509 512	(794 631)	85 714 881
4	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	22 227 028	-	22 227 028
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	8	5 546 379	-	5 546 379
6	Investimentos ao custo amortizado	9	102 279 368	(5 792 304)	96 487 064
7	Crédito a clientes	10	259 895 988	(45 278 140)	214 617 846
8	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	50 000	-	50 000
9	Outros activos tangíveis	12	13 704 608	(12 229 465)	1 475 143
10	Activos intangíveis	13	800 448	(794 490)	5 958
11	Activos por impostos correntes	14	748 039	-	748 039
12	Outros activos	15	11 600 781	(5 122 888)	6 477 893
<b>Total do activo</b>			<b>506 358 894</b>	<b>(70 013 773)</b>	<b>436 345 121</b>
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>Notas</b>			<b>31-12-2021</b>
13	Passivo				
14	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	16			51 115 399
15	Provisões	17			144 539
16	Passivos subordinados	18			119 913 734
17	Outros passivos	19			47 450 964
<b>Total do passivo</b>					<b>218 624 636</b>
18	Capital				
19	Capital social	20			118 522 487
20	Reservas de reavaliação	21			2 696 783
21	Outras reservas e resultados transitados	21			94 566 871
22	Resultado líquido do exercício				1 934 344
<b>Total do capital próprio</b>					<b>217 720 485</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>					<b>436 345 121</b>

FONTE: BDA

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

  
 Manuel António Augusto Quental  
 DIRECTOR DE CONTABILIDADE E CONTROLO DE OPERAÇÕES

  
 Patrícia Bernarda Paiva Vaz D'Almeida da Cunha  
 PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Descrição	Notas	31-12-2021	31-12-2020
1	Juros e rendimentos similares	22	33 712 869	40 586 960
2	Juros e encargos similares	22	(1 826 456)	(2 173 126)
3	Margem financeira		31 886 413	38 413 834
4	Rendimentos de serviços e comissões	23	13 211 805	17 104 624
5	Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de rendimento integral	24	-	106 015
6	Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	24	1 376 897	995 662
7	Resultados de investimento ao custo amortizado	-	(4 480 703)	(449 360)
8	Resultados cambiais	25	(32 604 895)	77 521 157
9	Resultados de alienação de outros activos	26	13 177	1 569
10	Outros resultados de exploração	27	(992 293)	(486 301)
11	Produto da actividade bancária		8 410 401	133 207 200
12	Custos com o pessoal	28	(6 260 013)	(5 112 972)
13	Fornecimentos e serviços de terceiros	29	(3 241 150)	(7 396 339)
14	Depreciações e amortizações do exercício	12 e 13	(823 612)	(723 883)
15	Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	12 e 17	(552 249)	(17 222 601)
16	Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	5, 6 e 17	(2 405 949)	(1 112 670)
17	Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	15 e 17	-	-
18	Resultado antes de impostos de operações em continuação		(4 872 572)	101 638 735
19	Imposto sobre os resultados			
20	Correntes	14	(10 123 805)	(4 790 400)
21	Diferidos	14	16 930 774	(22 312 653)
22	Imposto sobre o valor acrescentado	14	(53)	23 893
23	Resultado após impostos de operações em continuação		1 934 344	74 559 575
24	Resultado de operações descontinuadas e/ou em descontinuação		-	-
	Resultado líquido do exercício		1 934 344	74 559 575

FONTE: BDA

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Manuel António Augusto Quental

DIRECTOR DE CONTABILIDADE E CONTROLO DE OPERAÇÕES

Patrícia Bernarda Paiva Vaz D'Almeida da Cunha

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

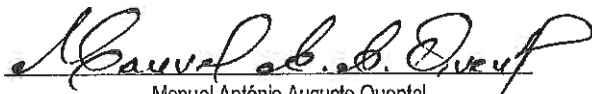
## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Resultado líquido do exercício	1 934 344	74 559 575
2	Outro rendimento integral		
3	Itens que não serão reclassificados subsequentemente para resultados do exercício:		
4	Instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral:		
5	Variações no justo valor	1 659 254	(1 607 026)
6		3 593 598	72 952 549
	Rendimento integral do exercício	3 593 598	72 952 549

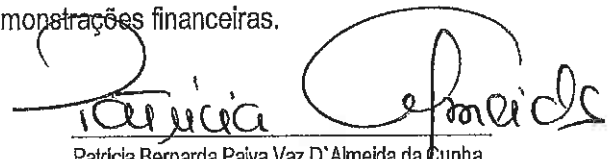
FONTE: BDA

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.



Manuel António Augusto Quental

DIRECTOR DE CONTABILIDADE E CONTROLO DE OPERAÇÕES



Patrícia Bernarda Paiva Vaz D'Almeida da Cunha  
PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



## DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

ÍPO	Descrição	2020		2021		Saldo em 31 de Dezembro de 2021	Saldo em 31 de Dezembro de 2020					
		Saldo em 31 de Dezembro de 2020	Alterações	Saldo em 31 de Dezembro de 2021	Alterações							
1	Saldo em 31 de Dezembro de 2019	118 522 487	281 929	2 352 726	2 844 555	2 644 555	2 815 185	28 645	(53 851 212)	(51 003 382)	86 311 889	156 475 549
2	Transferência de resultados 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(76 929 787)	-
3	Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Outros movimentos (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Resultado integral do exercício	-	(1 607 026)	-	(1 607 026)	(1 607 026)	-	12 650	-	12 650	(9 382 102)	(9 389 462)
6	Saldo em 31 de Dezembro de 2020	118 522 487	(1 315 197)	2 352 726	1 037 529	1 037 529	24 509 363	41 295	1 388 397	25 839 055	74 559 575	72 952 549
7	Transferência de resultados 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74 559 575)	-
8	Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9	Outros movimentos (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13 399 928)	(13 399 928)
10	Resultado integral do exercício	-	1 659 254	-	1 659 254	1 659 254	-	7 468 169	-	7 468 169	1 934 344	3 593 588
	Saldo em 31 de Dezembro de 2021	118 522 487	1 659 254	-	2 696 783	2 696 783	85 646 214	7 509 464	1 409 193	94 566 871	1 934 344	217 726 485

FONTE: BDA

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

*Manuel António Augusto Quental*

Manuel António Augusto Quental  
DIRECTOR DE CONTABILIDADE E CONTROLO DE OPERAÇÕES

*Patricia Bernarda Paiva Vaz D'Almeida da Cunha*

Patricia Bernarda Paiva Vaz D'Almeida da Cunha  
PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

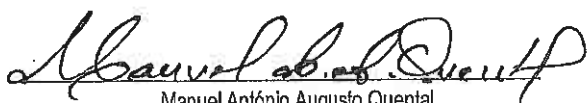
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

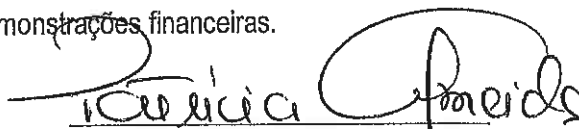
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

N.º	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Fluxos de caixa das actividades operacionais		
2	Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	16 265 430	10 104 002
3	Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	7 510	(5 078 976)
4	Serviços e comissões recebidas	-	-
5	Pagamentos a empregados e fornecedores	(3 364 711)	(23 250 652)
6	Recuperação de créditos abatidos ao activo	1 574 654	384 030
7	Outros resultados	(1 553 848)	741 310
8	Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais	12 929 035	(17 100 286)
9	(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:	-	-
10	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	51 102 024	155 993 773
11	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(680 774)	-
12	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-
13	Investimentos ao custo amortizado	(28 313)	(15 875 015)
14	Crédito a clientes	(40 520 507)	(36 196 580)
15	Activos não correntes detidos para venda	-	-
16	Outros activos e passivos operacionais	(569)	-
17	Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	9 871 861	103 922 178
18	Aumentos/Diminuições de passivos operacionais:	-	-
19	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(906 257)	-
20	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	629 015	-
21	Recursos de clientes e outros empréstimos	(909 547)	-
22	Passivos não correntes detidos para venda	-	-
23	Outros passivos	(24 890 399)	(100 919 690)
24	Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(26 077 188)	(100 919 690)
25	Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(3 276 292)	(14 097 798)
26	Impostos sobre o rendimento pagos	(765 178)	(3 708 242)
27	Outros resultados		
28	Fluxos de caixa das actividades de investimento	(4 041 470)	(17 806 040)
29	Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	136 254	654 388
30	Aquisições de participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, líquidas de alienações	(50 000)	-
31	Caixa líquida das actividades de investimento	86 254	654 388
32	Variação de caixa e seus equivalentes	(3 955 216)	(17 151 652)
33	Caixa e seus equivalentes no início do exercício	7 012 301	23 647 254
34	Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes	(60 340)	516 699
	Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2 996 745	7 012 301

FONTE: BDA

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

  
Manuel António Augusto Quental  
DIRECTOR DE CONTABILIDADE E CONTROLO DE OPERAÇÕES

  
Patrícia Bernarda Paiva Vaz D'Almeida da Cunha  
PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

## 1 – Nota Introdutória

O Banco de Desenvolvimento de Angola (adiante igualmente designado por "Banco" ou "BDA") foi constituído na sequência da extinção do Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (adiante igualmente designado por "FDES"), pelo Decreto-Lei n.º 37/06, publicado no Diário da República de 7 de Junho de 2006, na sequência da aprovação em Conselho de Ministros de 15 de Março de 2006. O Banco é integralmente detido pelo Estado Angolano, e iniciou a sua actividade a 1 de Janeiro de 2007. De acordo com o artigo 3.º do referido Decreto-Lei, o património e o pessoal do FDES foram transferidos para o BDA.

O BDA é uma instituição financeira de execução da política de desenvolvimento e investimento do Executivo da República de Angola e dedica-se ao apoio ao desenvolvimento económico e social do país, de modo diversificado e sustentado, estimulando o aumento do investimento e da produtividade através da concessão de financiamentos.

A actividade desenvolvida pelo BDA encontra-se sujeita à supervisão do Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por "BNA").

## 2 – Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

### 2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras individuais do BDA para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base no Plano de Contas das Instituições Financeiras Bancárias (PCIFB). Este novo plano de contas considera na sua globalidade, as orientações técnicas e os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), nos termos do Aviso n.º 05/2019 de 23 de Agosto, do BNA. As IAS/IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC").

O Banco adoptou as IAS/IFRS, pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, considerando para o efeito os termos da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, as quais foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos registados ao seu justo valor,

nomeadamente activos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Os saldos apresentados, encontram-se expressos em milhares de Kwanzas (mAOA), tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para a moeda nacional, com base nas taxas de câmbio médias do BNA do último dia do ano, conforme se segue:

	31-12-2021	31-12-2020	Variação%
1 USD	554,981	649,604	-14,57%
1 EUR	629,015	798,429	-21,22%

FONTE: BDA

O BNA, a Associação Angolana de Bancos ("ABANC") e o Conselho de Administração do Banco são da opinião que não se encontravam cumpridos os requisitos previstos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias ("IAS 29") para que a economia Angolana fosse considerada hiperinflacionária nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 a 2020 e, conseqüentemente, foi decidido não aplicar as disposições constantes naquela norma às demonstrações financeiras naquelas datas, nem em 31 de Dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração do Banco em 28 de Abril de 2022.

## 2.2 Comparabilidade da Informação

Durante o período compreendido entre 1 de Janeiro à 31 de Dezembro não foram publicadas novas normas e/ou alterações a normas que fossem aplicáveis ao Banco. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

## 2.4 Transacções em Moeda Estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo BNA à data do balanço.

Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor à data da última valorização. Os activos não monetários registado ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do período, com excepção das originadas pelos instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que são reflectidos numa rubrica específica de resultado integral até à sua alienação.

## 2.5 Especialização de Exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

## 2.6 Crédito a Clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cujo objectivo de detenção corresponde ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais, os quais são registados na data em que o montante do crédito é desembolsado ao cliente (importa referir que todos os créditos da carteira patrimonial do BDA cumprem com os requisitos de SPPI - *Solely Payments of Principal and Interest*, ou seja, os fluxos de caixa inerentes aos mesmos correspondem exclusivamente a prestações de capital e juros).

O crédito a clientes é inicialmente registado pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com base no método da taxa de juro efectiva líquido das correspondentes perdas por imparidade. As comissões (de abertura, fiscalização e gestão) são diferidas pelo método linear e reconhecidas na margem financeira.

A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, ou seja, ao longo do prazo de vida das operações, independentemente do momento do seu pagamento efectivo.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço (abatido ao activo) quando (i) os direitos contratuais relativos aos seus fluxos de caixa expiram, ou (ii) os riscos e direitos relativos ao mesmo são transferidos.

### I. Créditos Bonificados

De acordo com os termos aprovados pelo Titular do Executivo, tal como previsto no Decreto Presidencial n.º 156/16 de 10 de Agosto, o BDA deve efectuar o apuramento dos montantes

associados às bonificações a debitar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento ("FND"), sendo a conta passiva do FND junto do Banco debitada em resultado do registo dessas bonificações.

## **II. Imparidade de Crédito a Clientes**

A carteira de crédito do BDA está sujeita mensalmente a testes de imparidade nos termos dos requisitos da IFRS 9.

Assim, a metodologia de apuramento de perdas por imparidade de crédito a clientes actualmente em vigor no Banco, é baseada num modelo de perdas esperadas ("*expected credit loss*" ou "ECL"), de acordo com o preconizado na referida norma sendo utilizado para o mesmo a aplicação *Loan Impairment Valuation Engine* ("LIVE"), a qual foi implementada durante o exercício de 2019.

As perdas por imparidade apuradas são registadas/reconhecidas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda esperada, num exercício posterior.

A avaliação do risco de crédito deve ser efectuada numa base individual (análise individual) ou colectiva (análise colectiva), tendo em consideração todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo as abordagens prospectivas, nomeadamente a inclusão de tendências e cenários macroeconómicos futuros, ou seja, as estimativas de perdas de crédito esperadas devem incluir múltiplos cenários macroeconómicos cuja probabilidade de ocorrerem será avaliada considerando eventos passados, a situação actual e tendências macroeconómicas futuras.

As exposições creditícias devem ser classificadas por diferentes estágios, consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial, e não em função do risco de crédito à data de relato:

- Estágio 1 – uma exposição creditícia deve ser classificada neste Estágio de imparidade sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para a mesma deve ser reconhecida em resultados do exercício a perda de crédito esperada num prazo de 12 meses, devendo os proveitos relativos a juros ser calculados sobre o valor contabilístico bruto da respectiva exposição creditícia.

- Estágio 2 – uma exposição creditícia em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial deve ser classificada neste Estágio de imparidade. Para a mesma deve ser reconhecida em resultados do exercício a perda de crédito esperada ao longo da duração do crédito, devendo os proveitos relativos a juros ser calculados sobre o valor contabilístico bruto da respectiva exposição creditícia.

- Estágio 3 – uma exposição creditícia que se encontre em incumprimento na data de relato, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos com impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados da respectiva exposição, deve ser classificada neste Estágio de imparidade. Para a mesma deve ser reconhecida em resultados do exercício a perda de crédito esperada ao longo da duração do crédito, devendo os proveitos relativos a juros ser calculados sobre o valor líquido contabilístico da respectiva exposição creditícia.

Assim, em cada data de relato, o BDA deverá avaliar se o risco de crédito associado a uma exposição creditícia aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, desde que estejam disponíveis informações prospectivas razoáveis e sustentáveis que não impliquem custos ou esforços indevidos, não se devendo basear unicamente em informações relativas a pagamentos vencidos para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial.

### **(i) Análise Individual**

O objectivo da análise individual é assegurar uma análise mais criteriosa sobre a situação de clientes com exposições consideradas individualmente significativas no Banco.

De acordo com o Instrutivo n.º 05/2016 de 08 de Agosto, sobre perdas por imparidade para a carteira de crédito, devem ser analisados individualmente os clientes/grupos económicos cuja exposição seja igual ou superior a 0,5% dos fundos próprios do Banco. Adicionalmente, devem ainda ser analisados os clientes/grupos económicos cujas exposições creditícias não sejam individualmente significativas, mas para os quais sejam observadas evidências objectivas de imparidade, sempre que as mesmas sejam iguais ou superiores a 0,1% dos fundos próprios do Banco.

Assim, a análise de cada cliente/grupo económico, bem como a existência de perdas por imparidade, deve ter em consideração, entre outros, os seguintes factores:

- Aspectos contratuais, conforme o incumprimento das condições contratuais, ou a existência de créditos reestruturados por dificuldades financeiras dos clientes;
- Aspectos financeiros, conforme a redução das receitas brutas, ou do resultado líquido;
- A avaliação das garantias recebidas, incluindo a sua natureza, formalização efectiva, valorização e grau de cobertura; e
- Outros aspectos, conforme a instabilidade na gestão/estrutura accionista, ou a existência de processos de insolvência.

### **(ii) Análise Colectiva**

No caso de clientes cujas exposições não são consideradas individualmente significativas, de acordo com os critérios de selecção acima descritos, ou para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade em base individual, os mesmos devem ser agrupados em grupos homogéneos de risco, tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em base colectiva.

Deste modo, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Empresas;
- Empresários em nome individual ("ENI"); e
- Colaboradores.

Esta análise permite ao Banco o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

### ***III. Processo de Avaliação de Colaterais***

A avaliação das garantias existentes é assegurada de forma periódica, para que o Banco disponha de informação actualizada sobre a valorização das mesmas e, conseqüentemente, da sua capacidade de mitigação do risco associado às operações de crédito.

#### ***Fase de Concessão de Crédito***

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do cliente, caso a tipologia da mesma implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o mesmo é despoletado. No caso de imóveis, é desencadeado o processo junto de empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

#### ***Fase de Acompanhamento de Crédito***

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de garantias, tendo por base os requisitos do Aviso n.º 10/2014, de 1 de Janeiro de 2015, do BNA, sobre garantias para fins prudenciais, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, são identificadas as garantias que são sujeitas a reavaliação, sendo desencadeado o respectivo processo junto de empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

#### ***Fase de Recuperação de Crédito***

Sempre que relevante, no âmbito do processo de recuperação de crédito, e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, é solicitada a reavaliação das garantias associadas.

### **i) Imóveis**

É considerado como valor garantido o mínimo entre (i) o valor de avaliação e (ii) o montante máximo da hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, se existirem, e sempre que essa informação esteja disponível. Assim, e de acordo com o Instrutivo n.º 05/2016, as hipotecas devem ser reconhecidas em Certidão de Registo Predial, a qual deve ter uma antiguidade máxima de 18 meses.

Não obstante, de acordo com o Aviso n.º 10/2014, os direitos sobre propriedade imobiliária devem ser objecto de reavaliação, no mínimo, de 2 em 2 anos, sempre que a posição em risco represente:

- Um montante igual ou superior a 1% do total da carteira de crédito da Instituição ou igual ou superior a 100.000 mAOA; ou
- Situações de crédito vencido há mais de 90 dias e/ou outros indícios materiais de imparidade desde que a última data de avaliação seja superior a 6 meses; ou
- Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Adicionalmente, caso a hipoteca tenha um valor máximo, o valor da garantia a considerar deverá ser o mínimo entre o valor da avaliação independente descontado e o valor máximo da hipoteca.

### **ii) Penhor de Depósitos a Prazo**

O valor da garantia será o valor nominal do depósito, bem como os respectivos juros (caso se encontrem igualmente empenhados).

### **iii) Outras Garantias Recebidas**

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente garantias do Estado Angolano, títulos líquidos, garantias "*first demand*" de outras Instituições Financeiras Angolanas ou Internacionais, no caso de não existir uma avaliação da garantia, ou de não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito.

#### **IV. Créditos Abatidos ao Activo**

O Banco procede à anulação contabilística dos créditos sempre que, numa base económica, deixem de existir perspectivas realistas de recuperação destes activos e, para os créditos colateralizados, sempre que os fundos provenientes da realização (venda) dos colaterais já tenham sido completamente recebidos.

A decisão de se proceder ao abate ao activo é tomada superiormente pela gestão do Banco quando se apura um remanescente do crédito não cobrado, após todas as diligências judiciais junto de todos os envolvidos num contrato de crédito.

Adicionalmente, não são abatidos ao activo créditos com menos de 180 dias e o Banco controla os mesmos analiticamente, com identificação das características da operação, devedor, garantias, entre outras, de forma a tomar as respectivas providências administrativas e judiciais visando a sua recuperação.

Numa base mensal, a Direcção de Administração de Crédito, procede a uma análise da carteira de crédito, nomeadamente se existem operações que satisfaçam os critérios referidos acima, por forma a serem enviados para análise e aprovação por parte do Comité de Crédito.

### **2.7 Instrumentos Financeiros**

#### **(i) Reconhecimento Inicial**

Os instrumentos financeiros são apresentados, classificados e mensurados de acordo com os princípios definidos na IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação” (“IAS 32”) e IFRS 9.

Assim, no reconhecimento inicial, os activos e passivos financeiros devem ser mensurados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido, no caso de um activo financeiro ou passivo financeiro que não esteja mensurado pelo justo valor através de resultados, dos custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do activo financeiro ou do passivo financeiro.

O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transacção, ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida, sendo que a IFRS 13 – “Mensuração

pelo justo valor" ("IFRS 13") define que o justo valor deve respeitar e ter em conta a seguinte hierarquia de valorização:

- Nível 1: preço de mercado para os instrumentos financeiros cotados em mercado activo, onde os preços são públicos;
- Nível 2: quando não existe preço cotado, devem ser utilizados modelos de valorização alternativos, nomeadamente a utilização de preços cotados de instrumentos semelhantes em mercados activos ou mercados não activos; e
- Nível 3: devem ser utilizados dados não observáveis de mercado para mensurar um instrumento financeiro pelo justo valor na ausência de dados observáveis relevantes, permitindo assim reflectir os pressupostos que os participantes no mercado considerariam na definição do preço, nomeadamente sobre o risco.

## **(ii) Mensuração Subsequente de Activos Financeiros**

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- a. Investimentos ao custo amortizado;
- b. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c. Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Em linha com a IFRS 9, a classificação e mensuração dos activos financeiros em apenas três categorias baseia-se em dois critérios de determinação, nomeadamente (i) nas características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro e (ii) no modelo de negócio do Banco para a gestão dos seus activos financeiros.

### **a. Investimentos ao Custo Amortizado**

Deverão ser alocados a uma categoria de "Investimentos ao custo amortizado" os activos financeiros que cumpram cumulativamente com os seguintes requisitos:

- Os seus fluxos de caixa contratuais correspondem exclusivamente a capital e juros (ou seja, cumprem com os requisitos de SPPI definidos na IFRS 9); e
- Encontram-se enquadrados num modelo de negócio cujo objectivo de detenção é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais.

Importa salientar que neste tipo de modelo de negócio de acordo com a IFRS 9, o Banco não tem necessariamente que deter os activos que nele se encontram alocados até à respectiva data de maturidade, sendo que as vendas são consistentes com este modelo de negócio desde que:

- Ocorram devido ao aumento do risco de crédito dos activos financeiros, independentemente da sua frequência e valor uma vez que a qualidade de crédito dos activos financeiros é relevante para a capacidade da entidade de recolher fluxos de caixa contratuais;
- Sejam frequentes, mas pouco significativas, ou significativas, mas pouco frequentes; e
- Ocorram próximo da data de maturidade e os recursos obtidos das vendas correspondam aproximadamente aos fluxos de caixa contratuais remanescentes.

Os investimentos ao custo amortizado são posteriormente registados ao custo amortizado. Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção (excepto no caso de activos em Estágio 3 de imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do respectivo indexante. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica "Resultados cambiais".

Quando existe evidência objectiva de que um investimento detido até à maturidade está com imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e o valor de actualização dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original calculada no reconhecimento inicial, devendo a mesma ser registada por contrapartida de resultados.

Se num período subsequente o montante da perda diminui e essa diminuição puder ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados.

## **b. Activos Financeiros ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral**

Deverão ser alocados a uma categoria de mensuração ao justo valor através de outro rendimento integral os activos financeiros que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos:

- Os seus fluxos de caixa contratuais correspondem exclusivamente a capital e juros; e
- Encontram-se enquadrados num modelo de negócio cujo objectivo de detenção é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais e/ou vender; ou
- Os seus fluxos de caixa contratuais não cumprem com os requisitos SPPI, mas tratando-se de instrumentos de capital pode ser aplicada a alternativa irrevogável de mensuração pelo justo valor através de outro rendimento integral.

Os juros ou, quando aplicável, os dividendos são reconhecidos em resultados. Para os juros o procedimento é igual ao dos activos ao custo amortizado.

As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados, no caso de activos financeiros monetários, e em outro rendimento integral, no caso de activos financeiros não monetários.

No caso dos instrumentos de dívida, as perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados.

As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

No caso dos instrumentos de capital, as variações no justo valor são registadas por contrapartida de outro rendimento integral. Adicionalmente, não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respectivos ganhos ou perdas acumuladas registadas em variações de justo valor.

### **c. Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados**

Deverão ser alocados a uma categoria de mensuração ao justo valor através de resultados os activos financeiros que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos:

- Os seus fluxos de caixa contratuais correspondem exclusivamente a capital e juros; e
- Não se encontram enquadrados em nenhuma das estratégias de modelo de negócio descritas nos dois pontos anteriores; ou
- Os seus fluxos de caixa contratuais correspondem exclusivamente a capital e juros; e
- Encontram-se enquadrados em uma das duas estratégias de modelo de negócio descritas anteriormente, mas para não ser originada uma divergência contabilística, devem ser mensurados pelo justo valor através de resultados; ou
- Os seus fluxos de caixa contratuais não cumprem com os requisitos SPPI e não se tratam de instrumentos de capital, pelo que não pode ser aplicada a alternativa irrevogável de mensuração pelo justo valor através de outro rendimento integral; ou
- Os seus fluxos de caixa contratuais não cumprem com os requisitos SPPI e tratando-se de instrumentos de capital, o Banco não pretende activar a alternativa irrevogável de mensuração pelo justo valor através de outro rendimento integral.

As variações no justo valor são registadas directamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados de operações financeiras na rubrica correspondente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.

Assim, no que respeita aos principais requisitos de mensuração e contabilização decorrentes de cada uma das três categorias de mensuração aplicáveis e descritas anteriormente, os mesmos podem resumir-se da seguinte forma, relativamente à necessidade de apuramento e reconhecimento de (i) imparidade, (ii) variações de justo valor e (iii) variações cambiais:

	Investimentos ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de resultados
Imparidade	Resultados	Resultados	Não aplicável
Variações de justo valor	Não aplicável	Reservas	Resultados
Variações cambiais	Resultados	Resultados	Resultados

No entanto, devem ainda ser considerados as seguintes excepções:

- No caso de instrumentos de capital classificados ao justo valor através de outro rendimento integral, as variações cambiais devem ser reconhecidas em reservas e não em resultados.
- A Norma não prevê o cálculo de imparidade para os activos financeiros que sejam classificados ao justo valor através de resultados, uma vez que para estes activos deve ser apurado o justo valor. No entanto, o justo valor já deve incorporar a componente de risco de crédito do devedor (imparidade) reconhecida em resultados, pelo que não é necessário expurgar o efeito desta variação, ou seja, o risco de crédito (imparidade) já deve estar implícito no justo valor.
- Para os activos financeiros classificados ao custo amortizado, é necessário estimar o justo valor apenas para efeitos de divulgação, de acordo com a IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” (“IFRS 7”).

### (iii) Mensuração Subsequente de Passivos Financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação a ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

Os passivos financeiros devem ser subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, devendo os custos de transacção associados fazer parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos na margem financeira.

Os ganhos e perdas associados a passivos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados devem ser parcialmente reconhecidos em resultados, uma vez que a componente de

variação de justo valor relativa ao risco de crédito da própria entidade deve ser registada em reservas, sendo a restante variação reconhecida em resultados.

#### **(iv) Imparidade de Títulos do Estado, Disponibilidades e Aplicações em outras Instituições de Crédito**

No que respeita aos saldos registados nas rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais", "Disponibilidades em outras instituições de crédito", "Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito" e "Investimentos ao custo amortizado" é efectuada a análise das perdas esperadas de acordo com os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos da rubrica "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" considera-se que a *Loss Given Default* ou Perda dado o incumprimento ("LGD") é nula por não existirem riscos de recuperação, não sendo estimada imparidade;

- Relativamente aos saldos das rubricas "Disponibilidades em outras instituições de crédito" e "Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito", é verificado qual o *rating* das entidades ou caso não esteja disponível o do país em que se encontram sediadas. Com base no estudo da Moody's "*Sovereign default and recovery rates, 1983-2018*" é considerada a Probabilidade de *Default* ("PD") para dívida soberana de acordo com a notação de *rating* das entidades/país em que se encontram sediadas e a LGD associada aos eventos de *default* soberanos verificados, indicada no mesmo estudo (60%);

- Relativamente aos saldos da rubrica "Investimentos ao custo amortizado" relativos a títulos de dívida pública Angolana em moeda nacional, devido às especificidades da economia angolana que permite a emissão de moeda para liquidar a dívida, considera-se que a LGD é nula por não existirem riscos de recuperação, não sendo estimada imparidade;

- Relativamente aos saldos da rubrica "Investimentos ao custo amortizado" relativos a títulos de dívida em moeda estrangeira, é considerada a PD para dívida soberana de acordo com a notação de *rating* das entidades/país em que se encontram sediadas através do estudo da Moody's "*Sovereign default and recovery rates, 1983-2018*" e a bLGD associada aos eventos de *default* soberanos verificados, indicada no mesmo estudo (60%).

- Os saldos junto do Banco Nacional de Angola não são objecto de qualquer estimativa de imparidade por se tratar da autoridade monetária e cambial do País.

A análise é efectuada semestralmente, sendo as perdas por imparidade identificadas registadas por contrapartida de resultados. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

#### **(v) Reclassificação de Activos e Passivos Financeiros**

No que se refere aos activos financeiros as reclassificações devem ocorrer quando, e apenas quando, o Banco alterar o seu modelo de negócio para a gestão dos mesmos, devendo ser reclassificados todos os activos financeiros abrangidos.

De acordo com a IFRS 9 não é permitida a reclassificação de passivos financeiros, assim como de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Para os activos financeiros, a reclassificação é aplicada de forma prospectiva a partir da data de reclassificação, não se procedendo à reexpressão dos ganhos, perdas ou juros que tenham sido reconhecidos anteriormente, não obstante, os activos financeiros são reclassificados pelo justo valor na data da reclassificação.

A IFRS 9 define ainda que as alterações aos modelos de negócio devem ser (i) pouco frequentes, (ii) significativas para o Banco, (iii) decididas pelos responsáveis pela gestão em resultado de alterações internas ou externas e (iv) efectuadas antes da data de reclassificação.

Assim, os principais impactos contabilísticos que decorrem da reclassificação de activos financeiros podem ser sintetizados como se segue:

### **Reclassificação de uma Categoria de Custo Amortizado para uma Categoria de Justo Valor através de Resultados**

- O justo valor é mensurado na data de reclassificação; e
- Qualquer ganho ou perda decorrente de uma diferença entre o anterior custo amortizado do activo financeiro e o justo valor deve ser reconhecido nos resultados.

### **Reclassificação de uma Categoria de Custo Amortizado para uma Categoria de Justo Valor através de outro Rendimento Integral**

- O justo valor é mensurado na data de reclassificação;
- Qualquer ganho ou perda decorrente de uma diferença entre o anterior custo amortizado do activo financeiro e o seu justo valor deve ser reconhecido em outro rendimento integral;
- A taxa de juro efectiva e a mensuração das perdas de crédito esperadas não são ajustadas como resultado da reclassificação; e
- A provisão para perdas deve ser desreconhecida e reconhecida como uma quantia por imparidade acumulada em outro rendimento integral.

### **Reclassificação de uma Categoria de Justo Valor através de Resultados para uma Categoria de Custo Amortizado**

- O justo valor à data da reclassificação corresponderá ao novo valor bruto contabilístico;
- A taxa de juro efectiva é determinada numa base de justo valor do activo na data de reclassificação;
- e
- Para efeitos de imparidade, a data de reclassificação é tratada como reconhecimento inicial.

### **Reclassificação de uma Categoria de Justo Valor através de Resultados para uma Categoria de Justo valor através de outro Rendimento Integral**

- O activo financeiro continua a ser mensurado pelo seu justo valor;
- A taxa de juro efectiva é determinada com base no justo valor do activo à data de reclassificação;
- e
- Para efeitos de imparidade a data de reclassificação é tratada como a data de reconhecimento inicial.

### **Reclassificação de uma Categoria de Justo Valor através de outro Rendimento Integral para uma categoria de Justo Valor através de Resultados**

- O activo financeiro continua a ser mensurado pelo seu justo valor; e
- O ganho ou perda acumulado previamente reconhecido em outro rendimento integral é reclassificado de capitais próprios para resultados.

### **Reclassificação de uma Categoria de Justo Valor através de outro Rendimento Integral para uma categoria de Custo Amortizado**

- O activo financeiro é reclassificado pelo seu justo valor à data da reclassificação;
- O ganho ou perda acumulada previamente em outro rendimento integral é ajustado em função do justo valor do activo financeiro na data de reclassificação.
- A taxa de juro efectiva e imparidade não são ajustadas, em função da reclassificação; e
- O reconhecimento da provisão para perdas é feito na forma de ajustamento à quantia escriturada a partir da data de reclassificação.

#### **(vi) Desreconhecimento**

Tal como descrito na Nota 2.6 "Crédito a clientes", os activos financeiros do balanço do BDA devem ser desreconhecidos quando (i) os direitos contratuais relativos aos seus fluxos de caixa expiram, ou (ii) os riscos e direitos relativos aos mesmos são transferidos.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Por outro lado, quando um instrumento de capital valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral não é reclassificado para a conta de ganhos e perdas, mantendo-se numa rubrica de reservas.

### **(vii) Compensação de Instrumentos Financeiros**

O Banco procede à compensação de activos e passivos financeiros, apresentando um valor líquido no balanço quando, e apenas quando, o Banco tem o direito irrevogável de os compensar numa base líquida e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de receber o valor do activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ganhos e perdas apenas são compensados quando tal é permitido pelas IAS/IFRS ou para ganhos e perdas decorrentes de um grupo de transacções de natureza similar.

## **2.8 Instrumentos de Capital**

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

## **2.9 Outros Activos Tangíveis**

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes,

em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme seguidamente discriminados:

N/O	Descrição	Número de anos
1	Edifícios	10 a 50
2	Equipamento:	
3	<i>Mobiliário e material</i>	5 a 10
4	<i>Máquinas e ferramentas</i>	4
5	<i>Equipamento informático</i>	3 a 4
6	<i>Instalações interiores</i>	4 a 10
7	<i>Material de transporte</i>	3 a 10
8	<i>Outro equipamento</i>	10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável (maior entre o valor de uso e o justo valor) é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo em resultados. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável líquido.

## 2.10 Activos Intangíveis

Os activos intangíveis correspondem essencialmente a despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares utilizados na actividade do Banco. Estes activos são registados ao custo, deduzidos de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

## 2.11 Activos não Correntes Detidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O Banco classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis recebidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem. Estes activos são registados pelo montante apurado na sua avaliação, ou seja, é utilizado o Provável Valor de Transacção Imediata ("PVTI"), por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas perdas por imparidade específicas constituídas.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis ou projectos imobiliários que se encontram em fase de construção e que se destinam a ser alienados a colaboradores do Banco, sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre a quantia escriturada e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda (no mínimo de 5% sobre o PVTI). O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações periódicas efectuadas por peritos avaliadores externos.

Adicionalmente, e em conformidade com a Directiva n.º 13/DSB/DRO/2019, esta valorização é ajustada com base nas taxas de desconto específicas em função da antiguidade da avaliação. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) for inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações".

Tendo em consideração a possibilidade de ocorrerem circunstâncias consideradas fora do controlo do Banco e que impossibilitem a alienação destes activos dentro do prazo legal (2 anos prorrogáveis mediante autorização do BNA), o Banco mantém-se comprometido com o plano de alienar os activos mediante as seguintes acções (não extensivas) i) contratação de um agente intermediário e

especialista, ii) publicidade activa, iii) revisão do preço de venda em função do contexto económico, de modo a que seja razoável em relação ao seu justo valor corrente.

Quando esgotado o prazo legal de 2 anos sem que os bens sejam alienados (prorrogáveis por autorização do BNA), é efectuada nova avaliação, destinada a apurar o valor de mercado actualizado, com vista a eventual constituição da correspondente imparidade. Não obstante, de acordo com a Directiva n.º 01/DSB/DRO/2020 do BNA, caso existam imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio sem que se verifique a respectiva alienação no prazo legal estabelecido de 2 anos ou seja, desde o exercício de 2021, o Banco deve proceder à alienação dos referidos imóveis até 31 de Dezembro de 2023.

## 2.12 Impostos sobre Lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhes deram origem.

### i. Imposto Corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte enquadrado no Regime Geral, sujeito a uma taxa de imposto de 35%, conforme alteração preconizada pela Lei n.º 26/20, de 20 de Julho.

O Imposto Industrial é calculado com base no lucro tributável do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico face aos ajustamentos fiscais impostos pelo Código de Imposto Industrial.

A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, o qual passou a determinar que os proveitos sujeitos a Imposto sobre Aplicação de Capitais ("IAC") são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não consubstanciando o IAC um custo aceite fiscalmente.

Adicionalmente, nos termos do Código do Imposto Industrial, o Imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proventos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º de Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos à matéria colectável dos três anos posteriores.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações de imposto industrial e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos cinco anos subsequentes ao exercício a que respeitam. Este prazo é alargado para dez anos, nos casos em que o retardamento da liquidação tiver resultado de infracção. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos que resultam de aplicações financeiras e rendimentos de títulos. A taxa varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

## ii. Impostos Diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor dos activos e passivos no balanço e a sua base fiscal, utilizados na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

## 2.13. Restante Tributação

### *Imposto sobre o Valor Acrescentado*

O Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), aprovado pela Lei n.º 7/19 ("Lei 7/19"), publicada em Diário da República a 24 de Abril de 2019, e alterado pela Lei n.º 17/19, de 13 de Agosto, veio introduzir, na legislação angolana, um novo imposto sobre o consumo, o qual entrou em vigor a 1 de Outubro de 2019. Com efeito, o IVA revogou e substituiu o Imposto de Consumo que até então vigorava no ordenamento jurídico angolano.

O Banco, enquanto contribuinte cadastrado na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes, ficou enquadrado, obrigatoriamente, desde a entrada em vigor do IVA, no Regime Geral deste imposto, estando obrigado a cumprir todas as regras e obrigações declarativas previstas neste âmbito.

Regra geral, são tributadas em IVA, à taxa de 14%, as comissões e despesas cobradas pelos serviços prestados pelo Banco (em substituição do Imposto do Selo). As restantes operações de intermediação financeira estão isentas de IVA, às quais continuará a ser aplicado o Imposto do Selo, quando devido.

Neste sentido, sendo o Banco um contribuinte que realiza operações tributadas e operações isentas de IVA, tem também restrições no direito à dedução do IVA pago a fornecedores, pelo que o Banco procede à dedução do imposto mediante a aplicação dos métodos previstos na legislação em vigor – com excepção do IVA das despesas expressamente excluídas do direito à dedução.

Mensalmente, o Banco tem a obrigação de cumprir as obrigações associadas ao IVA, nomeadamente (i) a submissão à AGT da declaração periódica, incluindo os respectivos Anexos, na qual apura o montante de IVA a pagar ao Estado (ou o eventual crédito gerado), (ii) o pagamento do imposto apurado, até ao último dia do mês seguinte a que respeitam as operações realizadas, e (iii) as restantes obrigações declarativas, como o reporte dos ficheiros SAF-T(AO) de Facturação e de Aquisições de bens e serviços.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações periódicas de IVA podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos cinco anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto de Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

## **2.14 Benefícios dos Empregados**

### **i. Responsabilidades com Pensões de Reforma**

De acordo com a Lei n.º 2/2000 e com os artigos 218.º e 262.º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do

trabalhador determina-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade.

Em 2015 foi publicada a Lei n.º 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei n.º 2/2000, que entrou em vigor em 15 de Setembro de 2015, e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, não obstante o Banco manter constituídas provisões para fazer face a esta responsabilidade.

Adicionalmente, apesar da Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro, que regulamentava o sistema de Segurança Social de Angola, ter sido revogada, em 31 de Dezembro de 2018, o Banco manteve registada uma estimativa de responsabilidades por serviços passados do Banco relativas a compensações a pagar aos colaboradores no caso de caducidade dos contratos de trabalho por reforma dos colaboradores, em virtude de o Banco se encontrar a estudar a atribuição de um complemento de reforma aos seus colaboradores apesar de não existir nenhuma obrigação legal ou construtiva para tal (Nota 18).

## ii. Provisão para Férias e Subsídio de Férias

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte.

### 2.15 Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento

O FND constituído pela Lei n.º 9/06 de 29 de Setembro, corresponde a uma conta do Executivo registada no BDA. Os recursos do FND correspondem a fundos entregues pelo Ministério das Finanças ("MinFin") no âmbito do Orçamento Geral do Estado e correspondem a uma percentagem de 5% e de 2% sobre as receitas globais anuais provenientes da tributação da actividade petrolífera e da actividade diamantífera, respectivamente. O BDA é o gestor financeiro exclusivo dos recursos do FND, competindo-lhe administrar e aplicar os recursos nos termos e condições definidas pelo Governo Angolano.

Os recursos financeiros do FND são registados pelo valor recebido na rubrica "Passivos subordinados", conforme indicação do BNA (Nota 17).

O BDA recebe o correspondente a 50% do juro pago pelos recursos recebidos do FND, como remuneração pela gestão do mesmo. O BDA credita a remuneração líquida na conta do FND, numa base trimestral.

Em Julho de 2019, a proposta do BDA e do Ministério das Finanças, foi aprovada por Sua Excelência, o Titular do Poder Executivo, Dr. João Manuel Gonçalves Lourenço, referente a suspensão da remuneração ao FND, sem efeitos retroactivos, enquanto prevalecer a ausência de dotações do Tesouro Nacional ao referido Fundo, conforme o Ofício nº. 771/GAB.MEDES/PR/0.02/2019. A referida suspensão teve efeito a partir do 3º Trimestre de 2019 (Nota 17).

## 2.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na Norma Internacional de Contabilidade 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes (“IAS 37”), no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

## 2.17 Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos são reconhecidos nas rubricas de “juros e rendimentos similares” ou “juros e encargos similares” (na margem financeira), respectivamente.

Adicionalmente, importa salientar que, de acordo com a IFRS 9, para os activos financeiros que se encontrem classificados em Estágio 3 de imparidade, deverá ser calculada e reconhecida

contabilisticamente a imparidade relativa aos juros numa rubrica da margem financeira, a partir da data da sua classificação neste Estágio, sendo que para tal o BDA deverá proceder à desagregação, no momento do apuramento da imparidade, da componente referente a capital e juros.

Não obstante, no que respeita ao crédito a clientes, e de acordo com o Aviso n.º 11/2014 ("Aviso n.º 11/2014"), de 01 de Janeiro de 2015, do BNA, sobre requisitos específicos para operações de crédito, o Banco não reconhece proveitos de qualquer natureza relativos aos créditos que apresentem atraso superior a 90 dias, para efeitos de resultado do período, devendo os mesmos ser considerados em rubricas extrapatrimonial correspondente a conta de controlo.

## 2.18 Reconhecimento de Dividendos

Os dividendos (rendimentos de instrumentos de capital) são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

## 2.19 Reconhecimento de Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído; e
- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

## 2.20 Resultados em Operações Financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Estes resultados incluem igualmente as valias resultantes das vendas de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como de investimentos ao custo amortizado.

## 2.21 Caixa e Disponibilidades

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e disponibilidades engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em bancos centrais e em Instituições Financeiras.

## 2.22 Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias

Nos termos da IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias (“IAS 29”), as instituições financeiras devem, em caso de existência de hiperinflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se, ou excede 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na rubrica de “Resultado na posição monetária líquida” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de capital próprio, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reservas de reavaliação”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

O BNA informou a Associação Angolana de Bancos (“ABANC”), por intermédio da sua carta n.º 2018/DRO/18, de 28 de Dezembro de 2018, que não se tinham verificado nos últimos três anos, a totalidade dos requisitos previstos na IAS 29 para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018. Neste contexto, foi entendimento do Conselho de Administração do Banco que o BNA decretou a não aplicabilidade da IAS 29 para as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2018, ou seja, a não aplicação nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 da reexpressão das mesmas de acordo com aquela norma.

## 3 – Estimativas Contabilísticas e Aspectos Julgamentais mais relevantes utilizados na Aplicação das Políticas Contabilísticas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Determinação das perdas por imparidade de valores do activo (nomeadamente na carteira de crédito e títulos);
- Valorização de instrumentos não transaccionados em mercados activos;
- Vidas úteis dos activos intangíveis e tangíveis;
- Análises de imparidade de outros activos tangíveis e intangíveis;
- Registo de provisões;
- Determinação do justo valor;
- Impostos sobre os lucros;
- Continuidade das operações.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – “Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros”.

#### 4 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Caixa</b>		
2	Notas e moedas nacionais	2 530	470
3	Notas e moedas estrangeiras		
4	Em Dólares dos Estados Unidos	6 023	3 504
5	Em outras divisas	16 852	19 650
		<b>25 405</b>	<b>23 624</b>
6	<b>Disponibilidades em Bancos Centrais</b>		
7	Banco Nacional de Angola	2 044 808	2 297 770
		<b>2 070 213</b>	<b>2 321 394</b>

FONTE: BDA

A rubrica de depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de constituição e manutenção à título de reservas obrigatórias e não são remunerados.

Considerando as rubricas a que se referem a exigência acima não aplicáveis ao BDA pela actividade que desenvolve e se encontra isentado por instrução do BNA. Porém, por ser participante do subsistema de compensação da Câmara de Compensação Automatizada de Angola, o BDA deve cumprir com o disposto no instrutivo n.º03/2019 e na Directiva n.º04/DSP/DRO/2019, exigindo assim o cumprimento de depósitos exigíveis.

## 5 – Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no país</b>		
2	Depósitos à ordem		
3	Banco de Poupança e Crédito, S.A.	14 949	30 763
4	Banco de Comércio e Indústria, S.A.	193 828	1 096 396
5	Banco Keve	44 126	90 739
6	Banco BIC	31 752	1 994 019
7	Outras instituições de crédito	3 174	1 112 294
		<b>287 829</b>	<b>4 324 211</b>
8	<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro</b>		
9	Depósitos à ordem		
10	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	19 094	110 143
11	Golden Assets - S.G.P., S.A.	-	3 362
12	Banco Atlântico Europa, S.A.	598 798	27 608
13	Banco BAI Europa, S.A.	5 319	172 610
14	Banco BNI Europa, S.A.	12 773	7 369
15	Outras instituições de crédito	2 719	45 604
		<b>638 703</b>	<b>366 696</b>
16	Imparidade para disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 16)	(1 855)	(25 951)
		<b>924 677</b>	<b>4 664 956</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os depósitos à ordem junto de outras instituições de crédito no país e no estrangeiro não são remunerados.

Os movimentos na imparidade para disponibilidades em outras instituições de crédito são analisados como segue:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Saldo inicial</b>	<b>25 951</b>	<b>6 240</b>
2	Ajustamentos de transição - IFRS 9		
3	Dotações	50 922	60 312
4	Reversões	(75 018)	(40 601)
5	Utilizações	-	-
	<b>Saldo final</b>	<b>1 855</b>	<b>25 951</b>

FONTE: BDA

## 6 – Aplicações em Bancos Centrais e em outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/º	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Aplicações em bancos centrais</b>		
2	Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	7 094 271	76 201 868
3	Proveitos a receber	162 236	315 311
4		<b>7 256 507</b>	<b>76 517 179</b>
5	<b>Aplicações em instituições de crédito no país:</b>		
6	Banco Millennium Atlântico, S.A.	11 390 000	3 712 000
7	Banco BIC, S.A.	-	1 100 000
8	Banco de Comércio e Indústria, S.A.	3 400 000	2 600 000
9	KEVE	23 814 525	1 500 000
10		<b>38 604 525</b>	<b>8 912 000</b>
11	Proveitos a receber	458 999	61 299
12		<b>39 063 524</b>	<b>8 973 299</b>
13	<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:</b>		
14	Banco Atlântico Europa, S.A.	13 825 147	26 955 308
15	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	15 095 483	27 997 932
16	Banco Português de Investimentos, S.A.	10 933 126	22 476 298
17	BNI EUROPA SA	332 989	14 356 248
18		<b>40 186 745</b>	<b>91 785 786</b>
19	Proveitos a receber	2 736	15 855
20		<b>40 189 481</b>	<b>91 801 641</b>
21	Imparidade para aplicações em outras instituições de crédito (Nota 17)	(794 631)	(156 121)
	<b>Total</b>	<b>85 714 881</b>	<b>177 135 998</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em instituições de crédito no país venciam juros às taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações, de 16,00% e 17,20% para moeda nacional respectivamente, e 2,00% para moeda estrangeira (USD) em 2021.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações, de 0,14% e 0,25%, respectivamente.

Os movimentos na imparidade para aplicações em outras instituições de crédito são analisados como segue:

N/º	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Saldo inicial</b>	<b>156 121</b>	<b>2 114 528</b>
2	Ajustamentos de transição - IFRS 9	-	-
3	Ajustamentos AQA	-	-
4	Dotações	962 714	2 731 133
5	Reversões	(324 204)	(4 689 540)
6	Utilizações	-	-
	<b>Saldo final</b>	<b>794 631</b>	<b>156 121</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os depósitos a prazo em instituições de crédito excluindo os juros a receber, apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Até um mês	57 014 895	164 933 450
2	Entre um e três meses	14 990 000	9 146 436
3	Mais de três meses	13 880 646	2 819 768
		<b>85 885 541</b>	<b>176 899 654</b>

FONTE: BDA

## 7- Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Obrigações e outros títulos de rendimento variável		
2	Silk Food Fund	4 980 142	4 568 821
3	Erigo	3 095 009	7 121 029
4	Atrium Quadrant Fund	14 151 877	15 776 808
		<b>22 227 028</b>	<b>27 466 658</b>

FONTE: BDA

Em 13 de Julho de 2010, o Banco adquiriu 19 999 unidades de participação do Fundo de investimento mobiliário Quadrant Fund Limited, gerido pela sociedade gestora APMI – Atrium Portfolio Management and Investment S.A., pelo montante de 19 999 000 USD (equivalentes a 1 851 341 mAOA).

Em 27 de Setembro de 2011, o Banco procedeu à permuta das 19.999 unidades de participação referidas anteriormente, por 19 969 unidades de participação do Fundo de investimento mobiliário Atrium Portfolio Sicav – Quadrant no montante de 19 969 420 USD (equivalentes a 1 890 385 mAOA). Em 31 de Dezembro de 2021, o justo valor das unidades de participação é de 25 499 750 USD (equivalentes a 14 151 877 mAOA).

Em 27 de Setembro de 2012, o Banco adquiriu unidades de participação do Fundo Silk Fund, pelo montante de 8 500 000 USD (equivalentes a 811 019 mAOA). Em 31 de Dezembro de 2021, o justo valor das unidades de participação ascende a 8 973 535 USD (equivalentes a 4 980 141 mAOA).

Em Janeiro de 2015, o Banco adquiriu unidades de participação do Fundo Erigo, pelo montante de 10 110 000 USD (equivalentes a 1 045 273 mAOA). Em 31 de Dezembro de 2021, o valor do Fundo Erigo ascende a 5 576 784 USD (equivalentes a 3 095 009 mAOA).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a distribuição por níveis de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados em carteira, é como se segue:

N.º	Descrição	31-12-2021			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
1	Obrigações e outros títulos de rendimento variável	14 151 877	-	8 075 151	22 227 028
2		14 151 877	-	8 075 151	22 227 028

FONTE: BDA

N.º	Descrição	31-12-2020			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
4	Obrigações e outros títulos de rendimento variável	15 776 808	-	11 689 850	27 466 658
5		15 776 808	-	11 689 850	27 466 658

FONTE: BDA

Os níveis de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, bem como os parâmetros considerados nos modelos de valorização, apresentam-se descritos na Nota 2.7.

## 8 – Activos Financeiros ao Justo Valor através de outro Rendimento Integral

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

N.º	Descrição	31-12-2021		
		Custo	Variação do justo valor	Valor de balanço
1	Obrigações e outros títulos de rendimento variável			
2	Accções da Norsad	1 928 448	3 617 931	5 546 379
3		1 928 448	3 617 931	5 546 379

N.º	Descrição	30-06-2020		
		Custo	Variação do justo valor	Valor de balanço
5	Obrigações e outros títulos de rendimento variável			
6	Accções da Norsad	2 257 244	2 381 285	4 638 529
7		2 257 244	2 381 285	4 638 529

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021, o BDA detém 822 acções da Entidade Norsad Finance Limited ("Norsad"), sendo que a esta data o valor destas acções ascende a 9 993 817 USD (equivalentes a 5 546 379 mAOA). A Norsad é uma entidade sediada no Botswana que tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento do sector privado das economias da África Austral, disponibilizando financiamento a empresas que sejam financeira, social e ambientalmente sustentáveis.

Em 31 de Dezembro de 2021, os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral em carteira, apresentavam um prazo residual de vencimento indeterminado.

A metodologia de apuramento de imparidade para os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresenta-se descrita na Nota 2.7.

Em 31 de Dezembro de 2021, os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral em carteira, foram valorizados tendo por base o nível 3 da hierarquia de valorização de justo valor descrita na IFRS 13.

## 9 – Investimentos ao Custo Amortizado

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
2	De emissores públicos - Aumento de capital BDA	95 015 859	71 933 938
3	De emissores públicos	3 912 098	4 617 803
5		98 927 957	76 551 741
6	Proveitos a receber	3 351 411	2 373 626
		102 279 368	78 925 367
8	Perdas por imparidade (Nota 17)	(5 792 304)	(4 000 768)
	<b>Total</b>	<b>96 487 064</b>	<b>74 924 599</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Obrigações e outros títulos de rendimento fixo” corresponde na totalidade a Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as condições contratuais das Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano em carteira, são as seguintes:

N/O	31-12-2021				
	Data de Emissão	Data de vencimento	Taxa de juro	Pagamento de juros	Valor nominal
1	07/05/2014	07/05/2034	5,00%	Semestral	27 440 000
2	10/02/2015	10/02/2039	5,00%	Semestral	27 440 000
3	15/03/2016	15/03/2040	5,00%	Semestral	27 440 000
4	20/04/2017	20/04/2041	5,00%	Semestral	27 440 000
5	30/12/2016	30/12/2023	5,00%	Semestral	3 803 697
6	07/03/2016	03/03/2023	5,00%	Semestral	108 400
7	03/09/2020	03/09/2022	16,00%	Semestral	8 598 827
8	03/09/2020	03/09/2024	16,50%	Semestral	4 198 955
		<b>Total</b>			<b>126 469 879</b>

BDA

FONTE:

N/O	31-12-2020				
	Data de Emissão	Data de	Taxa de	Pagamento	Valor

		vencimento	juro	de juros	nominal
1	07/05/2014	07/05/2034	5,00%	Semestral	27 440 000
2	10/02/2015	10/02/2039	5,00%	Semestral	27 440 000
3	15/03/2016	15/03/2040	5,00%	Semestral	27 440 000
4	20/04/2017	20/04/2041	5,00%	Semestral	27 440 000
5	30/12/2016	30/12/2023	5,00%	Semestral	3 968 262
6	07/03/2016	03/03/2023	5,00%	Semestral	113 091
7	03/09/2020	03/09/2022	16,00%	Semestral	8 884 500
8	03/09/2020	03/09/2024	16,50%	Semestral	9 159 500
<b>Total</b>					<b>131 885 353</b>

FONTE: BDA

As Obrigações do Tesouro em moeda nacional não indexadas emitidas em Maio de 2014 (de acordo com o Decreto-Presidencial n.º 241/14), Fevereiro de 2015 (com base no Decreto-Presidencial n.º 09/15), Março de 2016 (conforme apresentado no Decreto-Executivo n.º 54/16) e Abril de 2018 (de acordo com o Decreto-Executivo n.º 62/17), são referentes ao programa de aumento de capital social do Banco. As Obrigações do Tesouro emitidas em Março e Dezembro de 2016 são expressas em moeda nacional e indexadas ao Dólar dos Estados Unidos.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os investimentos ao custo amortizado em carteira, excluindo proveitos a receber, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

N.º	Descrição	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
1	Obrigações de emissores públicos	-	-	95 015 859	3 912 098	98 927 957
2	Saldo a 31 de Dezembro de 2021	-	-	95 015 859	3 912 098	98 927 957
3	Obrigações de emissores públicos	-	-	71 933 938	4 617 803	76 551 741
4	Saldo a 31 de Dezembro de 2020	-	-	71 933 938	4 617 803	76 551 741

FONTE: BDA

A metodologia de apuramento de imparidade para os investimentos ao custo amortizado apresenta-se descrita na Nota 2.7 iv).

## 10 – Crédito a Clientes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Crédito vincendo:		
2	A empresas - Empréstimos	197 791 664	200 013 282
3	A particulares	3 650 565	3 165 241
		<b>201 442 229</b>	<b>203 178 523</b>
4	Crédito vencido	52 407 300	37 384 694
5	Proveitos a receber	6 046 457	4 653 619
6	Imparidade para crédito (Nota 17)	(45 278 140)	(43 462 865)
		<b>214 617 846</b>	<b>201 753 971</b>

FONTE: BDA

Desde a concepção das duas linhas de crédito à empresa Angola Cables em 2017, esta entidade tem sido semestre após semestre o cliente com maior exposição creditícia no Banco. Os montantes foram concedidos em dólares americanos (USD) e uma vez que a moeda nacional tem estado a desvalorizar em razão da liberalização do câmbio, a exposição só tende a aumentar, ainda que os créditos já estejam em fase de reembolso. A data de referência, 31 de Dezembro de 2021, a exposição bruta deste cliente é de 144.229.215 mAOA, representando por si só dois terços da exposição total da instituição. A 31 de Dezembro de 2020, este montante elevava-se a 163 087 477mAOA.

A Angola Cables apresenta uma exposição superior ao limite dos grandes riscos para uma contraparte ou um grupo de contrapartes ligadas entre si (25% dos fundos próprios regulamentares do Banco) estabelecido no Aviso n.º 09/2016, de 22 de Junho do BNA, em virtude do disposto no número 2 do Artigo 11.º (Isenções). Esta exposição está isenta dos limites estipulados no artigo 6.º (Limites dos grandes riscos) do referido Aviso, já que se encontra vinculada a uma garantia soberana concedida pelo Estado angolano, elegível nos termos do Aviso n.º 10/2014, de 10 de Dezembro, sobre garantias para fins prudenciais.

Criados em 2015, o Banco conta com cinco programas de financiamento a agentes económicos, nomeadamente nos sectores da Agro-pecuária, Indústria, Infraestruturas, Comércio e Serviços, e Serviços Sociais.

De acordo ao Decreto Executivo n.º 355/16 de 24 de Agosto, os créditos de qualquer um dos programas citados acima vencem juros a uma taxa global que corresponde a 50% da taxa de juros dos Bilhetes do Tesouro a 91 dias, acrescida de um *spread* de custos operacionais ("SCo") (máximo de 2,8%) e de um *spread* de risco ("SpR") (máximo de 2,0%).

Os referidos programas apresentam as seguintes condições:

Programas	Garantias	Encargos Relativos	Investimento para projectos de riz			Investimento para produção		
			Carência	Reembolso	Prazo total	Carência	Reembolso	Prazo total
Agro-pecuária, pesca e silvicultura	Aval e Fiança		até 60	180	240	48	156	204
Indústria transformadora	Penhor de direitos e de bens móveis	Taxa de juro global (max.): 50% taxa BT 91 dias + 4,8%	até 48	168	216	36	132	168
Infraestruturas	Procuração irrevogável	Comissões: Abertura - 0,25%; Montagem - 1%	até 48	144	192	36	108	144
Comércio e serviços	Hipoteca	Fiscalização - 1% Gestão - 0,25%	até 36	84	120	24	72	96
Serviços Sociais e de apoio ao Desenvolvimento	Consignação de rendimentos		até 36	84	120	24	72	96

FONTE: BDA

Fora os cinco programas de financiamento indicados anteriormente, constam ainda na carteira do Banco operações que resultaram de linhas de financiamento promovidas pelo Estado, as quais têm como especificidade a intervenção de Bancos Operadores. Para efeitos das demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2021, estes créditos específicos não foram incluídos, assim como créditos a colaboradores, comissões e bonificações.

O prazo residual do crédito vincendo, excluindo proveitos a receber, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Até 1 ano	-	-
2	De 1 a 3 anos	8 217 980	11 227 128
3	De 3 a 5 anos	13 369 085	6 355 038
4	Mais de 5 anos	185 901 621	190 249 976
		<b>207 488 686</b>	<b>207 832 142</b>

FONTE: BDA

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Saldo inicial	43 462 865	22 616 662
2	Dotações	33 012 517	57 763 610
3	Reversões	(31 197 242)	(36 917 407)
5	Saldo final	45 278 140	43 462 865

FONTE: BDA



Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações, excluindo proveitos a receber, apresenta a seguinte estrutura:

N.º	Ano de concessão	Colaboradores			ENI			Empresas			Imparidade total	
		Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída		
	2014 e anteriores	-	-	-	-	-	-	6	13 026 625	(2 702 483)	13 026 625	(2 702 483)
1	2015	-	-	-	-	-	-	5	738 097	(360 013)	738 097	(360 013)
2	2016	-	-	-	-	-	-	3	97 370 580	(10 735 686)	97 370 580	(10 735 686)
3	2017	-	-	-	1	9 707	(9 243)	9	58 065 296	(7 142 031)	58 075 003	(7 151 274)
4	2018	-	-	-	1	3 440 197	(198 099)	5	4 286 616	(2 620 260)	7 736 813	(2 818 359)
5	2019	-	-	-	3	139 855	(108 264)	14	16 174 999	(6 071 782)	16 314 854	(6 180 046)
6	2020	-	-	-	3	174 156	(85 542)	18	32 757 204	(4 332 513)	32 931 360	(4 418 055)
7	2021	-	-	-	3	225 512	(105 257)	30	33 477 142	(10 805 967)	33 702 654	(10 912 224)
8		-	-	-	11	3 989 427	(507 405)	90	255 906 559	(44 770 735)	259 895 986	(45 278 140)
	<b>Total</b>											

FONTE: BDA

N.º	Ano de concessão	Colaboradores			ENI			Empresas			Imparidade total	
		Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída		
	2013 e anteriores	71	1 303 534	(267 875)	1	69 043	(69 043)	6	858 020	(508 677)	2 230 597	(845 595)
1	2014	1	9 597	(237)	-	-	-	4	2 727 812	(2 909 455)	2 737 409	(2 909 692)
2	2015	23	396 261	(29 310)	1	122 295	(67 900)	5	12 207 252	(2 420 363)	12 725 808	(2 517 573)
3	2016	6	67 458	(12 388)	-	-	-	2	993 202	(1 079 057)	1 060 660	(1 091 445)
4	2017	43	144 904	(4 340)	2	8 923	(7 657)	7	106 898 752	(2 597 311)	107 052 579	(2 609 306)
5	2018	39	165 988	(4 511)	1	2 170 570	(139 078)	8	8 578 689	(1 178 060)	10 915 247	(1 321 649)
6	2019	74	377 899	(36 584)	3	165 865	(72 106)	28	18 190 454	(1 212 710)	18 734 218	(1 132 140)
7		183	2 465 641	(355 245)	8	2 536 696	(855 784)	60	150 454 181	(21 905 633)	155 456 518	(22 616 662)
	<b>Total</b>											

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada apresenta a seguinte estrutura:



N.º	Medida aplicada	31-12-2021						31-12-2020								
		Crédito em cumprimento (Estágio 1)		Crédito em incumprimento (Estágio 2)		Crédito em incumprimento (Estágio 3)		Crédito em cumprimento (Estágio 1)		Crédito em incumprimento (Estágio 2)		Crédito em incumprimento (Estágio 3)				
		Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
1	Extensão de prazo	-	-	-	51	45 932 329	(19 095 017)	-	-	-	-	-	-	51	45 932 329	(19 095 017)
2	Período de carência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Redução da taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	<b>51</b>	<b>45 932 329</b>	<b>(19 095 017)</b>	-	-	-	-	-	-	<b>51</b>	<b>45 932 329</b>	<b>(19 095 017)</b>

FONTE: BDA

N.º	Medida aplicada	31-12-2021						31-12-2020								
		Crédito em cumprimento (Estágio 1)		Crédito em incumprimento (Estágio 2)		Crédito em incumprimento (Estágio 3)		Crédito em cumprimento (Estágio 1)		Crédito em incumprimento (Estágio 2)		Crédito em incumprimento (Estágio 3)				
		Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
1	Extensão de prazo	-	-	-	36	31 809 518	(19 919 761)	-	-	-	-	-	-	36	31 809 518	(19 919 761)
2	Período de carência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Redução da taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	<b>36</b>	<b>31 809 518</b>	<b>(19 919 761)</b>	-	-	-	-	-	-	<b>36</b>	<b>31 809 518</b>	<b>(19 919 761)</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos na carteira de créditos reestruturados, resumem-se como se segue:

N.º		31-12-2021	31-12-2020
1	Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)		
2	Créditos reestruturados no período	43 220 810	30 607 437
3	Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	2 711 519	1 202 081
4	Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-	-
5	Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	-	-
6	Outros	-	-
7	Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	45 932 329	31 809 518

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito de crédito dos segmentos de Colaboradores, Empresários em Nome Individual (ENI) e Empresas, apresenta a seguinte estrutura:

Justo valor	31-12-2021	
	ENI	Empresas



N.º	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
1	< 50 MAOA	-	-	-	1	45 000	-	-
2	>= 50 MAOA e < 100 MAOA	-	-	-	4	321 695	-	-
3	>= 100 MAOA e < 500 MAOA	-	-	-	7	2 236 077	-	-
4	>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	-	-	-	4	2 415 926	-	-
5	>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	1	1 990 121	-	10	15 255 361	-	-
6	>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	-	7	35 621 723	2	147 487 560
7	>= 5.000 MAOA	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1 990 121</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33</b>	<b>55 894 782</b>	<b>2</b>	<b>147 487 560</b>

N.º	Justo valor	31-12-2020							
		ENI		Empresas		Outras garantias reais			
		Imóveis	Outras garantias reais	Imóveis	Outras garantias reais	Imóveis	Outras garantias reais		
		Número de imóveis	Montante	Número de imóveis	Montante	Número de imóveis	Montante		
1	< 50 MAOA	-	-	-	-	1	45 000	-	-
2	>= 50 MAOA e < 100 MAOA	-	-	-	-	3	226 895	-	-
3	>= 100 MAOA e < 500 MAOA	1	465 954	-	-	8	3 146 930	-	-
4	>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	-	-	-	-	2	1 530 360	-	-
5	>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	-	-	-	-	4	5 213 386	-	-
6	>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	-	-	1	2 427 470	-	-
7	>= 5.000 MAOA	-	-	-	-	1	18 747 299	1	168 897 040
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>465 954</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>31 337 339</b>	<b>1</b>	<b>168 897 040</b>	

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe do rácio financiamento-garantia dos segmentos de Colaboradores, Empresários em Nome Individual (ENI) e Empresas, apresenta a seguinte estrutura:

N.º	Segmento/Rácio	31-12-2021					
		Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
1	ENI	-	-	-	-	-	-
2	Sem garantia associada	-	-	-	70 599	478 632	(309 305)
3	< 50%	-	-	-	-	-	-



4	>= 50% e < 75%	1	-	-	3 440 195	-	(198 099)
5	>= 75% e < 100%	-	-	-	-	-	-
6	>= 100%	-	-	-	-	-	-
7	<b>Empresas</b>						
8	Sem garantia associada	-	-	16 061 822	2 358 402	26 145 180	(17 438 717)
9	< 50%	14	1	26 181 192	3 237 694	3 342 773	(4 129 406)
10	>= 50% e < 75%	6	-	1 307 541	2 871 324	10 643 857	(4 436 230)
11	>= 75% e < 100%	4	-	3 219 539	-	2 761 241	(963 435)
12	>= 100%	9	1	4 863 858	-	152 912 137	(17 802 948)
	<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>2</b>	<b>51 633 952</b>	<b>11 978 214</b>	<b>196 283 820</b>	<b>(45 278 140)</b>

FONTE: BDA

N.º	Segmento/Rácio	31-12-2020			Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Impairado
1	<b>ENI</b>									
2	Sem garantia associada	-	-	-	-	-	73 783	681 403	(417 000)	(158 306)
3	< 50%	1	-	3 066 439	-	-	-	-	-	-
4	>= 50% e < 75%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	>= 75% e < 100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6	>= 100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7	<b>Empresas</b>									
8	Sem garantia associada	-	-	26 841 419	-	282 897	23 759 363	21 859 868	(2 103 496)	(121 386)
9	< 50%	8	-	5 440 081	-	1 101 349	5 111 169	1 693 515	(1 973 304)	(16 829 505)
10	>= 50% e < 75%	4	-	3 620 879	-	-	-	168 912 080	(43 462 865)	-
11	>= 75% e < 100%	3	-	2 908 835	-	1 117 498	1 117 498	200 157 530	-	-
12	>= 100%	5	1	606 126	1	606 126	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>42 483 779</b>	<b>1</b>	<b>42 483 779</b>	<b>2 575 527</b>	<b>200 157 530</b>	<b>(43 462 865)</b>	<b>(43 462 865)</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o BDA não recebeu imóveis por dação ou execução.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe do montante da exposição bruta do crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas individual e colectivamente, excluindo proveitos a receber, por segmento, por sector de actividade e geografia corresponde ao seguinte:

#### a. Por segmento:

31-12-2021		31-12-2020	
Colaboradores	ENI	Empresas	Total

N.º	Exposição		Imparidade		Exposição		Imparidade		Exposição		Imparidade	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
1	-	-	3 440 195	(198 099)	229 171 905	(41 475 890)	232 612 100	(41 673 989)				
2	-	-	549 231	(309 305)	26 734 655	(3 294 846)	27 283 886	(3 604 151)				
<b>Total</b>	-	-	<b>3 989 426</b>	<b>(507 404)</b>	<b>255 906 560</b>	<b>(44 770 736)</b>	<b>259 895 986</b>	<b>(45 278 140)</b>				

FONTE: BDA

N.º	Colaboradores		ENI		Empresas		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
1	-	-	3 066 439	(198 306)	231 052 078	(39 338 606)	234 118 517	(39 496 912)
2	-	-	755 186	(417 000)	10 343 133	(3 548 953)	11 098 319	(3 965 953)
<b>Total</b>	-	-	<b>3 821 625</b>	<b>(575 306)</b>	<b>241 395 211</b>	<b>(42 887 559)</b>	<b>245 216 836</b>	<b>(43 462 865)</b>

FONTE: BDA

### b. Por sector de actividade:

N.º	31-12-2021		Agricultura		Comércio e serviços		Indústria		Pecuária		Capital Circulante		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
1	26 020 688	(9 690 741)	5 526 607	(3 249 287)	171 324 539	(24 378 956)	16 132 057	(3 822 437)	13 608 009	(532 570)	232 612 100	(41 673 990)		
2	7 011 918	(1 283 301)	2 869 601	(374 696)	10 887 783	(1 298 281)	6 514 584	(647 872)	-	-	27 283 886	(3 604 150)		
<b>Total</b>	<b>33 032 606</b>	<b>(10 974 042)</b>	<b>8 396 408</b>	<b>(3 623 983)</b>	<b>182 212 322</b>	<b>(25 677 236)</b>	<b>22 646 641</b>	<b>(4 470 309)</b>	<b>13 608 009</b>	<b>(532 570)</b>	<b>259 895 986</b>	<b>(45 278 140)</b>		

FONTE: BDA

### c. Por geografia:

N.º	31-12-2020		Agricultura		Comércio e serviços		Indústria		Pecuária		Capital Circulante		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
1	6 878 661	(881 126)	178 049 761	(17 725 524)	43 745 637	(19 526 135)	5 444 458	(1 364 127)	-	-	234 118 517	(39 496 912)		
2	3 181 075	(673 733)	58 207	(85 983)	4 879 854	(2 641 206)	2 696 286	(472 806)	282 897	(92 175)	11 098 319	(3 965 953)		
<b>Total</b>	<b>10 059 736</b>	<b>(1 554 909)</b>	<b>178 107 968</b>	<b>(17 811 507)</b>	<b>48 625 491</b>	<b>(22 167 341)</b>	<b>8 140 744</b>	<b>(1 836 933)</b>	<b>282 897</b>	<b>(92 175)</b>	<b>245 216 836</b>	<b>(43 462 865)</b>		

FONTE: BDA



O crédito a clientes foi concedido na totalidade em Angola, e está associado à aplicação de recursos do FND, no âmbito do artigo 5.º do Regulamento aprovado através do Decreto Presidencial n.º 156/16, de 10 de Agosto, conforme descrito na Nota 2.15, com exceção dos créditos a colaboradores e de duas operações do cliente "Angola Cables".



Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos, excluindo proveitos a receber, apresenta a seguinte estrutura:

N.º	Segmento	31-12-2021					Totais	
		Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado		
		A	B	C	D	E	F	G
1	Colaboradores	-	-	-	-	-	-	-
2	ENI	-	3 544 332	-	-	143 317	-	301 777
3	Empresas	143 747 796	40 988 739	39 473 693	14 955 757	3 160 253	2 036 167	11 544 155
	<b>Total</b>	<b>143 747 796</b>	<b>44 533 071</b>	<b>39 473 693</b>	<b>14 955 757</b>	<b>3 303 570</b>	<b>2 036 167</b>	<b>11 845 932</b>

FONTE: BDA

N.º	Segmento	31-12-2020					Totais	
		Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado		
		A	B	C	D	E	F	G
1	Colaboradores	-	-	-	-	-	-	-
2	ENI	-	3 175 110	-	-	156 013	-	490 502
3	Empresas	163 087 478	36 634 727	28 417 122	5 723 399	-	-	7 532 486
	<b>Total</b>	<b>163 087 478</b>	<b>39 809 837</b>	<b>28 417 122</b>	<b>5 723 399</b>	<b>156 013</b>	<b>-</b>	<b>8 022 988</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a divulgação dos factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento, apresenta a seguinte estrutura:

N/O	Segmento	Imparidade à 31-12-2021			
		Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
1	Empresas	0%	0%	-	-
2	ENI	0%	94%	-	69%
3	Colaboradores	9%	77%	-	62%
	<b>Total</b>	<b>9%</b>	<b>81%</b>	<b>-</b>	<b>63%</b>

FONTE: BDA

N/O	Segmento	Imparidade à 31-12-2020			
		Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
1	Empresas	12%	79%	-	59%
2	ENI	14%	90%	-	66%
3	Colaboradores	3%	83%	-	68%
	<b>Total</b>	<b>4%</b>	<b>71%</b>	<b>-</b>	<b>62%</b>

FONTE: BDA

## 11 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta a rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	Participações%	Nº de Ações	31-12-2021	31-12-2020
1	Sociedade de Desenvolvimento da Barra Do Dande, S.A.				
2	Participação Financeira	5	50	50 000	-
				<b>50 000</b>	<b>-</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021, o Banco detém uma participação de 5% no capital social da Sociedade de Desenvolvimento da Barra do Dande, S.A., sediada na província do Bengo, Município da Barra do Dande, a qual tem como actividade principal a gestão e exploração da Zona Franca da Barra do Dande e do respectivo Porto Franca.

## 12 – Outros Activos Tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Imóveis:</b>		
2	Obras em imóveis arrendados	364 581	342 171
3	De serviço próprio	33 506	33 506
		<b>398 087</b>	<b>375 677</b>
4	<b>Equipamento:</b>		
5	Material de transporte	2 935 587	2 993 087
6	Equipamento informático	615 838	546 577
7	Mobiliário e material	248 078	208 151
8	Máquinas e ferramentas	40 795	26 763
9	Instalações interiores	66 007	54 791
10	Equipamento de segurança	25 420	25 330
11	Outros	5 952	5 952
		<b>3 937 677</b>	<b>3 860 651</b>
12	<b>Imobilizações em curso:</b>		
13	Equipamento	9 368 845	9 270 080
14	Imparidade	(9 270 080)	(9 270 080)
		<b>98 765</b>	<b>-</b>
15	<b>Amortizações acumuladas:</b>		
16	Do exercício	(805 851)	(706 121)
17	De exercícios anteriores	(2 153 535)	(1 498 924)
		<b>(2 959 386)</b>	<b>(2 205 045)</b>
	<b>Total</b>	<b>1 475 143</b>	<b>2 031 283</b>

FONTE: BDA

O movimento nestas rubricas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foi o seguinte:

N/O	Descrição	Activo bruto			Saldo em 31-12-2021
		Saldo em 31-12-2020	Aumentos	Vendas e abates	
1	<b>Imóveis:</b>				
2	Obras em imóveis arrendados	342 171	22 410	-	364 581
3	De serviço próprio	33 506	-	-	33 506
		<b>375 677</b>	<b>22 410</b>	<b>-</b>	<b>398 087</b>
4	<b>Equipamento:</b>				
5	Material de transporte	2 993 087	-	(57 500)	2 935 587
6	Equipamento informático	546 577	69 261	-	615 838
7	Mobiliário e material	208 151	39 927	-	248 078
8	Instalações interiores	54 791	11 216	-	66 007
9	Máquinas e ferramentas	26 763	14 030	-	40 793
10	Equipamento de segurança	25 330	90	-	25 420
11	Outros	5 952	-	-	5 952
		<b>3 860 651</b>	<b>134 524</b>	<b>(57 500)</b>	<b>3 937 675</b>
12	<b>Imobilizações em curso</b>				
13	Equipamento	9 270 080	98 765	-	9 368 845
14	Outros	-	-	-	-
		<b>9 270 080</b>	<b>98 765</b>	<b>-</b>	<b>9 368 845</b>
		<b>13 506 408</b>	<b>255 699</b>	<b>(57 500)</b>	<b>13 704 608</b>

FONTE: BDA

N/O	Descrição	Amortizações acumuladas	
		Saldo em	Vendas e abates



	31-12-2020	Amortizações do exercício		Saldo em 31-12-2021	
1	<b>Imóveis:</b>				
2	Obras em imóveis arrendados	(109 013)	(35 856)	-	(144 869)
3	De serviço próprio	(7 761)	(670)	-	(8 430)
		(116 774)	(36 526)	-	(153 299)
4	<b>Equipamento:</b>				
5	Material de transporte	(1 474 480)	(668 350)	51 509	(2 091 321)
6	Equipamento informático	(417 222)	(69 870)	-	(487 092)
7	Mobiliário e material	(124 340)	(20 322)	-	(144 662)
8	Instalações interiores	(32 111)	(3 542)	-	(35 653)
9	Máquinas e ferramentas	(26 541)	(3 913)	-	(30 454)
10	Equipamento de segurança	(8 766)	(3 044)	-	(11 810)
11	Outros	(4 811)	(282)	-	(5 093)
		(2 088 271)	(769 323)	51 509	(2 806 084)
12	<b>Imobilizações em curso</b>				
13	Equipamento	-	-	-	-
		(2 205 045)	(805 851)	51 509	(2 959 385)

FONTE: BDA

O movimento nestas rubricas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foi o seguinte:

N.º	Descrição	Activo bruto			Saldo em 31-12-2020
		Saldo em 31-12-2019	Aumentos	Vendas e abates	
1	<b>Imóveis:</b>				
2	Obras em imóveis arrendados	342 171	-	-	342 171
3	De serviço próprio	33 506	-	-	33 506
		375 677	-	-	375 677
4	<b>Equipamento:</b>				
5	Material de transporte	2 358 787	781 000	(146 700)	2 993 087
6	Equipamento informático	481 638	64 939	-	546 577
7	Mobiliário e material	202 722	5 429	-	208 151
8	Instalações interiores	47 619	7 172	-	54 791
9	Máquinas e ferramentas	26 763	-	-	26 763
10	Equipamento de segurança	25 330	-	-	25 330
11	Outros	5 952	-	-	5 952
		3 148 811	858 540	(146 700)	3 860 651
12	<b>Imobilizações em curso</b>				
13	Equipamento	9 270 080	-	-	9 270 080
14	Outros	-	-	-	-
		9 270 080	-	-	9 270 080
	<b>Total</b>	<b>12 794 568</b>	<b>858 540</b>	<b>(146 700)</b>	<b>13 506 408</b>

FONTE: BDA

N.º	Descrição	Amortizações acumuladas			Saldo em 31-12-2020
		Saldo em 31-12-2019	Amortizações do exercício	Vendas e abates	
1	<b>Imóveis:</b>				

2	Obras em imóveis arrendados	(73 535)	(35 478)	-	(109 013)
3	De serviço próprio	(7 092)	(670)	-	(7 761)
		<b>(80 627)</b>	<b>(36 148)</b>	<b>-</b>	<b>(116 774)</b>
4	<b>Equipamento:</b>				
5	Material de transporte	(982 364)	(580 540)	88 424	(1 474 480)
6	Equipamento informático	(353 705)	(63 517)	-	(417 222)
7	Mobiliário e material	(106 326)	(18 014)	-	(124 340)
8	Instalações interiores	(28 536)	(3 575)	-	(32 111)
9	Máquinas e ferramentas	(25 774)	(767)	-	(26 541)
10	Equipamento de segurança	(5 488)	(3 278)	-	(8 766)
11	Outros	(4 528)	(283)	-	(4 811)
		<b>(1 506 721)</b>	<b>(669 974)</b>	<b>88 424</b>	<b>(2 088 271)</b>
12	<b>Imobilizações em curso</b>				
13	Equipamento	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>(1 587 348)</b>	<b>(706 122)</b>	<b>88 424</b>	<b>(2 205 045)</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o Banco tem registado na rubrica "Imobilizações em curso - Equipamento", um saldo de 9 368 945 mAOA, dos quais 9 270 080 mAOA, refere-se ao valor já liquidado para aquisição do seu futuro Edifício Sede. O contrato-promessa de compra e venda para a aquisição/empreitada do futuro Edifício Sede do Banco foi celebrado a 27 de Setembro de 2012 com a entidade Luena Plaza e estabelecia um prazo de entrega da obra em 24 meses após a data do pagamento da 3.ª prestação pelo Banco (10 de Dezembro de 2012). Até 31 de Dezembro de 2021 já foram liquidadas prestações, de valor total equivalente a aproximadamente 94% do valor da empreitada. Com base na avaliação efectuada por um perito avaliador independente e credenciado, datada de 11 de Abril de 2018, foi referido que até aquela data tinha sido construído ao equivalente a 20% do custo total da empreitada.

Em virtude das obras estarem suspensas, o Banco está a negociar com o empreiteiro a retoma do projecto e existem algumas dúvidas quanto a capacidade do empreiteiro em devolver os valores pagos pelo BDA (considerando que o contrato inicial encontra-se indexado ao Dólar dos Estados Unidos), em caso de incumprimento contratual, o Banco registou, durante o exercício de 2018, um valor de imparidade de 7 466 588 mAOA, referente ao montante já liquidado para a aquisição do seu futuro Edifício Sede, tendo como contrapartida a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados".

Tendo em atenção que durante o exercício de 2020 não houve qualquer avanço no processo de negociação com o empreiteiro, relativamente à devolução dos valores pagos, o Banco efectuou um reforço de imparidade no valor de 1 803 491 mAOA por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados", totalizando o valor de 9 270 080 mAOA (Nota 20).

### 13 – Activos Intangíveis

O movimento nestas rubricas no exercicio findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
<b>1</b>	<b>Activos intangíveis:</b>		
2	Sistema de tratamento automático de dados	753 101	753 101
3	Gastos de organização e expansão	43 297	43 297
4	Outros	4 050	4 050
		<b>800 448</b>	<b>800 448</b>
<b>5</b>	<b>Amortização acumuladas:</b>		
6	Do exercicio	(17 761)	(17 761)
7	De exercicios anteriores	(776 729)	(758 967)
		<b>(794 490)</b>	<b>(776 728)</b>
	<b>Total</b>	<b>5 958</b>	<b>23 720</b>

FONTE: BDA

O movimento nestas rubricas no exercicio findo em 31 de Dezembro de 2021 foi o seguinte:

N/O	Descrição	Activo bruto			
		Saldos em 31-12-2020	Aumentos	Vendas e abates	Saldos em 31-12-2021
<b>1</b>	<b>Activos intangíveis:</b>				
2	Sistema de tratamento automático de dados	753 101	-	-	753 101
3	Gastos de organização e expansão	43 297	-	-	43 297
4	Outros	4 050	-	-	4 050
		<b>800 448</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>800 448</b>
		Amortizações acumuladas			
N/O	Descrição	Saldos em 31-12-2020	Amortizações do exercicio	Vendas e abates	Saldos em 31-12-2021
<b>1</b>	<b>Activos intangíveis:</b>				
2	Sistema de tratamento automático de dados	(729 381)	(17 762)	-	(747 143)
3	Gastos de organização e expansão	(43 297)	-	-	(43 297)
4	Outros	(4 050)	-	-	(4 050)
		<b>(758 967)</b>	<b>(17 762)</b>	<b>-</b>	<b>(794 490)</b>

FONTE: BDA

O movimento nestas rubricas no exercicio findo em 31 de Dezembro de 2020 foi o seguinte:

N/O	Descrição	Activo bruto	
		Saldos em 31-12-2019	Saldos em 31-12-2020
<b>1</b>	<b>Activos intangíveis:</b>		
2	Sistema de tratamento automático de dados	753 101	753 101
3	Gastos de organização e expansão	43 297	43 297
4	Outros	4 050	4 050
	<b>Total</b>	<b>800 448</b>	<b>800 448</b>

FONTE: BDA

N/O	Descrição	Amortizações acumuladas		
		Saldo em 31-12-2019	Amortizações do exercício	Saldo em 31-12-2020
1	<b>Activos intangíveis:</b>			
2	Sistema de tratamento automático de dados	(711 620)	(17 761)	(729 381)
3	Gastos de organização e expansão	(43 297)	-	(43 297)
4	Outros	(4 050)	-	(4 050)
	<b>Total</b>	<b>(758 967)</b>	<b>(17 761)</b>	<b>(776 728)</b>

FONTE: BDA

## 14 – Activos por impostos correntes

Conforme referido na nota 2.12, o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 35%.

O Imposto Industrial é calculado com base no lucro tributável do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico devido a ajustamentos nos termos do Código do Imposto Industrial.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto pode ser demonstrada como segue:

N/O	Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
		Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
1	Resultado antes de impostos e de operações descontinuadas		(4 872 572)		101 638 735
2	Imposto apurado com base na taxa nominal	35,00%	(1 705 400)	35,00%	35 573 557
3	Provisões não aceites	-113,96%	5 552 825	5,60%	5 694 529
4	Custos com IAC	-5,16%	251 306	0,12%	120 164
5	Amortizações não aceites	-2,78%	135 452	0,19%	190 067
6	Outros custos não dedutíveis	-0,20%	9 671	0,20%	206 223
7	Rendimentos sujeitos a IAC	100,64%	(4 903 723)	-8,11%	(8 244 691)
8	Diferenças cambiais favoráveis e desfavoráveis não realizadas	-233,51%	11 377 949	-27,56%	(28 007 182)
9	Provisões dedutíveis	12,20%	(594 275)	-0,73%	(742 269)
10	Ajustamentos com impacto em imposto diferido	347,47%	(16 930 774)	21,95%	22 312 653
11	<b>Imposto corrente</b>	<b>-207,77%</b>	<b>10 123 805</b>	<b>4,71%</b>	<b>4 790 399</b>
12	<b>Imposto Diferido</b>	<b>347,47%</b>	<b>(16 930 774)</b>	<b>21,95%</b>	<b>22 312 653</b>
13	<b>Imposto sobre os Resultados</b>	<b>139,70%</b>	<b>(6 806 969)</b>	<b>26,67%</b>	<b>27 103 052</b>

FONTE: BDA

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, até 31 de Dezembro de 2012, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 18/92, de 3 de Julho), em vigor até 31 de Dezembro de 2014, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

Os proveitos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 1 de Janeiro de 2013, encontram-se sujeitos a IAC de acordo com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os proveitos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro foram deduzidos ao lucro tributável.

O custo apurado com a liquidação de IAC, está excluído dos custos fiscalmente aceites para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Código do Imposto Industrial.

Em 31 de Dezembro de 2021, foram registados impostos diferidos activos e passivo conforme segue:

N.º	Descrição	Activo		Passivo		Líquido	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
1	Diferenças cambiais desfavoráveis e favoráveis não realizadas	34 359 648	474 443 937	(22 981 699)	(502 451 118)	11 377 949	(28 007 182)
2	Imparidade para crédito	5 552 825	5 694 529	-	-	5 552 825	5 694 529
3	Instrumentos financeiros (acções Norsad)	-	-	(351 524)	(351 524)	(351 524)	(351 524)
		<b>39 912 473</b>	<b>480 138 466</b>	<b>(23 333 223)</b>	<b>(502 802 642)</b>	<b>16 579 250</b>	<b>(22 664 177)</b>

FONTE: BDA

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos em balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

N.º	Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
		Activos	Passivos	Líquido	Activos	Passivos	Líquido
1	Saldo inicial	-	(502 802 642)	(502 802 642)	-	(351 524)	(351 524)
2	Reconhecido em resultados	39 912 473	(22 981 699)	16 930 774	480 138 466	(502 451 118)	(22 312 653)
3	Reconhecido em reservas - Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-
	<b>Saldo final</b>	<b>39 912 473</b>	<b>(525 784 341)</b>	<b>(485 871 868)</b>	<b>480 138 466</b>	<b>(502 802 642)</b>	<b>(22 664 177)</b>

FONTE: BDA

O imposto reconhecido em resultados a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 teve as seguintes origens:

N/O	Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
		Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
1	<b>Impostos diferidos</b>				
	Diferenças cambiais desfavoráveis e favoráveis não realizadas	11 377 949	-	(28 007 182)	-
3	Imparidade para crédito	5 552 825	-	5 694 529	-
4	Instrumentos financeiros (ações Norsad)	-	-	-	-
5	<b>Saldo final</b>	<b>16 930 774</b>	<b>-</b>	<b>(22 312 653)</b>	<b>-</b>
6	<b>Impostos correntes</b>	<b>(10 123 805)</b>	<b>-</b>	<b>(4 790 400)</b>	<b>-</b>
	<b>Total de imposto reconhecido</b>	<b>6 806 969</b>	<b>-</b>	<b>(27 103 052)</b>	<b>-</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos activos por impostos correntes é como segue:

N/O	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
1	Liquidações provisórias	748 039	200 038
		<b>748 039</b>	<b>200 038</b>

FONTE: BDA

## 15 – Outros activos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Devedores</b>		
2	FND - Desembolso Linha Fertilizantes	3 440 475	1 199 353
3	FND- Juros	2 164 247	535 683
4	Depósitos de margem – Imoshopping	5 122 888	5 122 888
5	Adiantamento a fornecedores	441 077	382 811
6	Juros FST	42 227	54 665
7	Imposto s/ valor acrescentado	(4 454)	1 994
		<b>11 206 460</b>	<b>7 297 394</b>
8	<b>Despesas antecipadas</b>		
9	Seguros	308 254	77 017
10	Outros	86 067	207 524
		<b>394 321</b>	<b>284 541</b>
11	Imparidade de outros activos	(5 122 888)	(5 122 888)
		<b>6 477 893</b>	<b>2 459 047</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica “Depósitos de margem – Imoshopping” corresponde ao montante a receber da empresa Imoshopping – Gestão de imóveis, S.A, no âmbito da execução da garantia bancária emitida pelo BDA a favor do Banco Caixa Geral Angola (“BCGA”), relacionada com o projecto de construção do “Luanda Shopping”, sendo que o Banco encontra-se a desenvolver as

diligências para celebrar o contrato de crédito mútuo com a empresa Imoshopping – Gestão de imóveis, S.A, durante o exercício de 2021. Dada a incerteza quanto ao recebimento do referido montante, em 31 de Dezembro de 2021 o BDA optou por provisionar o mesmo em 100%, tendo registado este montante na rubrica "Imparidade de outros activos".

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Adiantamentos a fornecedores" corresponde a adiantamentos efectuados pelo Banco, relacionados com a aquisição de activos fixos tangíveis.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Seguros" refere-se a prémios pagos antecipadamente relativos a apólices de seguros de saúde e de seguros de acidentes de trabalho dos colaboradores do Banco.

## 16 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito:		
2	Mercado monetário interbancário (Tomada JBIC)	51 115 399	56 570 435
	<b>Total</b>	<b>51 115 399</b>	<b>56 570 435</b>

FONTE: BDA

Em Março de 2016, o BDA celebrou um contrato com a empresa multinacional de telecomunicações, Angola Cables, que consistiu na operacionalização de um financiamento externo, com a disponibilização de fundos, com o objectivo de permitir à mesma efectuar o pagamento da importação de bens e/ou serviços japoneses. Estes serviços devem ser adquiridos nos termos do contrato com os financiadores externos (*Sumitomo Mitsui Banking Corporation* e *Japan Bank for International Cooperation*), para um projecto de construção de um cabo submarino da África Ocidental que ligará as estações de Sangano (Angola) e Fortaleza (Brasil), denominado Projecto SACS.

O financiamento acima referido, consiste numa linha de crédito de duração limitada, em que os financiadores externos deverão desembolsar o montante global máximo equivalente a 109 794 mUSD, devendo este montante ser reembolsado pelo BDA de acordo com o plano de amortizações definido para o âmbito.

## 17 – Provisões e Imparidade

O movimento ocorrido nas rubricas de "Provisões" e "Imparidade" em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:



N/O	Descrição	Saldo 31-12-2020	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo 31-12-2021
<b>1</b>	<b>Imparidade:</b>						
2	Para disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	25 951	50 922	(75 018)	-	-	1 855
3	Para aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	156 121	962 714	(324 204)	-	-	794 631
4	Para as Obrigações ao custo amortizado (Nota 9)	4 000 768	1 791 535	-	-	-	5 792 304
5	Para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações (Nota 10)	43 462 865	33 012 517	(31 197 242)	-	-	45 278 140
6	Para outros activos (Nota 15)	5 122 888	-	-	-	-	5 122 888
7	Para outros activos tangíveis (Nota 12)	9 270 080	-	-	-	-	9 270 080
		<b>62 038 674</b>	<b>35 817 688</b>	<b>(31 596 464)</b>	-	-	<b>66 259 897</b>
<b>8</b>	<b>Provisões:</b>						
9	Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal	128 135	-	-	-	-	128 135
10	Provisões para responsabilidades prováveis de natureza social ou estatutária	16 404	-	-	-	-	16 404
		<b>144 539</b>	-	-	-	-	<b>144 539</b>
		<b>62 183 213</b>	<b>35 817 688</b>	<b>(31 596 464)</b>	-	-	<b>66 404 436</b>

FONTE: BDA

N/O	Descrição	Saldo 31-12-2019	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo 31-12-2020
<b>1</b>	<b>Imparidade:</b>						
2	Para disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	6 240	60 312	(40 601)	-	-	25 951
3	Para aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	2 114 528	2 731 133	(4 689 540)	-	-	156 121
4	Para as Obrigações ao custo amortizado (Nota 9)	949 402	3 051 366	-	-	-	4 000 768
5	Para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações (Nota 10)	22 616 662	57 763 609	(36 917 407)	-	-	43 462 865
6	Para outros activos (Nota 15)	5 122 888	-	-	-	-	5 122 888
7	Para outros activos tangíveis (Nota 12)	9 270 080	-	-	-	-	9 270 080
		<b>40 079 800</b>	<b>63 606 420</b>	<b>(41 647 548)</b>	-	-	<b>62 038 674</b>
<b>8</b>	<b>Provisões:</b>						
9	Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal	128 135	-	-	-	-	128 135
10	Provisões para responsabilidades prováveis de natureza social ou estatutária	16 404	-	-	-	-	16 404
		<b>144 539</b>	-	-	-	-	<b>144 539</b>
		<b>40 224 339</b>	<b>63 606 420</b>	<b>(41 647 548)</b>	-	-	<b>62 183 213</b>

FONTE: BDA

O saldo da rubrica de "Provisões" destina-se a fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e a respectiva probabilidade de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal" refere-se à estimativa no valor de 128 135 mAOA referente a liquidação do IAC.

## 18 – Passivos Subordinados

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N.º	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Passivos subordinados:</b>		
2	Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	119 517 432	160 421 217
3	Novo Horizonte	396 302	396 302
4	Fundo de Garantia	-	96 846
	<b>Total</b>	<b>119 913 734</b>	<b>160 914 365</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Novo Horizonte” refere-se ao montante remanescente do Programa de Crédito Novo Horizonte, criado ao abrigo da Resolução n.º 10/01 de 15 de Junho, da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, que foi transferido para o BDA após a extinção do Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (“FDES”).

Em 31 de Dezembro de 2020, o saldo da rubrica “Fundo de Garantia” corresponde a bonificações de juros e de todo processo de operacionalização do programa de Crédito Agrícola de Campanha, nos termos e condições estabelecidas no Decreto Executivo Conjunto n.º 16/10 de 14 de Abril.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) teve os seguintes movimentos:

N.º	Descrição	31-12-2021							Saldo final
		Saldo inicial	Transferência de fundos para o Min.Fin.	Juros de crédito	Reembolsos	Crédito (b)	Comissão de depósito (Nota 25) (c)	Cobertura de despesas de desenvolvimento	
1	Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	160 421 217	-	3 685 213	6 195 572	(22 082 959)	(12 875 483)	(15 826 128)	119 517 432
2		160 421 217	-	3 685 213	6 195 572	(22 082 959)	(12 875 483)	(15 826 128)	119 517 432

FONTE: BDA

N.º	Descrição	31-12-2020							Saldo final
		Saldo inicial	Transferência de fundos do Min.Fin.	Juros de crédito	Comissões de crédito	Crédito (b)	Comissão de depósito (Nota 25) (c)	Cobertura de despesas de desenvolvimento	
1	Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	283 021 513	(86 496 845)	535 682	570 051	(20 520 037)	(16 689 146)	-	160 421 217
2		283 021 513	(86 496 845)	535 682	570 051	(20 520 037)	(16 689 146)	-	160 421 217

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a comissão de gestão cobrada pelo BDA, relativa aos recursos do FND corresponde a uma remuneração média anual de 9,65% e 7,57%, respectivamente. O Banco transferiu ao Minfin até 31 de Dezembro de 2021 o montante de 86 496 845 mAOA.

- a) No exercício de 2021, foram concedidos créditos ao abrigo do Programa Microcrédito no montante total de 55 000 mAOA.
- b) Em Julho de 2019, foi aprovada a suspensão da remuneração ao FND, conforme o Ofício Nº. 771/GAB.MEDES/PR/0.02/2019, sem efeitos retroactivos, enquanto prevalecer a ausência de Dotações do Tesouro ao FND. A referida suspensão teve efeito a partir do 3º Trimestre de 2019.

No seguimento do estabelecido no Decreto Presidencial n.º 98/20, de 9 de Abril e de forma a assegurar o apoio financeiro com vista à manutenção mínima dos níveis de actividade das micro, pequenas e médias empresas do Sector Produtivo, como resultado do COVID 19, foi deliberada a alocação de recursos financeiros ao sector produtivo, tendo sido definidas as seguintes linhas de crédito a serem concedidos pelo BDA, ao abrigo do FND:

- Linha Operadores de Comércio e Distribuição (OCDs) – linha de crédito para a compra dos operadores do comércio e a distribuição aos produtores nacionais de um conjunto de bens agrícolas, pecuários e piscícolas, no montante total de 26,4 mil milhões de Kwanzas;
- Linha compras de produção nacional – linha de crédito para financiar compras das cooperativas de produtores familiares e dos empresários agro-pecuarios de pequena e média dimensão, a fornecedores nacionais e de sementes melhoradas de cereais, hortícolas e tubérculos, de fertilizantes, de pesticidas, de vacinas e de prestação de serviços de preparação e correcção de solos agrícolas, no montante de 13,5 mil milhões de Kwanzas; e
- Linha Cooperativas – linha de crédito para financiar projectos de modernização e de expansão das actividades de um número máximo de 15 cooperativas por cada província, nos sectores da agricultura e das pescas, no montante total de 750 milhões de Kwanzas.

No cumprimento do Decreto Presidencial n.º 19/21, de 20 de Janeiro, foi orientado ao Banco de Desenvolvimento de Angola custear as despesas do plano de acção do Programa Integrado de Desenvolvimento do Comercio Rural (PIDCR), por via da utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), na modalidade de despesas de desenvolvimento e do domínio social, no montante de 25 000 000 mAOA.

Em 31 de Dezembro de 2021, o Banco efectuou desembolsos por via da utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), conforme quadro a seguir:

N/O	Descrição	31-12-2021
1	Linha de Crédito para o Alívio Económico	(20 480 712)
2	Programa de Apoio ao Crédito (PAC)	(492 849)
3	Programa de Microcrédito	(55 000)
4	Programa Integrado de Desenvolvimento do Comércio Rural (PIDCR)	(15 729 281)
		<b>(36 757 842)</b>

FONTE: BDA

N/O	Descrição	Saldo na linha	Desembolsos	Total aprovado não desembolsado	Saldo disponível
1	<b>Créditos no âmbito do alívio ao COVID - 19</b>				
2	Linha OCD's	28 400 000	(18 354 604)	(72 397)	7 972 999
3	Linha compras de produção nacional	13 500 000	(16 915 146)	-	(3 415 146)
4	Linha cooperativas	750 000	(6 570 000)	(75 000)	(5 895 000)
5	Créditos no âmbito do PAC:	25 000 000	(1 137 182)	(6 126 582)	17 736 236
	<b>Saldo líquido FND</b>	<b>65 650 000</b>	<b>(42 976 932)</b>	<b>(6 273 979)</b>	<b>16 399 089</b>

FONTE: BDA

## 19 – Outros Passivos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Credores diversos:</b>		
2	Credores em moeda nacional	196 013	354 605
3	Credores em moeda estrangeira	2 296 316	2 717 712
4	Regularizações de depósitos à ordem	6 601 134	2 692 975
5	Regularizações de crédito	-	1 107 429
6	Outros	1 388 713	1 705 187
		<b>10 482 176</b>	<b>8 577 908</b>
7	Dividendos a entregar ao Estado	6 713 768	6 713 768
8	Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	16 793 080	36 393 869
9	Fundo Social dos Trabalhadores	3 206 570	2 579 253
10	Fundo de Investimento	9 303 477	4 754 567
11	Outras obrigações com pessoal	623 457	549 686
12	Custos administrativos e de comercialização a pagar	313 997	348 718
13	Credores diversos	14 439	14 439
		<b>36 968 788</b>	<b>51 354 300</b>
	<b>Total</b>	<b>47 450 964</b>	<b>59 932 208</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Credores em moeda nacional e estrangeira” refere-se a serviços prestados ao BDA, cujas facturas se encontram pendentes de liquidação por parte do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica “Regularizações de depósito a ordem” refere-se os valores desembolsados e não utilizados ainda pelos clientes, e valores transferidos pelos clientes para pagamento de prestações de crédito e que não se fez ainda afectação das respectivas contas de crédito para a contabilização dos reembolsos, mantendo-se assim em depósitos a ordem.

O saldo da rubrica "Regularização de créditos" refere-se à reestruturação de crédito, bem como operações em que o cliente não utilizou a totalidade dos desembolsos efectuados pelo BDA.

O saldo das rubricas "Fundo de investimento", "Dividendos a entregar ao estado", "Fundo de investimento" e "Fundo social dos trabalhadores" correspondem a distribuição do resultado líquido positivo dos exercícios findo em 31 de Dezembro de 2018, 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2020.

O saldo da rubrica "Custos administrativos e de comercialização a pagar" refere-se a despesas incorridas com fornecimentos e serviços externos relativos aos exercícios de 2021 e 2020, a liquidar em 2021 e 2022, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Encargos fiscais a pagar – retidos de terceiros" refere-se às retenções efectuadas pelo Banco no âmbito da Lei n.º 7/97 de 10 de Outubro, que estabelece o regime de tributação na fonte, em sede de contribuição industrial, dos rendimentos dos contratos de empreitada, subempreitada e prestação de serviços. Este regime abrange todas as pessoas singulares ou colectivas que tenham ou não sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola e que, de forma accidental ou permanente, exerçam actividades de empreitadas ou prestações de serviços não abrangidas pelas disposições do Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho.

Apesar de a Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro ter sido revogada, em 31 de Dezembro de 2017, o Banco registou na rubrica "Provisões para encargos com benefícios aos empregados" 199 161 mAOA, referentes à estimativa de responsabilidades por serviços passados do Banco relativas a compensações a pagar aos colaboradores no caso de caducidade dos contratos de trabalho por reforma dos colaboradores (Nota 2.14). Em 31 de Dezembro de 2018 este saldo foi reclassificado para a rubrica "Credores diversos - Outros", em virtude de o Banco se encontrar a estudar a atribuição de um complemento de reforma aos seus colaboradores apesar de não existir nenhuma obrigação legal ou construtiva para tal.

## 20 – Capital Social

O BDA é totalmente detido pelo Estado Angolano, tendo sido constituído com um capital social inicial de 4 018 682 mAOA (equivalentes a 50 000 000 USD), conforme Decreto-Lei n.º 37/06 de 07 de Junho.

O capital social do BDA foi realizado da seguinte forma:

N.º	Descrição	31-12-2021		31-12-2020	
		Moeda estrangeira (USD)	Moeda nacional	Moeda estrangeira (USD)	Moeda nacional
1	Realização em dinheiro	10 000 000	988 640	10 000 000	988 640

2	Emissão especial de Obrigações do Tesouro	40 000 000	3 030 042	40 000 000	3 030 042
3	Obrigações do Tesouro - Aumento de capital 2014 (Nota 11)	-	27 440 000	-	27 440 000
4	Obrigações do Tesouro - Aumento de capital 2015 (Nota 11)	-	27 440 000	-	27 440 000
5	Obrigações do Tesouro - Aumento de capital 2016 (Nota 11)	-	27 440 000	-	27 440 000
6	Obrigações do Tesouro - Aumento de capital 2017 (Nota 11)	-	27 440 000	-	27 440 000
7	Transferência de reservas livres para capital	-	4 743 805	-	4 743 805
<b>Total</b>		<b>50 000 000</b>	<b>118 522 487</b>	<b>50 000 000</b>	<b>118 522 487</b>

FONTE: BDA

Havendo necessidade de se adequar o estatuto do Banco à nova realidade jurídica definida pelo poder Legislativo para o sector Empresarial Público e a evolução ocorrida nas normas prudenciais do BNA, foi aprovado o reforço do Capital estatutário do Banco, fixado em 150 000 000 000 AOA, pelo Decreto Presidencial n.º 241/14. Deste valor, 109 760 000 000 mAOA já foi realizado, em Obrigações do Tesouro de acordo com o Decreto-Presidencial n.º 241/14, Decreto-Presidencial n.º 9/15, Decreto-Executivo n.º 54/16 e Decreto-Executivo n.º 62/17.

## 21 – Reservas de Reavaliação, outras Reservas e Resultados transitados

### **Reserva legal**

Esta rubrica é constituída integralmente pela reserva legal, que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior (20% até à publicação da Lei n.º 12/2015 - Lei de Base das Instituições Financeiras em 17 de Junho de 2015). Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a reserva legal no montante de 2 819 185 mAOA só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### **Reservas de reavaliação**

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais, líquidas de impostos diferidos, relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (IFRS 9), incluindo ainda as reservas de actualização dos capitais próprios.

### **Outras reservas e resultados transitados**

Os impactos ao nível da rubrica “Outras reservas e resultados transitados”, dizem respeito essencialmente à distribuição do resultado de 2018 para compensação dos prejuízos acumulados anteriores, no seguimento da deliberação do Conselho de Administração datada de 29-04-2019.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o movimento nestas rubricas foi o seguinte:

N.º	Descrição	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outras reservas e resultados transitados		Total
			Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	
1	Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1 668 170	808 222	(113 058 953)	(112 250 731)
2	Movimentos decorrentes da alteração da política contabilística	-	-	-	-
3	Saldos em 31 de Dezembro de 2019	2 644 555	2 819 185	(53 822 567)	(51 003 382)
4	Transferência de resultados 2019	-	21 690 178	55 239 609	76 929 787
5	Alterações de justo valor, líquidas de imposto	(1 607 026)	-	-	-
6	Outros movimentos	-	-	12 650	12 650
7	Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1 037 529	24 509 363	1 429 692	25 939 055
8	Transferência de resultados 2020	-	-	74 559 575	74 559 575
9	Outros movimentos	1 659 254	-	7 468 169	7 468 169
10	Saldos em 31 de Dezembro de 2021	2 696 783	24 509 363	83 457 436	107 966 799

FONTE: BDA

A proposta de distribuição do resultado referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foi aprovada pelo Conselho da Administração em 27 de Dezembro de 2021. Todavia e de acordo com o previsto no Estatuto Orgânico do Banco, aprovado pelo decreto presidencial nº241/14, de 08 de Setembro, a referida proposta foi aprovada pelo Ministério das Finanças no dia 17 de Dezembro de 2021.

## 22 – Margem Financeira

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

N.º	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Juros e rendimentos similares:</b>		
2	Juros de operações no mercado monetário interbancário	4 707 798	16 889 649
3	Juros de investimentos ao custo amortizado	11 869 211	8 786 959
4	Juros de crédito concedido	17 135 744	14 910 352
5	Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	116	-
6	Comissões de crédito a clientes	-	-
		33 712 869	40 586 960
7	<b>Juros e encargos similares:</b>		
8	Juros de passivos subordinados	-	-
9	Juros de operações no mercado monetário interbancário	(1 826 456)	(2 173 126)
		(1 826 456)	(2 173 126)
	<b>Total</b>	<b>31 886 413</b>	<b>38 413 834</b>

FONTE: BDA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Juros e rendimentos similares – Juros de operações no mercado monetário interbancário” corresponde a cedências de liquidez e absorções com o BNA (cedência de liquidez, na componente de juros compostos, que o BNA realiza com os Bancos comerciais, num prazo de 7 dias) e da realização de Operações de Mercado Aberto com o BNA.

A variação ocorrida nesta rubrica deriva da diminuição do número de transacções, de cedências de liquidez e absorções com o BNA e da realização de Operações de Mercado Aberto com o BNA, ocorridas durante o exercício de 2021.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Juros e encargos similares” corresponde aos custos a pagar ao FND, e aos custos relativos à tomada realizada com o *Sumitomo Mitsui Banking Corporation* no âmbito do projecto Angola Cables (Notas 15).

### 23 – Rendimentos de Serviços e Comissões

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Rendimentos de serviços e comissões:</b>		
2	Comissões de Depósito	12 875 483	16 689 146
3	Comissões de Abertura e Fiscalização	161 809	267 462
4	Comissões de Gestão de Crédito	71 543	98 094
5	Comissão de Montagem	-	34 235
6	Comissão de Reestruturação	102 970	15 687
<b>Total</b>		<b>13 211 805</b>	<b>17 104 624</b>

FONTE: BDA

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de depósito” corresponde a 50% do juro pago pelos recursos recebidos do FND, referente à remuneração pela gestão do FND por parte do Banco, que mensalmente credita a remuneração líquida na conta do FND.

### 24 – Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através resultados, de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e resultados de investimento ao custo amortizado.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através resultados” apresenta a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados		
2	Obrigações e outros títulos de rendimento variável	1 376 897	995 662
<b>Total</b>		<b>1 376 897</b>	<b>995 662</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica corresponde à variação de justo valor das unidades de participação em Fundos de Investimento.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" apresenta a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
2	Obrigações e outros títulos de rendimento variável	-	(106 015)
	<b>Total</b>	-	<b>(106 015)</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica corresponde aos dividendos da Norsad Finance Limited, através de aumento de acções.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Resultados de investimento ao custo amortizado" apresenta a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Resultados de investimento ao custo Amortizado		
2	Obrigações e outros títulos de rendimento variável	(4 480 703)	(449 360)
	<b>Total</b>	<b>(4 480 703)</b>	<b>(449 360)</b>

FONTE: BDA

## 25 – Resultados Cambiais

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Resultados cambiais" apresenta a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
		Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
1	Resultados cambiais	65 723 524	(98 328 419)	(32 604 895)	1 435 785 017	(1 358 263 862)	77 521 157
	<b>Total</b>	<b>65 723 524</b>	<b>(98 328 419)</b>	<b>(32 604 895)</b>	<b>1 435 785 017</b>	<b>(1 358 263 862)</b>	<b>77 521 157</b>

FONTE: BDA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica corresponde, essencialmente, aos ganhos e perdas cambiais obtidos na reavaliação cambial dos activos e passivos do Banco expressos em moeda estrangeira, decorrente da apreciação ou depreciação do Dólar dos Estados Unidos face ao Kwanza, bem como nas transacções de compra e venda de moeda estrangeira, conforme descrito na Nota 2.4.

Durante o exercício de 2021, a apreciação do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos face ascendeu a 16,40% e 22,08% face ao Euro.

## 26 – Resultados de Alienação de Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Resultados de alienação de outros activos		
2	Activos fixos tangíveis	13 177	1 569
	<b>Total</b>	<b>13 177</b>	<b>1 569</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Resultados de alienação de outros activos” corresponde às valias registadas na alienação de activos fixos tangíveis.

## 27 – Outros Resultados de Exploração

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Outros proveitos/custos de exploração		
2	Impostos directos e indirectos	(926 053)	(435 605)
3	Quotização e donativos	(50 404)	(49 694)
4	Multas e penalidades	(15 420)	(4 048)
5	Outros	(416)	3 046
	<b>Total</b>	<b>(992 293)</b>	<b>(486 301)</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros proveitos/(custos) de exploração – Impostos directos e indirectos” inclui 718 018 mAOA e 435 605 mAOA, respectivamente, referentes ao valor total de impostos sobre a aplicação de capitais (IAC) suportado pelo Banco.

## 28 – Custos com Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Membros dos Órgãos de Gestão e Fiscalização:</b>		
2	Vencimento base	578 734	433 397
3	Subsídio de representação	24 797	29 763
4	Subsídio de natal	48 736	29 800
5	Subsídio de férias	84 707	41 217
6	Subsídio de almoço	22 790	21 095
7	Subsídio infantil	-	232
8	Outras remunerações	127 170	211 949
		<b>886 934</b>	<b>767 453</b>
9	<b>Empregados:</b>		
10	Vencimento base	2 875 423	2 291 456
11	Subsídio de natal	235 371	182 402
12	Subsídio de almoço	192 028	191 679
13	Subsídio de férias	228 519	285 489
14	Isenção de horário	246 189	214 769
15	Outros subsídios	17 892	18 329
16	Outras remunerações	644 367	590 156
		<b>4 439 589</b>	<b>3 774 280</b>
17	Seguro de saúde	287 091	176 450
18	Encargos sociais obrigatórios	365 240	296 620
19	Encargos com formação	41 619	24 126
20	Seguro contra acidentes de trabalho	5 239	15 634
21	Encargos sociais facultativos	-	-
22	Ajuda de Custo	232 494	58 409
23	Crédito a colaboradores	-	-
24	Outros	1 807	-
	<b>Total</b>	<b>6 260 013</b>	<b>5 112 972</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o número de colaboradores do Banco, por categoria profissional, considerando os efectivos e os contratados a termo, é a seguinte:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Funções directivas	27	18
2	Funções de chefia	16	17
3	Funções específicas	15	9
4	Funções administrativas e outras	117	111
5	Órgãos estatutários	12	12
6	<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>167</b>

FONTE: BDA

## 29 – Fornecimentos e Serviços de Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	<b>Serviços técnicos especializados</b>		
2	De Informática	572 232	334 451
3	De Segurança e Vigilância	42 966	45 649
4	De Consultoria e Auditoria	599 520	1 421 306
5	De Judiciais Contenciosos	77 054	37 746
6	Outros	82 292	79 227
7	Rendas e alugueres	407 032	403 163
8	Deslocações e representação	46 652	28 503
9	<b>Comunicação e expedição</b>		
10	Correio	11 558	11 879
11	Serviços Telefónicos	323 936	394 700
12	Conservação e reparação	376 491	283 669
13	Publicações e Publicidade	159 937	150 706
14	Seguros	76 797	206 074
15	Água, energias e combustíveis	79 563	27 715
16	Materiais diversos	385 120	248 711
17	Outros	-	3 722 842
		<b>3 241 150</b>	<b>7 396 339</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Rendas e alugueres" inclui o montante do contrato de arrendamento que foi assinado pelo Banco com a Novinvest S.A., detentora de uma procuração outorgada pelo BAI, para proceder à gestão do imóvel sito na Rua Major Kanhangulo ("Edifício MK") com uma duração de 2 anos, renováveis.

### 30 – Garantias e Outros Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Garantias e avals recebidos	206 636 967	203 892 833
2	Compromissos assumidos por terceiros	66 064 987	76 920 483
3	Outras responsabilidades de depósito e guarda de valores	454 594	191 322 205
	<b>Total</b>	<b>273 156 548</b>	<b>472 135 521</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Outras responsabilidades de depósito e guarda de valores" inclui o montante referente a uma participação da República de Angola no capital social do Banco Africano de Exportação e Importação ("Afreximbank"), da qual o BDA é o gestor legal.

De acordo com informações prestadas pelo Afreximbank, a posição desta participação a 31 de Dezembro de 2021 é a seguinte:

N/O	Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
		USD	mAOA	USD	mAOA
1	Nº de acções	1 247	1 247	1 247	1 247
2	Percentagem de participação de capital	1,05%	1,05%	1,05%	1,05%
3	Valor nominal das acções	10 000	5 795	10 000	5 795
4	Valor total das acções ao valor nominal	12 470 000	786 857 000	12 470 000	8 100 562

5	Capital exigível	9 218 297	581 674 567	9 218 297	5 988 243
6	Depósito para futuros aumentos de capital	1 267 679	79 990 545	1 267 679	823 489
7	Conta de depósitos de dividendos	90 191	5 691 052	90 191	58 588
8	Depósitos em conta de pagamento em excesso	2 659	167 783	2 659	1 727

FONTE: BDA

### 31 – Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os principais saldos mantidos pelo Banco com entidades relacionadas, são os seguintes:

N.º	Descrição	31-12-2021			
		Activos	Passivos (Nota 17)	Lucros (Nota 21)	Prejuízos
1	<b>Ministério das Finanças</b>				
2	Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	-	119 517 432	13 211 805	-
3	Novo Horizonte	-	396 302	-	-
4	Fundo de Garantia	-	-	-	-
		-	<b>119 913 734</b>	<b>13 211 805</b>	-
5	<b>Outros</b>				
6	Órgãos sociais, Assessores do Conselho da Administração e Directores Gerais	-	-	-	-
		-	-	-	-
		-	<b>119 913 734</b>	<b>13 211 805</b>	-

FONTE: BDA

N.º	Descrição	31-12-2020			
		Activos	Passivos (Nota 20)	Lucros (Nota 25)	Prejuízos (Nota 24)
1	<b>Ministério das Finanças</b>				
2	FND	-	160 421 217	17 104 624	-
3	Novo Horizonte	-	396 302	-	-
4	Fundo de garantia	-	96 846	-	-
		-	<b>160 914 365</b>	<b>17 104 624</b>	-
5	<b>Outros</b>				
6	Órgãos sociais, Assessores do Conselho da Administração e Directores Gerais	-	-	-	-
		-	-	-	-
		-	<b>160 914 365</b>	<b>17 104 624</b>	-

FONTE: BDA

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e elementos chave de gestão do Banco, nomeadamente, Assessores do Conselho da Administração e Directores Gerais, são apresentados como segue:

N.º	Descrição	Conselho de Administração			Elementos chave de gestão	Total
		Comissão Executiva	Outros elementos	Total		
1	<b>Total de remunerações:</b>					
2	31 de Dezembro de 2020	321 207	446 246	767 453	- 767 453	
3	31 de Dezembro de 2021	571 917	315 017	886 934	- 886 934	

FONTE: BDA

As transacções efectuadas com entidades relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

### 32 – Justo Valor de Activos e Passivos Financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer os actuais níveis de risco do respectivo emitente.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor dos instrumentos, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: preço de mercado para os instrumentos financeiros cotados em mercado activo, onde os preços são públicos;
- Nível 2: quando não existe preço cotado, devem ser utilizados modelos de valorização alternativos, nomeadamente a utilização de preços cotados de instrumentos semelhantes em mercados activos ou mercados não activos; e
- Nível 3: devem ser utilizados dados não observáveis de mercado para mensurar um instrumento financeiro pelo justo valor na ausência de dados observáveis relevantes, permitindo assim reflectir os pressupostos que os participantes no mercado considerariam na definição do preço, nomeadamente sobre o risco.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

N.º	Descrição	31-12-2021				
		Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
1	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2 070 213	-	-	2 070 213
2	Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	926 532	-	(1 855)	924 677
3	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	86 509 512	-	(794 631)	85 714 881
4	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22 227 028	-	-	-	22 227 028
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 546 379	-	-	-	5 546 379
6	Investimentos ao custo amortizado	-	102 279 368	-	(5 792 304)	96 487 064
7	Crédito a clientes	-	259 895 986	-	(45 278 140)	214 617 846
	<b>Activos financeiros</b>	<b>27 773 407</b>	<b>451 681 611</b>	<b>-</b>	<b>(51 866 930)</b>	<b>427 588 088</b>
8	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	51 115 399	-	-	51 115 399
9	Passivos subordinados	-	-	119 913 734	-	119 913 734



RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS DO ANO DE 2021 DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA - BDA

Passivos financeiros - 51 115 399 119 913 734 - 171 029 133

FONTE: BDA

N.º	Descrição	31/12/2020				
		Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
1	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2 321 394	-	-	2 321 394
2	Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	4 690 907	-	(25 951)	4 664 956
3	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	177 292 119	-	(156 121)	177 135 998
4	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	27 466 658	-	-	-	27 466 658
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4 638 529	-	-	-	4 638 529
6	Investimentos ao custo amortizado	-	78 925 367	-	(4 000 768)	74 924 599
7	Crédito a clientes	-	245 216 836	-	(43 462 865)	201 753 971
	<b>Activos financeiros</b>	<b>32 105 187</b>	<b>508 446 623</b>	<b>-</b>	<b>(47 645 705)</b>	<b>492 906 105</b>
8	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	56 570 435	-	-	56 570 435
9	Passivos subordinados	-	-	160 914 365	-	160 914 365
	<b>Passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>56 570 435</b>	<b>160 914 365</b>	<b>-</b>	<b>217 484 800</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o justo valor dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

N.º	Descrição	31-12-2021						
		Valor contabilístico (líquido)	Justo valor de instrumentos financeiros		Total	Diferença	Activos valorizados ao custo histórico	Valor contabilístico total
			Registados no balanço ao justo valor	Registados no balanço ao custo amortizado				
1	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 070 213	-	2 070 213	2 070 213	-	-	2 070 213
2	Disponibilidades em outras instituições de crédito	924 677	-	924 677	924 677	-	-	924 677
3	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	85 714 881	-	85 714 881	85 714 881	-	-	85 714 881
4	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22 227 028	22 227 028	-	22 227 028	-	-	22 227 028
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendim. integ.	5 546 379	5 546 379	-	5 546 379	-	-	5 546 379
6	Investimentos ao custo amortizado	96 487 064	-	46 118 774	46 118 774	50 368 290	-	96 487 064
7	Crédito a clientes	214 617 846	-	214 617 846	214 617 846	-	-	214 617 846
	<b>Activos financeiros</b>	<b>427 588 088</b>	<b>27 773 407</b>	<b>349 446 391</b>	<b>377 219 798</b>	<b>50 368 290</b>	<b>-</b>	<b>427 588 088</b>
8	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	51 115 399	-	51 115 399	51 115 399	-	-	51 115 399
9	Passivos subordinados	119 913 734	-	-	-	-	119 913 734	119 913 734
	<b>Passivos financeiros</b>	<b>171 029 133</b>	<b>-</b>	<b>51 115 399</b>	<b>51 115 399</b>	<b>-</b>	<b>119 913 734</b>	<b>171 029 133</b>

TE: BDA

N.º	Descrição	31-12-2020						
		Valor contabilístico (líquido)	Justo valor de instrumentos financeiros		Total	Diferença	Activos valorizados ao custo histórico	Valor contabilístico total
			Registados no balanço	Registados no balanço ao				



		ao justo valor	custo amortizado					
1	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 321 394	-	2 321 394	2 321 394	-	-	2 321 394
2	Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 664 956	-	4 664 956	4 664 956	-	-	4 664 956
3	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	177 135 998	-	177 135 998	177 135 998	-	-	177 135 998
4	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	27 466 658	27 466 658	-	27 466 658	-	-	27 466 658
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendim. integ.	4 638 529	4 638 529	-	4 638 529	-	-	4 638 529
6	Investimentos ao custo amortizado	74 924 599	-	50 736 577	50 736 577	24 188 022	-	74 924 599
7	Crédito a clientes	201 753 971	-	201 753 971	201 753 971	-	-	201 753 971
	<b>Activos financeiros</b>	<b>492 906 105</b>	<b>32 105 187</b>	<b>436 612 896</b>	<b>468 718 083</b>	<b>24 188 022</b>	<b>-</b>	<b>492 906 105</b>
8	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	56 570 435	-	56 570 435	56 570 435	-	-	56 570 435
9	Passivos subordinados	160 914 365	-	-	-	-	160 914 365	160 914 365
	<b>Passivos financeiros</b>	<b>217 484 800</b>	<b>-</b>	<b>56 570 435</b>	<b>56 570 435</b>	<b>-</b>	<b>160 914 365</b>	<b>217 484 800</b>

TE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o justo valor dos instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor apresenta o seguinte detalhe por hierarquia de valorização:

N.º	Descrição	31-12-2021		
		Cotação de mercado (Nível 1)	Modelo de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total
1	Saldos em 30 de Junho de 2021			
2	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	14 151 877	8 075 151	22 227 028
3	Outros títulos de rendimento variável	14 151 877	8 075 151	22 227 028
4	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	5 546 379	5 546 379
5	Acções	-	5 546 379	5 546 379
	<b>Activos financeiros</b>	<b>14 151 877</b>	<b>13 621 530</b>	<b>27 773 407</b>

FONTE: BDA

N.º	Descrição	31-12-2020		
		Cotação de mercado (Nível 1)	Modelo de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total
1	Saldos em 31 de Dezembro de 2019			
2	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	15 776 808	11 689 850	27 466 658
3	Outros títulos de rendimento variável	15 776 808	11 689 850	27 466 658
4	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	4 638 529	4 638 529
5	Acções	-	4 638 529	4 638 529
	<b>Activos financeiros</b>	<b>15 776 808</b>	<b>16 328 379</b>	<b>32 105 187</b>

FONTE: BDA

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3), durante o exercício de 2021 e 2020 pode ser analisado como segue:

N/O	Descrição	31-12-2021	31-12-2020
1	Saldo no início do exercício	16 328 379	11 704 692
2	Variação de valor	(2 706 849)	4 623 687
	<b>Saldo final</b>	<b>13 621 530</b>	<b>16 328 379</b>

FONTE: BDA

### 33 – Rubricas de Rendimentos, Gastos, Ganhos ou Perdas

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros foram os seguintes:

N/O	Descrição	31-12-2021					
		Por contrapartida de resultados			Por outro rendimento integral		
		Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
1	<b>Activos</b>						
2	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	4 707 798	-	4 707 798	-	-	-
3	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	116	-	116	-	-	-
4	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	3 617 931	-	3 617 931
5	Investimentos ao custo amortizado	11 869 211	-	11 869 211	-	-	-
6	Crédito a clientes	17 135 744	-	17 135 744	-	-	-
		<b>33 712 869</b>	<b>-</b>	<b>33 712 869</b>	<b>3 617 931</b>	<b>-</b>	<b>3 617 931</b>
7	<b>Passivos</b>						
9	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(1 826 456)	(1 826 456)	-	-	-
10	Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
		<b>-</b>	<b>(1 826 456)</b>	<b>(1 826 456)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Total</b>	<b>33 712 869</b>	<b>(1 826 456)</b>	<b>31 886 413</b>	<b>3 617 931</b>	<b>-</b>	<b>3 617 931</b>

FONTE: BDA

N/O	Descrição	31-12-2020					
		Por contrapartida de resultados			Por outro rendimento integral		
		Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido



Activos						
1						
2	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	16 889 649	-	16 889 649	-	-
3	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
4	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	2 381 285	- 2 381 285
5	Investimentos ao custo amortizado	8 786 959	-	8 786 959	-	-
6	Crédito a clientes	14 910 352	-	14 910 352	-	-
		40 586 960	-	40 586 960	2 381 285	- 2 381 285
Passivos						
7						
9	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(2 173 126)	(2 173 126)	-	-
10	Passivos subordinados	-	-	-	-	-
		-	(2 173 126)	(2 173 126)	-	-
	<b>Total</b>	<b>40 586 960</b>	<b>(2 173 126)</b>	<b>38 413 834</b>	<b>2 381 285</b>	<b>- 2 381 285</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados têm o seguinte detalhe:

N.º	Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
		Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
1	<b>Activos</b>						
2	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	4 707 798	-	4 707 798	16 889 649	-	16 889 649
3	Investimentos ao custo amortizado	11 869 211	-	11 869 211	8 786 959	-	8 786 959
4	Crédito a clientes	17 135 744	-	17 135 744	14 910 352	-	14 910 352
		33 712 753	-	33 712 753	40 586 960	-	40 586 960
5	<b>Passivos</b>						
6	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(1 826 456)	(1 826 456)	-	(2 173 126)	(2 173 126)
7	Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
		-	(1 826 456)	(1 826 456)	-	(2 173 126)	(2 173 126)
	<b>Total</b>	<b>33 712 753</b>	<b>(1 826 456)</b>	<b>31 886 297</b>	<b>40 586 960</b>	<b>(2 173 126)</b>	<b>38 413 834</b>

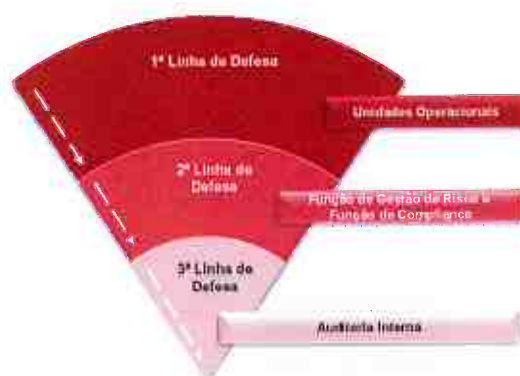
FONTE: BDA

### 34 – Gestão do Risco da Actividade

A função de gestão do risco do Banco é da responsabilidade do Gabinete de Gestão do Risco (GGR), e consiste em efectuar a análise e o controlo dos riscos associados à actividade do Banco.

No âmbito do processo de reestruturação do Banco, em curso desde o ano de 2016, o Conselho de Administração procedeu à revisão das políticas, processos e procedimentos inerentes ao sistema de gestão de risco do Banco, com vista a assegurar a utilização eficaz dos activos e recursos, bem como a continuidade do negócio, através de uma adequada gestão e controlo dos riscos da actividade.

O BDA estabeleceu um modelo de governação da gestão do risco que cumpre com as exigências regulatórias e que representa a cultura de gestão de risco do Banco. O modelo de governação assenta na constituição e operacionalização de três linhas de defesa, tais como:



A função de gestão do risco tem como principais objectivos:

- Fomentar nos colaboradores do Banco uma cultura de risco e promover padrões de cumprimento das normas internas;
- Assegurar o efectivo acompanhamento da adequação e eficácia do sistema de gestão do risco;
- Promover medidas para a melhoria contínua das fases do modelo de gestão do risco (identificação, avaliação, mitigação, monitorização e reporte), e proceder às correcções das deficiências detectadas;
- Identificar, avaliar, mitigar e monitorizar todos os riscos materiais para o Banco, atendendo à natureza da actividade do Banco e aos factores do ambiente externo em que o Banco se insere;
- Validar periodicamente os modelos e metodologias de identificação, avaliação, mitigação e monitorização dos riscos, bem como validar a informação externa considerada no modelo;
- Reportar informação e alertar o Conselho de Administração para as matérias relativas ao risco;
- Responder de forma eficaz aos requisitos regulamentares emitidos pelas entidades reguladoras;
- Controlar os processos e as actividades do Banco de forma a minimizar as perdas inerentes às mesmas;
- Automatizar os processos e os procedimentos relacionados com a gestão do risco, através da utilização de ferramentas que tornem mais célere a realização dos processos desenvolvidos pelo Gabinete de Gestão do Risco; e
- Garantir a adequada e contínua formação dos colaboradores do Banco que tenham intervenção directa ou indirecta em matéria de gestão do risco.

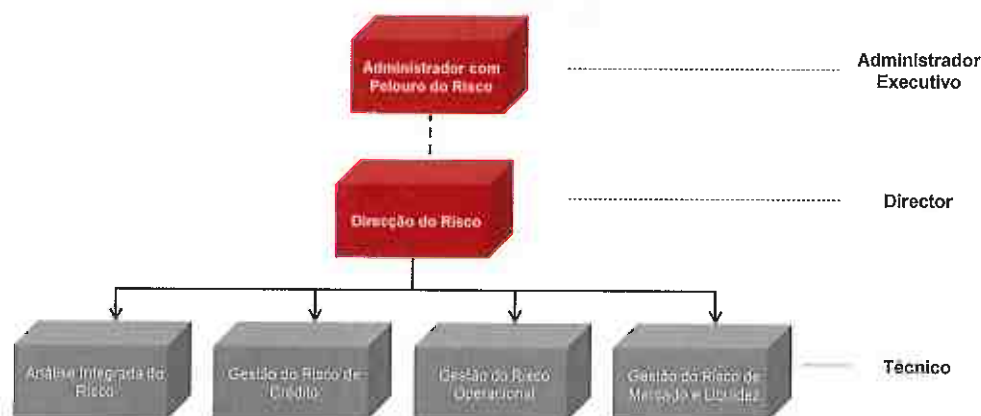
### **Missão do Gabinete de Gestão do Risco**

Na execução das suas responsabilidades o Gabinete de Gestão do Risco definiu a missão de identificar, avaliar, monitorizar e prestar informações sobre todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pelo Banco.

## Estrutura orgânica do Gabinete de Gestão do Risco

O responsável máximo pela actividade do Gabinete de Gestão do Risco é o Administrador de Pelouro do Risco, o qual é membro do Comité de Gestão do Risco e do Conselho de Administração, exercendo as suas responsabilidades de forma independente e em exclusividade de funções, relativamente às restantes funções do Banco (com excepção das funções de controlo).

O Gabinete de Gestão do Risco está assente numa organização funcional e vertical que lhe permite efectuar um acompanhamento especializado de todos os riscos como é o caso do risco de crédito, do risco operacional, do risco de mercado e do risco de liquidez. O Gabinete de Gestão do Risco encontra-se organizado da seguinte forma:



## Responsabilidades operacionais da função de gestão do risco

A função de gestão do risco é autónoma na execução das suas funções e responsabilidades

De acordo com o artigo 14.º do Aviso n.º 02/2013 as Instituições Financeiras devem implementar um sistema de informação e comunicação que garanta que a informação é completa, fiável, tempestiva, consistente e compreensível, com o objectivo de obter uma visão abrangente do cumprimento da estratégia, do perfil de risco, da situação financeira e do comportamento dos mercados, instituindo em conformidade processos para a sua recolha, tratamento e divulgação.

Face a estes requisitos regulamentares, o BDA implementou as seguintes ferramentas de suporte ao sistema de gestão de risco do Banco:

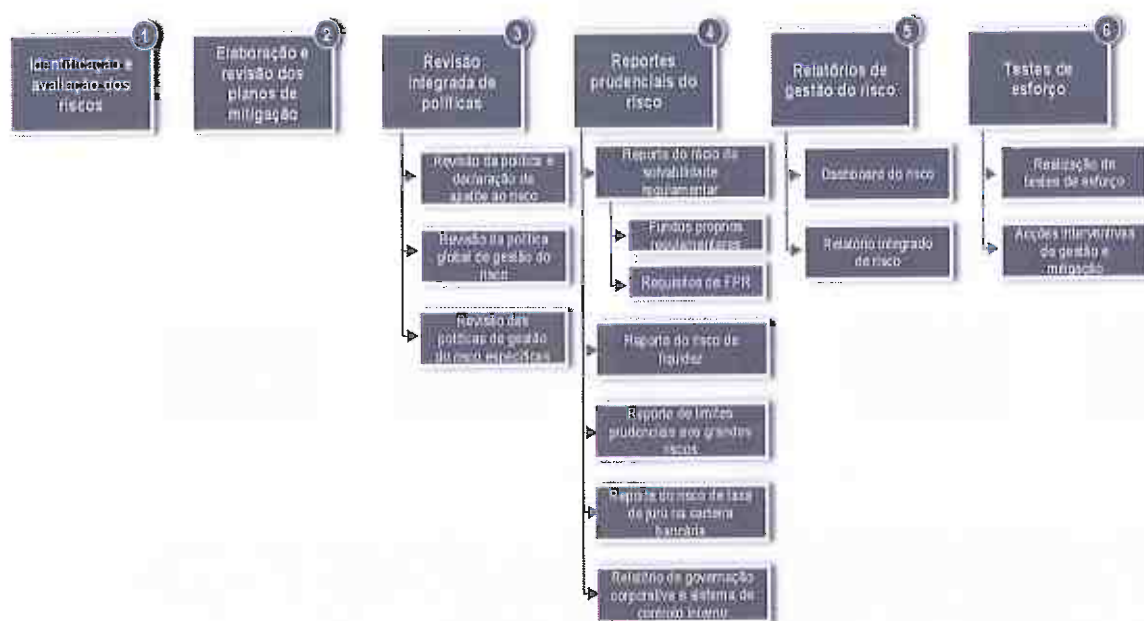
- Sistema de gestão do risco: ferramenta tecnológica que contempla a criação de um repositório de dados de risco, provenientes dos sistemas fonte do Banco, e a elaboração de reportes regulamentares.
- Repositório de registo de eventos operacionais: ferramenta tecnológica que visa suportar a gestão do risco operacional, através do registo, avaliação, mitigação, monitorização e suporte ao reporte de eventos de risco operacional.

O BDA organizou os seus procedimentos e actividades no âmbito da gestão do risco em quatro macroprocessos, nomeadamente: gestão integrada de risco; gestão do risco de crédito, gestão do risco operacional, e gestão do risco de mercado e liquidez.

A gestão integrada do risco constitui o primeiro macroprocesso que incorpora uma visão consolidada e transversal do processo de gestão do risco do Banco. Os restantes macroprocessos (análise específica do risco de crédito, análise específica do risco operacional e análise específica do risco de mercado e liquidez) dizem respeito aos riscos considerados como materiais para o Banco.

A gestão integrada do risco resulta do reconhecimento da importância de existir uma visão consolidada sobre o risco nos processos de decisão e de gestão do BDA, e da relevância de uma abordagem sistematizada em matérias de controlo e de monitorização global dos riscos e reporte dos respectivos resultados.

Este macroprocesso inclui os seguintes processos:

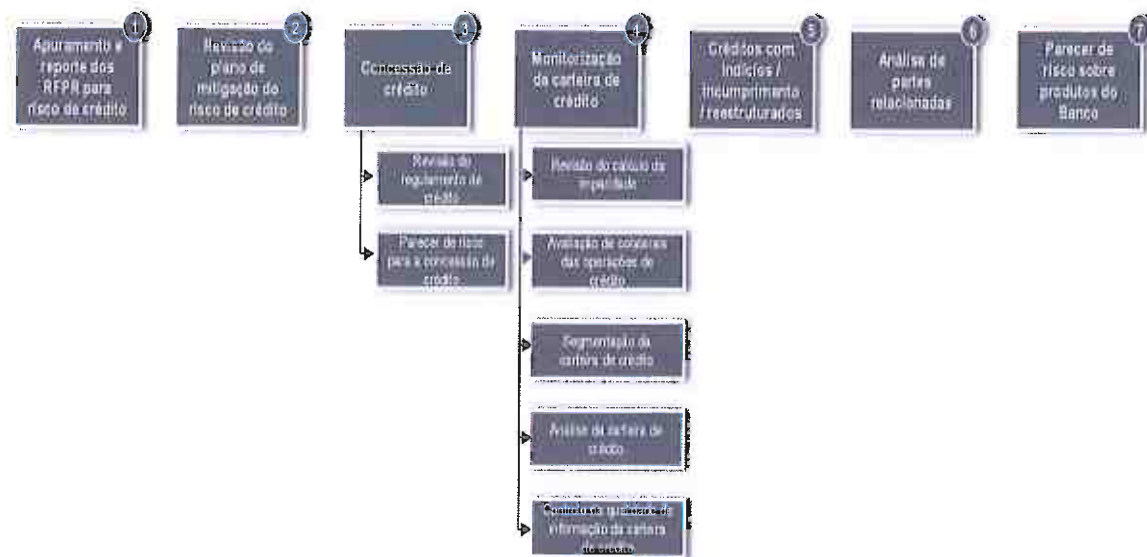


### Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade do Banco incorrer em perdas financeiras, resultantes do incumprimento das obrigações contratuais das suas contrapartes nas respectivas operações de crédito.

A gestão do risco de crédito visa a sustentabilidade do Banco por unidade de risco assumida, mantendo a exposição a este risco, em primeiro lugar, em níveis aceitáveis face aos objectivos de desenvolvimento do negócio e, em segundo lugar, respeitando as exigências regulamentares.

Os processos associados a este risco são os seguintes:



O processo de gestão do risco de crédito encontra-se suportado por uma adequada segregação entre as funções de originação, análise, aprovação, acompanhamento e recuperação. Todas as fases estão restritas a momentos específicos do ciclo de vida das operações de crédito, excepto a fase de acompanhamento que é realizada de forma transversal e permanente a todas as operações em carteira. Todas as fases encontram-se ligadas com o intuito de assegurar a manutenção de um nível adequado de exposição ao risco.



Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

N/O	Descrição	31-12-2021		31-12-2020	
		Valor contabilístico bruto	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Valor contabilístico líquido
1	Patrimoniais				
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 070 213	-	2 070 213	-
3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	926 532	(1 855)	924 677	(25 951)
4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	86 509 512	(794 631)	85 714 881	(156 121)
5	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22 227 028	-	22 227 028	-
6	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 546 379	-	5 546 379	-
7	Investimentos ao custo amortizado	96 487 064	-	96 487 064	-
8	Crédito a clientes	259 895 986	(45 278 140)	214 617 846	(43 462 865)
	<b>Total</b>	<b>473 662 714</b>	<b>(46 074 626)</b>	<b>427 588 088</b>	<b>(24 737 430)</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a qualidade de crédito dos activos financeiros é como segue:

N/O	Descrição	31-12-2021
-----	-----------	------------



		Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
1	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating interno	Baixo	2 070 213	-	2 070 213
2	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating interno	Médio	926 532	(1 855)	924 677
3	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating interno	Médio	86 509 512	(794 631)	85 714 881
4	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating interno	Baixo	22 227 028	-	22 227 028
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Rating interno	Baixo	5 546 379	-	5 546 379
		Não disponível/sem rating	ND	-	-	-
6	Investimentos ao custo amortizado	Rating interno	Baixo	102 279 368	(5 792 304)	96 487 064
			Médio	-	-	-
7	Crédito a clientes	Rating interno	Baixo	188 280 868	(27 406 147)	160 874 721
			Médio	54 429 449	(10 433 110)	43 996 339
			Elevado	17 185 669	(7 438 883)	9 746 786
<b>Total</b>				<b>479 455 018</b>	<b>(51 866 930)</b>	<b>427 588 088</b>

FONTE: BDA

N/O	Descrição	Origem do rating	Nível de rating	31-12-2020		
				Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
1	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating interno	Baixo	2 321 394	-	2 321 394
2	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating interno	Médio	4 690 907	(25 951)	4 664 956
3	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating interno	Médio	177 292 119	(156 121)	177 135 998
4	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating interno	Baixo	27 466 658	-	27 466 658
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Rating interno	Baixo	4 638 529	-	4 638 529
		Não disponível/sem rating	ND	-	-	-
6	Investimentos ao custo amortizado	Rating interno	Baixo	78 925 367	(4 000 768)	74 924 599
			Médio	-	-	-
7	Crédito a clientes	Rating interno	Baixo	202 897 315	(24 854 515)	178 042 800
			Médio	34 140 521	(12 284 199)	21 856 322
			Elevado	8 179 000	(6 324 151)	1 854 849
<b>Total</b>				<b>540 551 810</b>	<b>(47 645 705)</b>	<b>492 906 105</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os activos do Banco com exposição ao risco de crédito apresentam o seguinte detalhe por concentração geográfica:

N/O	Descrição	31-12-2021		
		Área Geográfica		
		Angola	Europa	Total
1	Activo			
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 070 213	-	2 070 213
3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	286 137	638 540	924 677
4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	45 535 688	40 179 193	85 714 881
5	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	22 227 028	22 227 028
6	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 546 379	-	5 546 379
7	Investimentos ao custo amortizado	96 487 064	-	96 487 064
8	Crédito a clientes	214 617 846	-	214 617 846
<b>Total</b>		<b>364 543 327</b>	<b>63 044 761</b>	<b>427 588 088</b>

FONTE: BDA

N/O	Descrição	31-12-2020		
		Área Geográfica		
		Angola	Europa	Total
1	Activo			
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 321 394	-	2 321 394



3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 298 354	366 602	4 664 956
4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	85 359 300	91 776 698	177 135 998
5	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	27 466 658	27 466 658
6	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4 638 529	-	4 638 529
7	Investimentos ao custo amortizado	74 924 599	-	74 924 599
8	Crédito a clientes	201 753 971	-	201 753 971
<b>Total</b>		<b>373 296 147</b>	<b>119 609 958</b>	<b>492 906 105</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, excluindo proveitos a receber, é como segue:

31-12-2021							
N.º	Descrição	Crédito a clientes (Nota 10)		Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
		Vincendo	Vencido			Valor	Imparidade/Exposição total
1	Empresas	203 742 403	52 164 158	255 906 561	98,5%	(44 770 735)	17,5%
2	Indústria	141 959 160	40 152 495	182 111 655	71,2%	(25 609 084)	14,1%
3	Comércio e Serviços	7 599 263	648 685	8 247 948	3,2%	(3 571 718)	43,3%
4	Agricultura	28 242 727	1 119 601	29 362 328	11,5%	(10 641 216)	36,2%
5	Pecuária	12 333 244	10 243 377	22 576 621	8,8%	(4 416 147)	19,8%
6	Microcrédito	-	-	-	0,0%	-	0,0%
7	Capital circulante	13 608 009	-	13 608 009	5,3%	(532 570)	3,9%
	<b>ENI</b>	<b>3 746 283</b>	<b>243 142</b>	<b>3 989 425</b>	<b>1,5%</b>	<b>(507 405)</b>	<b>12,7%</b>
8	Indústria	90 771	9 898	100 669	2,5%	(68 154)	67,7%
9	Agricultura	3 437 033	233 244	3 670 277	92,0%	(332 826)	9,1%
10	Pecuária	70 019	-	70 019	1,8%	(54 161)	77,4%
11	Comércio e Serviços	148 460	-	148 460	3,7%	(52 264)	35,2%
12	Colaboradores	-	-	-	0,0%	-	0,0%
13	Colaboradores	-	-	0	0	-	0
	<b>Total</b>	<b>207 488 686</b>	<b>52 407 300</b>	<b>259 895 986</b>	<b>100,0%</b>	<b>(45 278 140)</b>	<b>17,4%</b>

FONTE: BDA

31-12-2020							
N.º	Descrição	Crédito a clientes (Nota 10)		Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
		Vincendo	Vencido			Valor	Imparidade/Exposição total
1	Empresas	149 357 705	1 096 477	150 469 032	97,5%	(21 905 634)	14,6%
2	Indústria	30 938 742	420 429	31 359 171	20,8%	(15 074 812)	48,1%
3	Comércio e Serviços	110 698 369	408 974	111 107 343	73,8%	(3 050 963)	2,7%
4	Agricultura	3 982 205	78 014	4 060 219	2,7%	(1 245 135)	30,7%
5	Pecuária	3 513 604	189 060	3 702 664	2,5%	(2 450 824)	66,2%
6	Microcrédito	-	-	-	0,0%	-	0,0%
7	Capital circulante	224 785	-	239 635	0,2%	(83 900)	35,0%
	<b>ENI</b>	<b>2 440 058</b>	<b>96 638</b>	<b>2 536 696</b>	<b>1,6%</b>	<b>(355 783)</b>	<b>14,0%</b>
8	Indústria	107 445	14 850	122 295	4,8%	(67 900)	55,5%
9	Agricultura	2 267 272	10 703	2 277 975	89,8%	(187 091)	8,2%
10	Comércio e Serviços	65 341	71 085	136 426	5,4%	(100 792)	73,9%
11	Colaboradores	2 451 961	13 679	2 465 640	97,2%	(355 245)	14,4%
	<b>Total</b>	<b>154 249 724</b>	<b>1 206 794</b>	<b>155 471 368</b>	<b>100,0%</b>	<b>(22 616 662)</b>	<b>14,5%</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o crédito a clientes apresenta a seguinte composição:

N/O	Descrição	31-12-2021			
		Classe de incumprimento			Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
1	<b>Crédito a clientes</b>				
2	Crédito sem imparidade	-	-	-	-
3	Com imparidade atribuída com base em análise individual	28 083 307	8 913 908	153 940 895	190 938 110
4	Crédito e juros a receber	29 194 392	11 075 136	192 342 572	232 612 100
5	Imparidade	(1 111 085)	(2 161 228)	(38 401 677)	(41 673 990)
6	Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	21 612 794	568 009	1 498 933	23 679 736
7	Crédito e juros a receber	22 439 560	903 078	3 941 248	27 283 886
8	Imparidade	(826 766)	(335 069)	(2 442 315)	(3 604 150)
	<b>Total</b>	<b>49 696 101</b>	<b>9 481 917</b>	<b>155 439 828</b>	<b>214 617 846</b>

FONTE: BDA

N/O	Descrição	31-12-2020			
		Classe de incumprimento			Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
1	<b>Crédito a clientes</b>				
2	Crédito sem imparidade	-	-	-	-
3	Com imparidade atribuída com base em análise individual	35 138 180	2 008 475	157 474 949	194 621 604
4	Crédito e juros a receber	36 624 279	2 218 847	195 275 391	234 118 517
5	Imparidade	(1 486 099)	(210 372)	(37 800 442)	(39 496 913)
6	Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	5 714 220	261 581	1 156 566	7 132 367
7	Crédito e juros a receber	5 859 499	356 680	4 882 141	11 098 320
8	Imparidade	(145 279)	(95 099)	(3 725 575)	(3 965 953)
	<b>Total</b>	<b>40 852 400</b>	<b>2 270 056</b>	<b>158 631 515</b>	<b>201 753 971</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o Banco não possui crédito vencido sem imparidade mas o seu crédito vencido com imparidade apresenta a seguinte composição:

N/O	Crédito a clientes	31-12-2021				31-12-2020			
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
1	Sem imparidade atribuída	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Crédito e juros vencidos								
3	Com base em análise individual	-	353 645	51 609 238	51 962 883	-	-	36 856 706	36 856 706
4	Com base em análise colectiva	-	-	444 417	444 417	-	-	527 988	527 988
		-	<b>353 645</b>	<b>52 053 655</b>	<b>52 407 300</b>	-	-	<b>37 384 694</b>	<b>37 384 694</b>

FONTE: BDA

N/O	Crédito a clientes	31-12-2021						
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 2	Estágio 3	Total
1	Com imparidade atribuída							
2	Crédito e juros vencidos							
3	Com base em análise individual	-	353 645	51 609 238	51 962 883	-	36 856 706	36 856 706
4	Com base em análise colectiva	-	-	444 417	444 417	-	527 988	527 988
		-	353 645	52 053 655	52 407 300	-	37 384 694	37 384 694

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2019, foi criado um mecanismo automático para a captura das operações de crédito objecto de reestruturações. Desta forma, a 31 de Dezembro de 2021 o montante de crédito reestruturado ascende a:

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o montante de crédito reestruturado ascende a:

N/O	Descrição	31-12-2021				Imparidade
		Vincendo	Vencido	Juros	Total	
1	Colaboradores	-	-	-	-	-
2	ENI	482 018	53 770	3 736	539 524	(300 063)
3	Empresas	41 573 321	1 693 322	2 126 162	45 392 805	(18 794 954)
	<b>Total</b>	<b>42 055 339</b>	<b>1 747 092</b>	<b>2 129 898</b>	<b>45 932 329</b>	<b>(19 095 017)</b>

FONTE: BDA

N/O	Descrição	31-12-2020				Imparidade
		Vincendo	Vencido	Juros	Total	
1	Colaboradores	-	-	-	-	-
2	ENI	469 783	7 995	3 017	480 795	(284 090)
3	Empresas	29 774 961	727 607	826 155	31 328 723	(19 635 671)
	<b>Total</b>	<b>30 244 744</b>	<b>735 602</b>	<b>829 172</b>	<b>31 809 518</b>	<b>(19 919 761)</b>

FONTE: BDA

## Risco de mercado e de liquidez

Dada a natureza de actuação do Banco e a reduzida expressividade que o risco de liquidez exerce na actividade do mesmo, uma vez que as contas de clientes são realizadas para concessão de crédito, não estando o Banco tão exposto ao risco de liquidez, o risco de mercado e liquidez fundiram-se.

O risco de mercado consiste nas perdas potenciais que podem ser registadas por uma determinada carteira, em resultado de alterações de taxas (de juros ou de taxa de câmbio) e/ou de preços dos diferentes

instrumentos financeiros que a compõem, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respectivas volatilidades.

O risco de liquidez consiste na potencial incapacidade do Banco em cumprir as suas obrigações de reembolso de financiamentos sem incorrer em perdas significativas, seja por condições de financiamento gravosas (risco de financiamento), seja por venda de activos por valores inferiores ao de mercado (risco de liquidez de mercado).

O controlo e reporte do risco de liquidez para o Banco Nacional de Angola é efectuado de acordo com o descrito nos Instrutivos n.º 19/2016 – Risco de liquidez e n.º 26/2016 – Governação do risco de liquidez.

Os processos associados a estes riscos são os seguintes:



Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

N/O	Descrição	31-12-2021			
		Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	
		Taxa fixa	Taxa variável		
<b>1</b>	<b>Activos</b>	<b>396 819 791</b>	<b>-</b>	<b>30 768 297</b>	<b>427 588 088</b>
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	2 070 213	2 070 213
3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	924 677	924 677
4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	85 714 881	-	-	85 714 881
5	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	22 227 028	22 227 028
6	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	5 546 379	5 546 379
7	Investimentos ao custo amortizado	96 487 064	-	-	96 487 064
8	Crédito a clientes	214 617 846	-	-	214 617 846
<b>9</b>	<b>Passivos</b>	<b>171 029 133</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>171 029 133</b>
10	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	51 115 399	-	-	51 115 399
11	Passivos subordinados	119 913 734	-	-	119 913 734
	<b>Total</b>	<b>567 848 924</b>	<b>-</b>	<b>30 768 297</b>	<b>598 617 221</b>

FONTE: BDA

N/O	Descrição	30-12-2020			
		Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	
		Taxa fixa	Taxa variável		
<b>1</b>	<b>Activos</b>	<b>453 814 568</b>	<b>-</b>	<b>39 091 537</b>	<b>492 906 105</b>
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	2 321 394	2 321 394
3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	4 664 956	4 664 956



## RELATÓRIO DE GESTÃO &amp; CONTAS DO ANO DE 2021 DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA - BDA

4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	177 135 998	-	-	177 135 998
5	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	27 466 658	27 466 658
6	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	4 638 529	4 638 529
7	Investimentos ao custo amortizado	74 924 599	-	-	74 924 599
8	Crédito a clientes	201 753 971	-	-	201 753 971
9	<b>Passivos</b>	<b>217 484 800</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>217 484 800</b>
10	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	56 570 435	-	-	56 570 435
11	Passivos subordinados	160 914 365	-	-	160 914 365
	<b>Total</b>	<b>671 299 368</b>	<b>-</b>	<b>39 091 537</b>	<b>710 390 905</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação, é apresentado no quadro seguinte:

N.º	Descrição	31-12-2021				Total
		Datas de refixação / Datas de maturidade				
		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
1	<b>Activos</b>	<b>85 714 881</b>	<b>115 306 934</b>	<b>195 797 976</b>	<b>-</b>	<b>396 819 791</b>
2	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	85 714 881	-	-	-	85 714 881
3	Investimentos ao custo amortizado	-	90 806 867	5 680 197	-	96 487 064
4	Crédito a clientes	-	24 500 067	190 117 779	-	214 617 846
	<b>Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51 115 399</b>	<b>119 913 734</b>	<b>171 029 133</b>
5	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	51 115 399	-	51 115 399
6	Passivos subordinados	-	-	-	119 913 734	119 913 734
7	<b>Gap de liquidez</b>	<b>85 714 881</b>	<b>115 306 934</b>	<b>144 682 577</b>	<b>(119 913 734)</b>	<b>225 790 658</b>
8	<b>Gap acumulado de liquidez</b>	<b>85 714 881</b>	<b>201 021 815</b>	<b>345 704 392</b>	<b>225 790 658</b>	<b>451 581 316</b>

FONTE: BDA

N.º	Descrição	30-12-2020				Total
		Datas de refixação / Datas de maturidade				
		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
1	<b>Activos</b>	<b>177 135 998</b>	<b>19 780 115</b>	<b>256 898 455</b>	<b>-</b>	<b>453 814 568</b>
2	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	177 135 998	-	-	-	177 135 998
3	Investimentos ao custo amortizado	-	4 620 523	70 304 076	-	74 924 599
4	Crédito a clientes	-	15 159 592	186 584 379	-	201 753 971
	<b>Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>56 570 435</b>	<b>160 914 365</b>	<b>217 484 800</b>
5	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	56 570 435	-	56 570 435
6	Passivos subordinados	-	-	-	160 914 365	160 914 365
7	<b>Gap de liquidez</b>	<b>177 135 998</b>	<b>19 780 115</b>	<b>200 328 020</b>	<b>(160 914 365)</b>	<b>236 329 768</b>
8	<b>Gap acumulado de liquidez</b>	<b>177 135 998</b>	<b>19 780 115</b>	<b>200 328 020</b>	<b>(160 914 365)</b>	<b>472 659 536</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

N.º	Descrição	31-12-2021			Total
		Kwanza	USD	Euros	
1	<b>Activo</b>	<b>217 640 901</b>	<b>209 342 678</b>	<b>604 510</b>	<b>427 588 089</b>
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 047 339	6 023	16 852	2 070 214
3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	273 924	69 198	581 555	924 677
4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	32 097 310	53 611 468	6 103	85 714 881
5	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	22 227 028	-	22 227 028



## RELATÓRIO DE GESTÃO &amp; CONTAS DO ANO DE 2021 DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA - BDA

6	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	5 546 379	-	5 546 379
7	Investimentos ao custo amortizado	96 487 064	-	-	96 487 064
8	Crédito a clientes	86 735 264	127 882 582	-	214 617 846
9	<b>Passivos</b>	<b>283 514 663</b>	<b>44 670 157</b>	<b>-</b>	<b>328 184 820</b>
10	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	44 670 157	-	44 670 157
11	Passivos subordinados	283 514 663	-	-	283 514 663
		<b>501 155 564</b>	<b>254 012 835</b>	<b>604 510</b>	<b>755 772 909</b>

FONTE: BDA

N.º	Descrição	30-12-2020			
		Kwanza	USD	Euro	Total
1	<b>Activo</b>	<b>221 106 172</b>	<b>271 770 479</b>	<b>29 455</b>	<b>492 906 106</b>
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 298 240	3 504	19 651	2 321 395
3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 283 955	378 928	2 073	4 664 956
4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	85 499 875	91 628 392	7 731	177 135 998
5	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	27 466 658	-	27 466 658
6	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	4 638 529	-	4 638 529
7	Investimentos ao custo amortizado	74 924 599	-	-	74 924 599
8	Crédito a clientes	54 099 503	147 654 468	-	201 753 971
9	<b>Passivos</b>	<b>283 514 663</b>	<b>44 670 157</b>	<b>-</b>	<b>328 184 820</b>
10	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	44 670 157	-	44 670 157
11	Passivos subordinados	283 514 663	-	-	283 514 663
		<b>504 620 835</b>	<b>316 440 636</b>	<b>29 455</b>	<b>821 090 926</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de câmbio de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

N.º	Descrição	31-12-2021					
		-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
1	Dólares dos Estados Unidos da América	37 803 608	18 901 804	9 450 902	(9 450 902)	(18 901 804)	(37 803 608)
2	Euros	105 822	52 911	26 455	(26 455)	(52 911)	(105 822)
		<b>45 609 372</b>	<b>22 804 686</b>	<b>11 402 343</b>	<b>(11 402 343)</b>	<b>(22 804 686)</b>	<b>(45 609 372)</b>

FONTE: BDA

N.º	Descrição	30-12-2020					
		-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
1	Dólares dos Estados Unidos da América	45 455 157	22 727 578	11 363 789	(11 363 789)	(22 727 578)	(45 455 157)
2	Euros	9 613	4 806	2 403	(2 403)	(4 806)	(9 613)
		<b>57 143 899</b>	<b>28 571 950</b>	<b>14 285 975</b>	<b>(14 285 975)</b>	<b>(28 571 950)</b>	<b>(57 143 899)</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:



N.º	Descrição	31-12-2021					
		Variação das taxas de juro					
		-200 pb	-100 pb	-50 pb	+50 pb	+100 pb	+200 pb
1	<b>Activos</b>						
2	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(69 209)	(34 604)	(17 302)	17 302	34 604	69 209
3	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(17 232)	(8 616)	(4 308)	4 308	8 616	17 232
4	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(4 421)	(2 210)	(1 105)	1 105	2 210	4 421
5	Investimentos ao custo amortizado	(47 280)	(23 640)	(11 820)	11 820	23 640	47 280
6	Crédito a clientes	(171 694)	(85 847)	(42 924)	42 924	85 847	171 694
	<b>Total</b>	<b>(309 836)</b>	<b>(154 918)</b>	<b>(77 459)</b>	<b>77 459</b>	<b>154 918</b>	<b>309 836</b>

FONTE: BDA

N.º	Descrição	30-12-2020					
		Variação das taxas de juro					
		-200 pb	-100 pb	-50 pb	+50 pb	+100 pb	+200 pb
1	<b>Activos</b>						
2	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(141 834)	(70 917)	(35 458)	35 458	70 917	141 834
3	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(21 973)	(10 987)	(5 493)	5 493	10 987	21 973
4	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(3 711)	(1 855)	(928)	928	1 855	3 711
5	Investimentos ao custo amortizado	(47 280)	(23 640)	(11 820)	34 050	68 101	136 202
6	Crédito a clientes	(196 173)	(98 087)	(49 043)	49 043	98 087	196 173
	<b>Total</b>	<b>(410 971)</b>	<b>(205 486)</b>	<b>(102 743)</b>	<b>124 973</b>	<b>249 947</b>	<b>499 893</b>

FONTE: BDA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o risco de taxa de juro foi reportado ao BNA como se segue:

Exposição por intervalo de maturidade ou refinação da taxa - impacto na situação líquida							
N.º	31-12-2021		Passivos	Posição	Factor de ponderação	Posição ponderada	
	Banda temporal	Activos					
1	à vista - 1 mês	52 997 218	-	52 997 218	0,08%	42 398	
2	1 - 3 meses	19 273 182	-	19 273 182	0,32%	61 674	
3	3 - 6 meses	18 549 640	11 873 778	6 675 862	0,72%	48 066	
4	6 - 12 meses	5 605 981	-	5 605 981	1,43%	80 166	
5	1 - 2 anos	6 903 367	-	6 903 367	2,77%	191 223	
6	2 - 3 anos	2 134 236	-	2 134 236	4,49%	95 827	
7	3 - 4 anos	10 744 582	-	10 744 582	6,14%	659 717	
8	4 - 5 anos	767 514	-	767 514	7,71%	59 175	
9	5 - 7 anos	53 482 755	42 005 278	11 477 477	10,15%	1 164 964	
10	7 - 10 anos	127 166 487	-	127 166 487	13,26%	16 862 276	
11	10 - 15 anos	18 075 429	-	18 075 429	17,84%	3 224 657	
12	15 - 20 anos	44 911 356	-	44 911 356	22,43%	10 073 617	
13	> 20 anos	72 757	-	72 757	26,03%	18 939	
14	<b>Total</b>						<b>32 582 699</b>
15	<b>Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro</b>						<b>32 763 454</b>
16	<b>Fundos próprios regulamentares</b>						<b>344 206 442</b>
17	<b>Impacto no valor económico/Fundos próprios regulamentares</b>						<b>9,52%</b>

FONTE: BDA

Exposição por intervalo de maturidade ou refinação da taxa - impacto na situação líquida						
N.º	31-12-2020		Passivos	Posição	Factor de ponderação	Posição ponderada
	Banda temporal	Activos				
1	à vista - 1 mês	150 917 577	-	150 917 577	0,08%	120 734
2	1 - 3 meses	23 930 054	-	23 930 054	0,32%	76 576
3	3 - 6 meses	2 309 846	-	2 309 846	0,72%	16 631
4	6 - 12 meses	228 337	-	228 337	1,43%	3 265
5	1 - 2 anos	12 573 794	14 144 920	(1 571 127)	2,77%	(43 520)
6	2 - 3 anos	4 966 427	-	4 966 427	4,49%	222 993
7	3 - 4 anos	7 457 396	-	7 457 396	6,14%	457 884



## RELATÓRIO DE GESTÃO &amp; CONTAS DO ANO DE 2021 DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA - BDA

8	4 - 5 anos	8 051 176	-	8 051 176	7,71%	620 746
9	5 - 7 anos	12 382 709	-	12 382 709	10,15%	1 256 845
10	7 - 10 anos	137 498 967	47 263 268	90 235 699	13,26%	11 965 254
11	10 - 15 anos	21 893 825	-	21 893 825	17,84%	3 905 858
12	15 - 20 anos	43 522 547	-	43 522 547	22,43%	9 762 107
13	> 20 anos	25 720 317	-	25 720 317	26,03%	6 694 999
14	<b>Total</b>					<b>35 060 371</b>
15	<b>Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro</b>					<b>35 279 310</b>
16	<b>Fundos próprios regulamentares</b>					<b>380 456 142</b>
17	<b>Impacto no valor económico/Fundos próprios regulamentares</b>					<b>9,27%</b>

FONTE: BDA

Para preparação destes mapas, o Banco utilizou a metodologia e os pressupostos descritos no Aviso n.º 08/2016, de 22 de Maio, sobre o risco de taxa de juro na carteira bancária.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o capital associado aos instrumentos financeiros de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresenta o seguinte detalhe:

N.º	Descrição	31-12-2021					Total
		Datas de refinação / Datas de maturidade:					
		À vista	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
1	<b>Activos</b>	2 994 890	85 885 541	129 886 271	232 289 083	5 546 379	453 607 274
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 070 213	-	-	-	-	2 070 213
3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	924 677	-	-	-	-	924 677
4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	85 885 541	-	-	-	85 885 541
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	5 546 379	5 546 379
6	Investimentos ao custo amortizado	-	-	95 806 867	6 472 501	-	102 279 368
7	Crédito a clientes	-	-	34 079 404	225 816 582	-	259 895 986
8	<b>Passivos</b>	-	-	-	51 115 399	119 913 734	171 029 133
9	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-	51 115 399	-	51 115 399
10	Passivos subordinados	-	-	-	-	119 913 734	119 913 734
11	<b>Gap de liquidez</b>	2 994 890	85 885 541	129 886 271	181 173 684	(114 367 355)	282 578 141
12	<b>Gap acumulado de liquidez</b>	2 994 890	88 880 431	218 766 702	399 940 386	285 573 031	565 156 282

FONTE: BDA

N.º	Descrição	30-12-2020					Total
		Datas de refinação / Datas de maturidade:					
		À vista	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
1	<b>Activos</b>	6 986 350	176 899 654	162 714 999	161 427 204	4 638 529	512 666 736
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 321 394	-	-	-	-	2 321 394
3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 664 956	-	-	-	-	4 664 956
4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	176 899 654	-	-	-	176 899 654
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	4 638 529	4 638 529
6	Investimentos ao custo amortizado	-	-	4 620 523	74 304 844	-	78 925 367
7	Crédito a clientes	-	-	158 094 476	87 122 380	-	245 216 836
8	<b>Passivos</b>	-	-	-	56 570 435	160 914 365	217 484 800
9	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-	56 570 435	-	56 570 435
10	Passivos subordinados	-	-	-	-	160 914 365	160 914 365
11	<b>Gap de liquidez</b>	6 986 350	176 899 654	162 714 999	104 856 769	(156 275 836)	295 181 936
12	<b>Gap acumulado de liquidez</b>	6 986 350	183 886 004	346 601 003	451 457 772	295 181 936	583 377 522

FONTE: BDA



Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os fluxos de caixa associado aos instrumentos financeiros de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresenta o seguinte detalhe:

N/C	Descrição	31-12-2021					Total
		Datas de refinação / Datas de maturidade					
		A vista	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
1	<b>Activos</b>	2 994 890	85 714 881	111 857 761	186 071 532	5 546 379	389 190 553
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 070 213	-	-	-	-	2 070 213
3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	924 677	-	-	-	-	924 677
4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	85 714 881	-	-	-	85 714 881
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	5 546 379	5 546 379
6	Investimentos ao custo amortizado	-	-	90 806 867	5 680 197	-	96 487 064
7	Crédito a clientes	-	-	21 050 894	180 391 335	-	201 442 229
	<b>Passivos</b>	-	-	-	51 115 399	119 913 734	171 029 133
8	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-	51 115 399	-	51 115 399
9	Passivos subordinados	-	-	-	-	119 913 734	119 913 734
10	<b>Gap de liquidez</b>	2 994 890	85 714 881	111 857 761	134 956 133	(114 367 355)	218 161 420
11	<b>Gap acumulado de liquidez</b>	2 994 890	88 709 771	200 567 532	335 523 665	221 156 310	436 322 840

FONTE: BDA

N/C	Descrição	30-12-2020					Total
		Datas de refinação / Datas de maturidade					
		A vista	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
1	<b>Activos</b>	6 986 350	177 135 998	124 207 488	153 895 634	4 638 529	459 877 649
2	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 321 394	-	-	-	-	2 321 394
3	Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 664 956	-	-	-	-	4 664 956
4	Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	177 135 998	-	-	-	177 135 998
5	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	4 638 529	4 638 529
6	Investimentos ao custo amortizado	-	-	4 620 523	70 304 076	-	74 924 599
7	Crédito a clientes	-	-	119 586 965	83 591 558	-	203 178 523
	<b>Passivos</b>	-	-	-	56 570 435	160 914 365	217 484 800
8	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-	56 570 435	-	56 570 435
9	Passivos subordinados	-	-	-	-	160 914 365	160 914 365
10	<b>Gap de liquidez</b>	6 986 350	177 135 998	124 207 488	97 325 199	(156 275 836)	242 392 849
11	<b>Gap acumulado de liquidez</b>	6 986 350	184 122 348	308 329 836	405 655 035	249 379 199	484 785 698

FONTE: BDA

## Risco operacional

O risco operacional consiste no risco de perda resultante da inadequação ou falha de processos, pessoas e sistemas de informação ou as decorrentes de eventos externos, nomeadamente:



A eficaz gestão do risco operacional requer que todos os eventos operacionais sejam identificados, avaliados, mitigados, monitorizados e reportados.

Os processos associados a estes riscos são os seguintes:



A Direcção de Risco do Banco exerce a função corporativa de gestão do risco operacional do Banco que é suportada pela existência de interlocutores em diferentes unidades orgânicas que asseguram a adequada implementação da gestão do risco operacional no Banco.

## Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Durante o ano de 2016, e considerando as melhores práticas internacionais, o BNA estabeleceu novas categorias de risco consideradas no cômputo do rácio de solvabilidade regulamentar e redefiniu as características de instrumentos financeiros considerados no apuramento dos fundos próprios regulamentares. Foram publicados novos Avisos e Instrutivos sobre esta matéria que revogaram as anteriores normas regulamentares.

A entrada em vigor destes Avisos e Instrutivos foi em 15 de Junho de 2016, que corresponde à data da publicação. Os Bancos tiveram 18 meses para adaptação, tendo reportado mensalmente durante o ano 2018 os resultados da aplicação desta nova legislação ao BNA, sendo que a adopção efectiva foi a 31 de Dezembro de 2018.

O requisito mínimo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) exigido pelo BNA mantém-se nos 10%. Os Fundos Próprios regulamentares compreendem:

1. Fundos Próprios de Base – compreendem (i) o Capital Social realizado; (ii) reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iv) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, (v) resultado líquido do exercício auditado, (vi) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos

de caixa e de investimentos no exterior e (vii) activos/passivos por impostos diferidos na medida em que estejam associados a perdas/ganhos que contem como elemento negativo/positivo dos fundos próprios de base.

2. Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e (v) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.

3. Deduções – compreendem: (i) acções da própria instituição objecto de recompra; (ii) acções preferenciais remíveis e com dividendos fixos e cumulativos; (iii) empréstimos concedidos com natureza de capital; (iv) empréstimos concedidos com natureza de capital; (v) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais; (vi) goodwill (trespasse); (vii) outros activos incorpóreos líquidos das amortizações; (viii) outros valores, por determinação do Banco Nacional de Angola.

O Aviso do BNA n.º 09/2016, de 16 de Maio, estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por cliente deve ser deduzido dos Fundos Próprios Regulamentares ("FPR").

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Banco para 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresenta-se como segue, tendo em conta a alteração da legislação referida:

N.º	Descrição		31-12-2021	30-12-2020
1	Risco de crédito e risco de crédito de contraparte	A	13 483 983	9 967 859
2	Risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	B	15 217 790	18 185 908
3	Risco operacional	C	13 487 030	17 044 122
4		$D = A + B + C$	42 188 803	45 197 888
5	Fundos Próprios			
6	Base	E	219 144 707	222 709 503
7	Complementares	F	117 380 333	157 746 639
8		$G = E + F$	336 525 040	380 456 142
9	Excesso de Risco de Crédito	H	-	-
10	Fundos Próprios Regulamentares	$I = G + H$	344 256 442	380 456 142
11	Rácio de Solvabilidade	$G = J + K$	80%	86%
12	Nível I	$J = (E + H)/(D/10\%)$	51,94%	50,60%
13	Nível II	$K = F / (D/10\%)$	27,82%	35,84%

FONTE: BDA

### 35 – Eventos subsequentes

O Banco analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão. Neste âmbito podem ser identificados os seguintes aspectos:

a) *Acordo para Aquisição em Renda resolúvel da Torre C no empreendimento C - Wiew*

No seguimento do estabelecido no Ofício n.º 514/GAB – DNPE/MINFIN/2022, de 17 de Março e na sequência do termo de entrega n.º 69/DGP/DNPE/2022, de 15 de Março, foi autorgado a recepção do edifício denominado Torre C no empreendimento C-VIEW, sito no município do Talatona, Província de Luanda.



## Relatório do Auditor Independente

(Montantes expressos em milhares de  
Kwanzas - mAOA)

Ao Conselho de Administração  
Do Banco de Desenvolvimento de Angola

### Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Desenvolvimento de Angola ("BDA"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 que evidencia um total de 436.345.121 mAOA e um capital próprio de 217.720.485 mAOA (incluindo um resultado líquido de 1.934.344 mAOA), as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

### Responsabilidades do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

### Bases para opinião com reservas

6. Em 31 de Dezembro de 2021, o activo inclui créditos concedidos à Angola Cables de 128.364.002 mAOA, líquido de uma imparidade de 15.865.214 mAOA (148.135.888 mAOA líquido de uma imparidade de 15.433.010 mAOA em 31 de Dezembro de 2020), dos quais estão vencidos cerca de 47.687.618 mAOA (34.066.239 mAOA em dezembro de 2020 (capital e juros)). Parte do crédito em dívida naquela data (de 85.927 mAOA) foi financiado por uma entidade externa, tendo sido



concedida uma garantia que cobre a totalidade do crédito (260.000.000 USD) por parte do Estado Angolano a favor do BDA, nos termos do Despacho Presidencial n.º 23/16, de 20 de Fevereiro. Adicionalmente, as demonstrações financeiras daquela entidade têm evidenciado resultados negativos nos últimos exercícios, sendo que, em 30 de Junho de 2020, o seu capital próprio era negativo em 47.734.440 mAOA, e o seu capital social detido maioritariamente pelo Estado Angolano. Em 2021, em resultado de uma reapreciação do seu plano estratégico e de negócios, o qual se insere numa indústria muito competitiva e que exige desafios significativos, aquela entidade solicitou uma reestruturação daquele crédito, contemplando uma redução relevante da taxa de juro, um período de carência de capital e um aumento significativo do prazo de reembolso, a qual está em processo de análise por parte do BDA. O BDA tem vindo a desenvolver conversações junto das várias partes envolvidas, não tendo sido possível, até à data deste relatório, obter uma posição final sobre os termos da eventual reestruturação do crédito (o processo de negociação/reestruturação foi aprovado em Julho de 2021 pelo Ministério das Finanças). Estas circunstâncias, bem como a dimensão do crédito, envolvem um risco significativo quanto à capacidade e momento em que o reembolso venha a ocorrer, não sendo possível na presente data, estimar o eventual impacto desta situação nas demonstrações financeiras do BDA em 31 de Dezembro de 2021.

7. Em 31 de Dezembro de 2021, o balanço inclui uma participação financeira no Fundo Erigo I no valor de 3.095.009 mAOA. O relatório de auditoria sobre as contas de 2021 desta entidade inclui uma reserva por limitação de âmbito relacionada com a recuperabilidade de ativos no valor de 1.996.738 Euros (cerca de 1.255.978 mAOA). Adicionalmente, esta entidade está em processo de liquidação, não sendo possível determinar os eventuais impactos desse processo na valorização daquele ativo.

#### **Opinião com reservas**

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos das situações descritas nos parágrafos 6 e 7 acima, da secção "Bases para a opinião com reservas" e tendo em consideração os assuntos descritos nos parágrafos 9.1 e 9.2, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Desenvolvimento de Angola em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

#### **Ênfases**

9. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:
  - 9.1 A Associação Angolana de Bancos ("ABANC") e o Banco Nacional de Angola ("BNA") expressaram uma interpretação de que não se encontram cumpridos a totalidade dos requisitos previstos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionadas ("IAS 29") para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária no ano findo em 31 de Dezembro de 2021 e, conseqüentemente, o BDA decidiu continuar a não aplicar as disposições constantes naquela Norma às suas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021, em linha com o que havia sido a sua posição em 31 de Dezembro de 2020. Ainda que, em 31 de Dezembro de 2021, considerando índices e fontes oficiais, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos não ultrapasse o limite de 100%, estes não incorporam totalmente os efeitos da taxa de câmbio da economia informal, a qual assume um peso relevante na economia Angolana. O BDA entende que o efeito desta situação nos índices oficiais de inflação não é relevante e que a tendência de descida verificada naqueles índices, sustenta que a moeda funcional das demonstrações financeiras em 2021, não corresponde à moeda de uma economia hiperinflacionária. Nestas circunstâncias, o BDA considera que o limite mencionado acima não foi atingido, não tendo reexpressado as suas demonstrações financeiras do período anterior (saldos comparativos), nem os saldos de abertura de forma a reflectir as disposições previstas na IAS 29, quando uma economia deixa de ser considerada hiperinflacionária, na medida em que o maior impacto no balanço diz respeito a itens monetários, os quais representam a maioria dos itens do balanço em 31 de Dezembro de 2021. O BDA entende que o seu eventual efeito nas demonstrações financeiras não é relevante.



9.2 Chamamos a atenção para o divulgado no Relatório de Gestão e na Nota 34 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021, sobre os impactos do vírus COVID-19 e das eventuais consequências que a situação atual de conflito na Europa e as consequentes sanções económicas impostas, poderão vir a ter na economia a nível nacional e mundial, no sector financeiro e nos sectores de actividade em que operam as principais entidades a quem o BDA concedeu crédito, e por consequência não é possível estimar com fiabilidade o impacto que esta situação poderá ter na futura situação financeira do BDA.

#### **Outras matérias**

9. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós auditadas tendo o Relatório do Auditor Independente, datado de 27 de Abril de 2021, incluído três ênfases relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 6, 9.1 e 9.2. acima.

Luanda, 18 de abril de 2022

**Bakertilly Angola, Lda**



**Representada por Hélder J.A.N. Varandas,  
Perito Contabilista inscrito na OCPA com o nº20180176**





**PARECER DO CONSELHO FISCAL  
AO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA  
À 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

NR/022/CFI/2022

Ex.mos Senhores Accionistas,

**I. Enquadramento**

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, designadamente o Decreto Executivo nº42/01, de 6 de julho - que aprova o regulamento de funcionamento dos Conselhos Fiscais, a Lei nº 11/13, de 03 de Setembro - Lei de Bases do Sector Empresarial Público e o Decreto Presidencial n.º 241/14, de 8 de Setembro - que aprova a alteração ao Estatuto Orgânico do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e o Decreto Presidencial n.º 286-A/20, de 29 de Outubro - que aprova as alterações do Estatuto Orgânico do BDA, submetemos a apreciação de V. Exas., o Parecer do Conselho Fiscal (CFI) ao Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2021.
2. No decorrer do ano, acompanhamos com a periodicidade, a extensão e a profundidade que consideramos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis.
3. Entretanto, e na medida do nosso alcance para responder as funções que nos estão cometidas com a devida profundidade, participamos na reunião do Conselho de Administração (CAD), que visou analisar e aprovar o presente relatório de gestão e contas, tomamos conhecimento da respectiva acta, embora a mesma não faça menção da participação do CFI, tendo constatado divergência entre o valor aprovado do resultado líquido do exercício e a proposta de aplicação dos resultados, procedemos às diligências que nas circunstâncias se mostraram apropriadas analisar, as variações mais significativas e as comprovações que se impuseram as informações apreciadas.
4. Neste contexto, apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o Relatório de Gestão e Contas, o Balanço Individual, a Demonstração de Resultados individuais, a Demonstração de Resultados e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as respectivas Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, elaboradas e apresentadas pelo Conselho de Administração relativas ao exercício económico de 2021 com referência à 31 de Dezembro de 2021, preparados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e em



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Uma visão de futuro.

observância ao Aviso nº 5/19, de 30 de Agosto do Banco Nacional de Angola, e o Relatório do Auditor Externo às mesmas demonstrações financeiras.

5. Da análise às Demonstrações Financeiras, constata-se um activo representado por milhares de Kwanzas (mAOA) 436.345.121, um Passivo de mAOA 218.624.636, Capitais Próprios no valor de mAOA 217.720.485, incluindo o Resultado Líquido de mAOA 1.934.344.

## II. Bases para opinião com reservas

6. Na apreciação a Demonstração de Resultados do Exercício, analisamos os impostos sobre o resultado e constatamos recorrendo a nota 14 - Activos por Impostos Correntes, o apuramento do Imposto Industrial com base na taxa nominal de 35% incidente sobre o resultado antes do imposto negativo de mAOA 4.872.572, cujo resultado negativo de mAOA 1.705.400, incluindo o valor de mAOA 11.377.949 produto da taxa de 35% pelos resultados cambiais desfavoráveis não realizados, constituíram os elementos de ajustamento para apuramento do imposto corrente de cerca de mAOA 10.123.805. Nos termos da legislação tributária (Código do Imposto Industrial - CII), o Imposto Industrial incide sobre lucro tributável, em razão da qual, o prejuízo do exercício não é aceite.
7. Analisamos a Demonstração de resultados do exercício 2021 e, constatamos que a rubrica impostos deferidos (em 2021) apresenta um valor a receber de mAOA 16.930.774, composto por 67,2% resultante da aplicação à taxa de 35% sobre o resultado das variações cambiais desfavoráveis não realizadas no total de mAOA 32.508.426 e, por mAOA 5.552.825, referente as provisões não aceites no exercício (32,80%).

Considerando que para efeitos do apuramento do imposto industrial, nos termos do artigo 13º e 14º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, lei que aprova o Código do Imposto Industrial e da Lei n.º 16/20, de 20 de Julho, Lei que altera o Código do Imposto Industrial (CII), somente são aceites as variações cambiais favoráveis e desfavoráveis realizadas, em conformidade, o apuramento do imposto deferido com fundamento nas variações cambiais favoráveis e desfavoráveis não realizadas, como consta na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), não são aceites fiscalmente, assim sendo, não produz efeito fiscal e o seu impacto na DRE torna-se nulo. Em decorrência, o resultado líquido do exercício apresentado sofre profunda alteração.

Em nossa opinião, ao não proceder o apuramento do imposto deferido nos termos da lei, está distorcer as demonstrações financeiras, uma vez que as mesmas não reflectem de forma verdadeira e apropriada a informação necessária para os seus utilizadores.

8. Igualmente, constatamos na análise a Demonstração de resultados do exercício de 2021, que em relação ao exercício de 2020, a rubrica de impostos deferidos apresenta um valor a pagar de mAOA 22.312.653, composto essencialmente por 125,52% resultante da aplicação à taxa de 35% pelo resultado das variações cambiais desfavoráveis não realizadas no total de mAOA 80.020.519 e, por mAOA 5.694.529, referente as provisões não aceites



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Uma visão de futuro.

no exercício (-25,52%). O CFI emitiu o seu parecer quanto a esta rubrica no exercício anterior (2020) nos termos supra referidos e, é de louvar, por quanto tomamos conhecimento que não houve procedimento fiscal, entretanto, conhecendo a não conformidade do seu apuramento, não foi procedida a devida regularização no presente exercício e, por conseguinte, o seu impacto nos resultados do exercício corrente aferimos ser elevado.

Em nossa opinião, ao não proceder à regularização do Imposto Diferido do exercício anterior (2020), encontra-se a distorcer as Demonstrações Financeiras, uma vez que as mesmas não reflectem de forma verdadeira e apropriada a informação necessária para os seus utilizadores.

### III. Apreciação do Parecer do Auditor Independente

9. O Conselho Fiscal apreciou as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente (Bakertilly) sobre as Demonstrações Financeiras, emitido com reservas expressas nos pontos 6 e 7, reiteramos a nossa posição subscrevendo o ponto 6, considerando o elevado risco associado a referida operação, encorajamos o CAD na prossecução dos esforços tendentes a responsabilizar o cumprimento das obrigações creditícias, ao reforço das garantias reais e, da mitigação do risco decorrente do efeito cascata, em razão da activação automática da clausula "cross default" por inadimplência, eliminando a envolvente reputação e risco País.
10. Relativamente a ênfase sobre o impacto nas demonstrações financeiras (DF's) das economias hiperinflacionadas ("IAS 29"), expressamos a nossa concordância com a posição tomada pelo Banco, em relação ao qual, o efeito da mesma sobre as DF's é irrelevante.

### IV. Outras Matérias

11. Apesar do cumprimento de várias metas operacionais propostas até ao final do ano de 2021, importa salientar as seguintes metas que não foram atingidas em parte ou na sua totalidade, no que diz respeito a robustez financeira: (i) Reforçar a capitalização do Banco no montante até AOA 32MM; realização: zero (0); (ii) Captar financiamento interno e externo no montante até o equivalente em AOA a USD 50.000.000 (Cinquenta Milhões de Dólares Norte Americano); realização: zero (0); (iii) Assegurar o reembolso de pelo menos 90% do crédito devido; realização: 28%; (iv) Melhorar do EBITDA em 15%: verificou-se uma deterioração deste indicador em 114,59%.

Tendo em conta que o Banco actualizou o seu Plano de Negócios, devido as alterações fundamentais ocorridas no contexto macroeconómico do país nos últimos 4 anos, com vista a garantir a execução eficaz do plano estratégico em geral, e do negócio em particular, recomendamos para o próximo Plano Estratégico, o Banco deverá incluir no tal



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Uma visão de futuro.

instrumento, objectivos que sejam realizáveis, bem como deverá envidar todos os esforços necessários a prossecução dos mesmos.

12. Em resultado do acompanhamento a gestão, o Conselho Fiscal, vem constatando que o tratamento das variações cambiais não realizadas e o seu impacto nas demonstrações de resultados contabilísticos, no património do Banco, assim como no apuramento da matéria colectável, sugerem a recomendação da introdução de melhorias complementares a nível dos esclarecimentos a Nota 24 - resultados cambiais, no que concerne a segregação das rubricas contabilísticas, variação cambiais realizadas e variações cambiais não realizadas. de modo a obter melhor compreensão na determinação da matéria colectável, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 12º do CII para apuramento do lucro tributável.

#### V. Nossa Opinião com reserva

13. Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos das situações descritas nos parágrafos 6, 7 e 8 e tendo em consideração a conclusão, com reserva, do Auditor Independente segundo a qual, *"excepto quanto aos eventuais efeitos das situações descritas nos parágrafos 6 e 7 da Secção "Base para a opinião com reservas" e tendo em consideração os assuntos descritos nos parágrafos 9.1 e 9.2, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Desenvolvimento de Angola em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro"*. Neste contexto, o Conselho Fiscal é de parecer favorável à aprovação das contas do Banco de Desenvolvimento de Angola com referência à 31 de Dezembro de 2021.

#### VI. Ênfase:

14. Analisamos a Demonstração de resultados do exercício de 2021, comparativamente ao exercício anterior e, constatamos que no presente exercício em que o Banco divulga um desempenho substancialmente inferior, apresenta o apuramento do imposto industrial significativamente superior ao do exercício anterior. Recomenda-se a gestão, avaliar as causas que concorreram para a elevação da obrigação fiscal.
15. A não conformidade no tratamento dado a matéria colectável e, por conseguinte, no apuramento do imposto sobre o lucro relativo as variações cambiais não realizadas, no contrário do disposto nos artigos 12º, 13º e 14º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, que aprova o Código de Imposto Industrial (CII) e da Lei n.º 16/20, de 20 de Julho, por inclusão das variações cambiais não-realizadas (favoráveis e desfavoráveis), rubrica que os referidos artigos não contemplam, ou seja, a lei faz referência unicamente a ganhos e proveitos cambiais realizados, tem desencadeado o apuramento de imposto industrial superior à riqueza criada e transferido para obrigações fiscais, em verdade, montantes



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Uma visão de futuro.

indevidos superiores aos ajustamentos reais correspondentes a taxa de imposto industrial sobre os proveitos e ganhos realizados e, com elevado impacto na tesouraria.

Finalmente, expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem interagimos, pela valiosa colaboração prestada

Luanda, 29 de Abril de 2022.

O Conselho Fiscal

Dr. Luzayadio Nsimba Simba  
(Presidente)

Dra. Felisbela Maria da Costa Pereira Francisco  
(Vogal)

Dr. César de Jesus de Sousa Araújo  
(Vogal)

